

COLLECCÃO

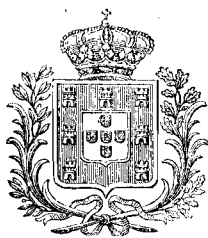
DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

VOLUME XVIII

1890

MINISTERIO DAS COLONIAS
ARQUIVO



LISBOA

IMPRESSA NACIONAL

1894

INDICE CHRONOLOGICO

DO

DECIMO OTAVO VOLUME

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1890

Janeiro

	PAG.		PAG.
3 Officio, declarando ao governador geral da India ser desnecessario tomar resolução immediata para a aposentação dos escrivães de todas as camaras municipaes, sem restricção alguma, por não perderem taes empregados o respectivo vencimento, mesmo no caso de impossibilidade absoluta	1	res deputados e a parte electiva da dos dignos pares do reino, e mandando proceder a novas eleições	8
7 Officio ao governador geral da India, resolvendo duvidas suscitadas acerca da substituição, no conselho do governo, do presidente da camara municipal do concelho das ilhas de Goa	1	20 Portaria, auctorisando uma exposição solenne do corpo de S. Francisco Xavier em Goa no dia 3 de dezembro	8
8 Officio, declarando ao governador geral de Angola que os residentes das circumscripções administrativas do districto do Congo têm, no desempenho do serviço do registo predial, de conformar-se com as prescripções do código do credito predial, de 17 de outubro de 1865, não carecendo, portanto, de regulamento a disposição do artigo 29.º do decreto de 31 de março de 1887	2	20 Portaria, approvando os orçamentos de um edificio para a alfandega de Mormugão e de outro para a delegação de saude e quartel dos empregados aduaneiros n'aquella cidade	8
9 Decreto, approvando o regulamento para a exploração do porto artificial de Mormugão	2	21 Portaria, elevando a 8:833 rupias a verba para despesas de representação do governador geral do Estado da India	8
10 Portaria, regulando (provisoriamente) as gratificações dos chefes que accumularem o serviço de mais de uma secção do caminho de ferro de Mormugão, ou substituirem o engenheiro chefe da fiscalisação do mesmo caminho de ferro	6	24 Officio, approvando o procedimento do governador geral da India por ter sustentado, em correspondencia com o patriarcha das Indias orientaes, a exclusiva competencia da auctoridade civil para approvar o compromisso da confraria de Nossa Senhora dos Milagres de Sanquelim	8
13 Portaria, encarregando o antigo deputado, barão de Combarjua, de coordenar, no Estado da India, e preparar para a impressão diversas obras em lingua <i>konkani</i> para uso das escholas	6	25 Officio, declarando ao governador geral da India ser da sua competencia, e não da do governo, dar ou denegar licença para o seguimento de um processo-crime instaurado ao governador do districto de Diu	9
20 Officio, participando ao governador de S. Thomé e Príncipe terem-se dado ao administrador dos correios da provincia ordens terminantes para trazer a inspecção de fazenda sempre em dia com as necessidades do serviço postal, a fim de, por falta de sellos, se não recorrer ao alvitre da sobretaxa, que a portaria de 26 de setembro de 1888 teve em vista evitar	6	27 Portaria, suscitando ao governador geral da India a determinação expressa da de 31 de dezembro de 1847, que mandou vigorar n'aquelle Estado todos os decretos relativos á formação de cemiterios	9
20 Decreto, dissolvendo a camara dos senho-		30 Officio, auctorisando o governador geral de Cabo Verde a abrir concurso publico para a concessão de zonas mineiras conhecidas na ilha do Fogo e pertencentes ao Estado	9
		31 Officio, declarando ao governador geral de Moçambique que, tanto nas estações officiaes, como nas relações tambem officiaes do governo da provincia com a succursal do banco ultramarino, se deve considerar subsistente o valor de 380 réis para a rupia da India	10
		31 Officio, dizendo ao governador da Guiné que os empregados do quadro de saude da provincia devem receber as respe-	

	Pág.
ctivas gratificações, durante o tempo que estiverem em Cabo Verde com licença por motivo de doença.....	10
Fevereiro	
4 Officio (circular) indicando aos governadores das provincias ultramarinas os esclarecimentos que devem acompanhar os avisos aos navegantes sobre a existencia de qualquer nova luz ou pharol	10
6 Officio, dizendo ao governador de Macau e Timor que só por uma lei aspecial podem ser alterados os vencimentos de alguns officiaes do batalhão nacional, que pediram o seu pagamento pela tarifa estabelecida na lei de 16 de julho de 1889.....	10
7 Portaria, approvando a do governador geral da India, de 10 de agosto de 1886, que mandou adoptar providencias para a cobrança de fóros e mais contribuições devidas á fazenda publica pelas comunidades de Perném.....	11
8 Portaria, determinando que a guarnição do districto do Zumbo, na provincia de Moçambique, seja provisoriamente substituida por um destacamento de seis praças do corpo de marinheiros da armada, que voluntariamente se offereçam para aquelle serviço.....	12
10 Decreto n.º 1, auctorisando o governo a mandar proceder á construcção das obras de fortificação que faltam para se completar o armamento e segurança do porto de Lisboa, e a adquirir o respectivo material de guerra.....	12
10 Decreto n.º 2, auctorisando o governo a proceder á reorganisação do exercito, conforme as bases no mesmo decreto estabelecidas.....	13
10 Decreto n.º 3, auctorisando o governo a reorganisar as guardas municipaes de Lisboa e Porto.....	14
10 Decreto n.º 4, auctorisando o governo a adquirir quatro cruzadores e outros navios de guerra, bem como duas docas fluctuantes, uma para o porto de Loanda e outra para o de Moçambique.....	15
10 Decreto n.º 5, auctorisando o governo a reformar os serviços dependentes da direcção geral da marinha, conforme as bases no mesmo decreto estabelecidas	17
10 Decreto n.º 6, auctorisando a criação, pela direcção geral da divida publica, das obrigações de 20\$000 réis com o juro annual de 4 e meio por cento, necessarias para occorrer ás despesas determinadas pelos decretos, n.ºs 1 e 4, da mesma data.....	20
10 Decreto n.º 7, creando um fundo especial, denominado <i>Fundo permanente de defesa nacional</i> , para ser exclusivamente applicado a fortificações, construcções militares e acquisição de material de guerra com destino á defesa do paiz.....	21
10 Decreto n.º 8, auctorisando o governo a regulamentar a organisação das associações de socorros mutuos, no intuito de exercer sobre ellas benefica fiscalisação administrativa e facilitar-lhes o desenvolvimento.....	23
10 Officio, approvando a nomeação, feita pelo governador geral da India, de um em-	

	Pág.
pregado para ensaiador da moeda da convenção, devendo tal serviço considerar-se provisório.....	24
11 Portaria do governador geral de Moçambique, mandando pôr em execução o regulamento do serviço telegraphico e telephonico da Zambesia e Chire, que d'ella faz parte.....	24
15 Portaria (circular) resolvendo duvidas sobre a epocha exacta da expiração do prazo dos privilegios concedidos ao banco nacional ultramarino por carta de lei de 16 de maio de 1864.....	37
20 Officio, declarando ao inspector de fazenda da provincia de Moçambique, qual o abono de ordenado e percentagens a que tem direito o director da alfandega de Lourenço Marques, a quem foi mandado trancar um processo de syndicancia que se lhe instaurou.....	37
20 Decreto, modificando a lei de 24 de julho de 1885 que regulou a eleição da parte electiva da camara dos dignos pares do reino.....	38
20 Decreto, convocando as assembleas eleitoraes para se proceder á eleição geral de deputados ás côrtes no dia 30 de março seguinte.....	40
20 Officio, communicando ao governador da Guiné as resoluções adoptadas pela administração geral dos tabacos, relativamente a requisições e á venda de tabacos destinados á provincia.....	41
22 Decreto, concedendo amnistia geral e completa para todos os crimes contra o exercicio do direito eleitoral, e em geral para todos os crimes de origem ou caracter politico e para alguns outros commettidos até á data do mesmo decreto	43
22 Decreto, prohibindo a importação das moedas de oiro denominadas «Soberanos» e «meios soberanos» de cunho anterior ao do reinado da actual soberana da nação ingleza, e fixando os prazos para a troca das existentes em circulação.....	44
24 Officio, dizendo ao governador de S. Thomé e Príncipe que a iniciativa da fundação de uma bibliotheca publica compete ao governo da provincia e não ao professor da eschola principai de instrucção primaria.....	44
24 Portaria do governador geral de Angola, determinando a área e os limites do concelho do Lubango do districto de Mossamedes.....	45
26 Officio, declarando ao governador de S. Thomé e Príncipe a forma por que na ilha do Principe devem ter execução os preceitos do decreto de 26 de dezembro de 1889, que facilitou a renovação de contractos de serviços.....	45
27 Decreto, auctorisando conditionalmente a transferencia, para uma companhia denominada «Companhia das aguas de Loanda» da concessão feita a Alexandre Peres para o abastecimento de agua da cidade de Loanda.....	45

Março

- 3 Officio, declarando ao governador de S. Thomé e Príncipe que as attribuições dadas aos governadores das provincias

	Pag.
ultramarinas, pelo decreto de 20 de dezembro de 1888 e seu regulamento, têm de ser exercidas pelo respectivo secretario geral no impedimento ou ausencia temporaria dos mesmos governadores.....	46
8 Portaria, estabelecendo o uniforme de que nos actos de serviço e nos de representação official devem usar o intendente geral e os intendentes de negocios indigenas nas terras de Gaza da provincia de Moçambique.....	46
18 Portaria, regulando a situação, vencimento e vantagens dos officiaes e praças da armada destinados ao serviço do districto do Zumbo da provincia de Moçambique.....	46
19 Decreto, autorisando o governador geral de Moçambique a conceder a Manuel Guerreiro Cavaco até 2:500 hectares de terrenos baldios, pertencentes ao Estado, no districto de Lourenço Marques, para a fundação de uma empresa agricola no mesmo districto.....	48
19 Accordão do supremo tribunal administrativo, negando provimento no recurso interposto por Gervasio Sebastião José de Mello e Carvalho do accordão do conselho de provincia do Estado da India que validou a eleição da commissão do recenseamento do concelho de Bardenz, verificada em 7 de janeiro.....	48
20 Officio, expondo ao governador geral de Cabo Verde as condições necessarias para ter logar a melhoria da reforma e a continuação do abono da melhoria de soldo ao facultativo reformado, em commissão na provincia, Bernardo José de Oliveira.....	51
29 Decreto (n.º 1), alterando as disposições do de 15 de junho 1870 sobre o direito de reunião, e designando os casos em que podem ser dissolvidas as associações e quaesquer corporações ou collectividades.....	52
29 Decreto (n.º 2), prohibindo os espectaculos publicos ou representações theatraes, que conttenham offensas ás instituições do Estado ou outras designadas no mesmo decreto, e creando uma commissão de censura theatral.....	54
29 Decreto (n.º 3), declarando incompativeis as funções de ministro e secretario d'estado com as de administrador ou fiscal de qualquer empresa ou sociedade mercantil ou industrial.....	55
29 Decreto (n.º 1), regulando a responsabilidade criminal, e a civil que com ella anda connexa nos termos do direito common, por abuso de liberdade de imprensa periodica, e modificando as respectivas penalidades estabelecidas na legislação em vigor.....	63
29 Decreto (n.º 2), mandando julgar em processo de policia correccional, nos termos da lei geral do processo, e sem intervenção de jurados, observando-se as disposições estabelecidas para o processo de policia correccional, os crimes a que corresponder alguma das penas mencionadas no mesmo decreto, salvo aquelles para que houver processo especial.....	66
29 Decreto (n.º 3), autorisando o governo a reorganisar os serviços relativos á admi-	

	Pag.
nistração da justiça, sem contravir ás disposições do mesmo decreto	68
29 Decreto (n.º 4), fixando os ordenados e vencimentos dos magistrados judiciaes e do ministerio publico, e determinando que constituam receita publica os emolumentos que lhes competirem.....	71
29 Decreto (n.º 5), creando nas comarcas de Lisboa e Porto, em cada um dos districtos criminaes, um juiz criminal auxiliar.....	73
29 Decreto (n.º 6), creando em cada comarca um tribunal commercial e estabelecendo-lhe a competencia.....	74
31 Decreto, approvando o plano de organização dos quadros da corporação da armada, que do mesmo decreto faz parte	75
31 Officio, communicando ao governador da Guiné que aos officiaes inferiores readmittidos é abonado o vencimento de readmissão, ficando eliminadas as gratificações de readmissão que percebiam em virtude de legislação anterior.....	99

Abril

2 Officio, approvando a resolução tomada pelo governador geral de Angola relativamente á concessão para a exploração e fabrico da cal, por dez annos, na bahia do Lobito.....	100
2 Portaria, resolvendo que as praças de pret do exercito, que se acharem cumprindo nas provincias ultramarinas a pena de deportação militar, devem, quando julgadas incapazes de todo o serviço, continuar alli, como addidas aos corpos ou ás respectivas secções de reformados, até concluirem o tempo por que foram condemnadas na referida pena.....	100
4 Decreto, perdoando a quarta parte da pena aos réus condemnados em penas maiores fixas, cujas sentenças tenham passado em julgado ás datas designadas nos artigos 1.º dos decretos de 22 de fevereiro precedente e de 4 de junho de 1886	101
4 Decreto, exercendo o poder moderador para com dois réus condemnados por tribunaes do ultramar.....	101
5 Decreto, creando o ministerio da instrução publica e bellas artes.....	102
11 Portaria, mandando observar, no abono de vencimentos aos officiaes do Estado da India, as tabellas que da mesma portaria fazem parte.....	103
14 Portaria, fixando o vencimento do secretario chefe de serviço da fiscalisação do caminho de ferro de Mormugão....	104
18 Officio, mandando considerar, como tempo de campanha, aos officiaes e mais praças da expedição ao Cubango, os dias decorridos desde a partida da mesma expedição até ao seu regresso.....	104
18 Officio ao governador geral de Angola, approvando o procedimento da alfandega de Mossamedes, que entendeu não serem isentos de direitos, nem um navio de vela em serviço de pontão e deposito de material da companhia <i>Eastern and south african telegraph</i> , nem a mobilia, artigos de recreio e mantimentos com destino aos respectivos empregados....	104
27 Officio, approvando a substituição, pelo sello de verba, do imposto de sello por	

	Pag.
meio de estampilha em determinados casos, na fôrma solicitada pelo inspector de fazenda da provincia de Macau e Timor.....	104
28 Portaria, mandando abonar ao <i>dembo Camboco Ambullo</i> do concelho de Cambambe, provincia de Angola, a pensão vitalicia de 20\$000 réis por mez na sua qualidade de coronel de 2. ^a linha.....	105

Maio

2 Officio, (circular) communicando aos inspectores de fazenda das provincias ultramarinas não poderem ter andamento legal, sem as informações dos governadores, as propostas para confirmação dos respectivos empregados provisórios.....	105
2 Portaria, auctorisando o pagamento dos juros de fundos amortisaveis no ultramar por intervenção do banco ultramarino.....	105
3 Officio, declarando ao governador da Guiné que ao delegado da comarca, que servir interinamente, não sendo letrado, só deve abonar-se metade do ordenado do respectivo proprietario.....	105
5 Officio, dizendo ao governador geral de Cabo Verde que só a junta de saúde da provincia pôde arbitrar licença para mudança de ares e regresso ao reino....	106
5 Officio, declarando ao governador de S. Thomé e Príncipe, com referencia á caução do thesoureiro geral da provincia, que as cauções em predios devem registrar-se nos termos das instrucções de 14 de novembro de 1860.....	106
10 Officio, repetindo ao governador de Macau e Timor a recommendação de que praça alguma do regimento de infantaria do ultramar pôde ser desligada d'aquelle corpo, sem prévia determinação da secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar.....	106
16 Officio, declarando ao inspector de fazenda da provincia de Macau e Timor que aos officiaes, chamados a desempenhar accidentalmente os serviços de major ou de ajudante, não assiste direito ao impedido que é destinado ao tratamento do cavallo dos officiaes montados.....	106
16 Portaria, mandando abonar ao thesoureiro do cofre dos orphãos da comarca de S. Thomé a gratificação annual de réis 400\$000 para falhas, deduzida <i>pro rata</i> das importancias entradas no referido cofre.....	107
19 Instrucções para o serviço das irmãs hospitaleiras no hospital de Lourenço Marques.....	107
19 Officio ao governador geral de Moçambique, recommendando protecção official ao pessoal missionario destinado á missão de Boroma, e mandando providenciar a fim de lhe serem fornecidos transportes para o interior, e passagem por conta do Estado em caso de doença ou de transferencia por motivo disciplinar.....	107
20 Officio, communicando ao governador de S. Thomé e Príncipe ter-se approved a continuação do abono de gratificação ao official em serviço de commando no forte de Ajudá, e o pagamento das con-	

tas de fornecimentos importantes em 5:400\$000 réis.....	108
20 Portaria, auctorisando o governador geral de Moçambique a dar de arrendamento á missão catholica de Boroma os terrenos do Estado, antigamente denominados prazos da corôa, «Boromae N'haonde», e estabelecendo as respectivas rendas e obrigações.....	108
20 Officio, communicando ao governador geral de Angola a approvação da criação provisoria de cargos e nomeação do respectivo pessoal nas colonias <i>Sá da Bandeira</i> e <i>Lubango</i>	108
20 Portaria, mandando installar no districto do Zumbo, da provincia de Moçambique, uma missão religiosa, filial da de Boroma.....	109
22 Officio, declarando ao governador geral de Cabo Verde ser da competencia dos tribunaes judiciaes a resolução das duvidas do conservador da comarca de Sotavento, sobre a admissão a registo das escripturas celebradas fóra da séde da mesma comarca pelos escrivães de direito.....	109
23 Carta de lei, approvando, para ser ratificada pelo poder executivo, a declaração commercial assignada, entre os governos de Portugal e da Turquia, a 11 de janeiro precedente.....	109
24 Portaria, declarando acertada e conforme á lei a determinação do governador da Guiné, sobre o abono de metade do ordenado do juiz de direito da comarca ao juiz substituto em exercicio na falta d'aquelle.....	110
24 Decreto, encarregando o conselheiro Marianno Cyrillo de Carvalho, de, na qualidade de commissario regio, fazer os estudos necessarios, em Angola e Moçambique, para a reorganisação administrativa e economica do ultramar....	110
24 Portaria, auctorisando o governador geral da India a organizar, por occasião da exposição do corpo de S. Francisco Xavier, uma exposição de objectos concernentes a historia e archeologia indiana e de diversos artigos e productos.....	110
26 Officio, declarando ao governador geral da India não haver difficuldade na remessa dos recursos eleitoraes para o supremo tribunal administrativo, por serem regulados pela lei especial de 8 de maio de 1878.....	110
27 Officio, declarando ao governador da Guiné não poder deixar de aproveitar a um official, para o effeito da reforma, o augmento no tempo de serviço prestado como praça de pret.....	111
27 Officio, resolvendo duvidas do inspector de fazenda da provincia de S. Thomé e Príncipe, relativamente á cobrança de decimas e mais impostos de lançamento.....	111
29 Decreto, auctorisando a entrega, á camara municipal das Ilhas de Goa, do forte de «Gaspar Dias» e seu recinto para construcção de um cemiterio destinado aos habitantes <i>hindús</i> e mouros.....	111
30 Decreto, declarando em execução, com respeito á troca de <i>vales</i> do correio entre a metropole e ilhas adjacentes e as provincias da Guiné, S. Thomé e Príncipe,	

Pag.

Pag.

Angola e Moçambique, o decreto de 22 de setembro de 1886..... 111

Junho

- 2 Officio, communicando ao governador de Macau e Timor parecer razoavel o abono da percentagem de 2 por cento aos consules na Africa e na Asia, pela sua commissão nos serviços para os governos ultramarinos..... 112
- 2 Officio, participando ao governador geral da India ter sido deferida a pretenção dos serventes da repartição de fazenda, que pediram se lhes tornasse extensiva a lei pela qual foi concedida a aposentação aos empregados de fazenda..... 112
- 2 Recommendação aos governadores das provincias ultramarinas para fazerem cumprir o preceituado em diversas ordens do exercito, segundo as quaes os officiaes e empregados civis sujeitos á jurisdicção militar, pertencentes aos quadros do ultramar, devem fazer a sua apresentação official á auctoridade superior da localidade em que desembarcarem..... 112
- 2 Officio, communicando ao governador geral de Angola o despacho que mandou pôr á disposição do bispo da diocese de Angola e Congo todos os saldos annuaes da dotação do respectivo seminario, deixados nos cofres publicos, como deposito, pelos prelados da mesma diocese..... 113
- 3 Officio, approvando as portarias do governador geral da India, de 10 de abril precedente e de 21 de novembro de 1889, acerca do julgamento, como simples transgressões regulamentares, de alguns casos de apprehensão de espiritos nativos..... 113
- 4 Portaria, declarando ao governador da Guiné não dever ser alterada a doutrina do officio de 26 de novembro de 1886, que negou aos officiaes do batalhão o direito de accumularem gratificações de commando, quando tivessem a seu cargo o de duas ou mais companhias..... 116
- 9 Decreto, determinando a suspensão do despacho nos tribunaes e repartições publicas, no dia designado para se effectuar o acto do reconhecimento do principe real como successor do throno.... 117
- 11 Portaria do governador geral de Moçambique, approvando e mandando vigorar desde logo o regulamento geral da capitania dos portos da provincia..... 117
- 16 Portaria, mandando devolver á «compañhia dos caminhos de ferro através de Africa» o projecto definitivo da 4.ª secção do caminho de ferro de Loanda a Ambaca, para ser devidamente reformado e elaborado..... 132
- 18 Officio, communicando ao governador de Macau que o manifesto dos capitães mutuos deve ser feito na repartição de fazenda provincial..... 133
- 21 Portaria, nomeando o primeiro official, chefe de secção da administração dos correios e telegraphos de Lisboa, Augusto Tito Gonçalves Martins, para nas provincias de Angola, S. Thomé e Príncipe e Guiné proceder á installação do serviço de va-
les do correio entre a metropole e as

- mesmas provincias, e formular as instrucções necessarias para a sua execução 133
- 28 Lei, fixando a dotação de Sua Magestade El-Rei D. Carlos I e da familia real... 133
- 28 Lei, auctorisando o governo a proceder á cobrança dos impostos e demais rendimentos publicos, na metropole e nas provincias ultramarinas, relativos ao anno economico de 1890 a 1891, e a applicar respectivamente o seu producto ás despesas do Estado..... 184
- 28 Decreto, regulando a execução da lei *supra*..... 138
- 30 Portaria, fixando o pessoal e estabelecendo diversas disposições sobre o serviço de quatro lanchas canhoneiras a vapor, destinadas á flotilha de policia nas regiões da Zambezia..... 161
- 30 Lei, rectificando a auctorisação e a avaliação das receitas e despesas do Estado, na metropole, no exercicio de 1889-1890 161
- 30 Decreto, mandando rectificar a tabella da despesa do ultramar realisada na metropole e auctorisada para o exercicio de 1889-1890..... 172
- 30 Decreto, mandando regular pela tabella, que d'elle faz parte, a despesa do ultramar, realisada na metropole, para o exercicio de 1890-1891..... 173
- 30 Decreto, mandando proceder á eleição supplemtar de um deputado ás côrtes pelo circulo eleitoral de Margão no Estado da India..... 174
- 50 Officio, declarando ao governador de Macau que os fillos adoptivos dos chins estão sujeitos ao pagamento da contribuição de registo pelas heranças de seus paes adoptantes, devendo ser considerados como *extranhos* perante a lei da referida contribuição..... 174

Julho

- 1 Decreto, mandando regular pelas tabellas, que d'elle fazem parte, a distribuição da despesa ordinaria e extraordinaria das provincias ultramarinas no exercicio de 1890-1891..... 175
- 2 Officio, indicando ao inspector de fazenda da provincia de Macau e Timor a fórmula por que deve proceder na cobrança de direitos de mercê pelas mercês honorificas e lucrativas..... 362
- 5 Portaria, fixando o pessoal da guarnição de cada uma das lanchas canhoneiras a vapor, adquiridas para a provincia da Guiné, e regulando os respectivos vencimentos e tempo de serviço..... 362
- 8 Portaria, dando por concluida a commissão do missionario da provincia de Angola, José Maria Pereira Folga por lhe ser applicavel a disposição da de 10 de agosto de 1885, que dispenson da obrigação do tempo de serviço estabelecido nos estatutos do collegio das missões ultramarinas, de 3 de dezembro de 1884, os alumnos alli existentes na data da publicação dos mesmos estatutos..... 362
- 8 Officio, dizendo ao governador de Macau ser conveniente estabelecer emolumentos pelas nomeações e outros actos de interesse particular, praticados na secretaria geral do governo da provincia,

	Pag.
e mandando formular e propor a respectiva tabella.....	363
10 Decreto, elevando á categoria de villa a povoação de Cabinda na provincia de Angola.....	363
12 Officio, dizendo ao inspector de fazenda do Estado da India que, não tendo o regimento do tribunal de contas sido publicado com modelos, pôde regular-se pelos que fazem parte do decreto de 21 de abril de 1869.....	364
14 Lei, auctorisando o governo a tomar as providencias necessarias para preservar o paiz da invasão de qualquer epidemia	364
14 Officio, declarando que o leal senado de Macau não pôde lançar contribuição municipal sobre o preço da arrematação dos rendimentos do Estado.....	364
17 Officio, communicando ao respectivo inspector de fazenda que não pôde ser levada em conta, nos direitos de mercê, aos empregados municipaes de Macau a importancia da decima de industria que pagaram anteriormente á liquidação dos mesmos direitos.....	365
17 Officio, participando ao governador de Macau que não foi approvada a proposta feita para se tornar extensiva á procuratura dos negocios sinicos a tabella dos emolumentos e salarios judiciaes, approvada por decreto de 12 de abril de 1877.....	365
19 Portaria, approvando as contas da gerencia da commissão administrativa dos bens das missões portuguezas na China, relativas aos annos economicos de 1887-1888 e 1888-1889.....	365
19 Officio, declarando ao governador geral de Moçambique não ser necessaria a auctorisação do governo para expulsar do corpo de policia de Lourenço Marques dois soldados da companhia de infantaria.....	366
23 Portaria, mandando abonar o subsidio de residencia eventual aos officiaes dos batalhões do regimento de infantaria do ultramar, destacados para a India ou Macau, durante a sua permanencia n'aquellas possessões.....	366
24 Portaria, auctorisando o governador geral de Moçambique a conceder, sob determinadas condições, a Joaquim Carlos Paiva de Andrada a prorogação, por trinta annos, do arrendamento dos terrenos do Estado (outr'ora denominados prazos da corôa) <i>Loabo</i> e <i>Melambe</i> , situados no districto de Quelimane.....	366
28 Portaria, mandando proceder ao assentamento de uma tubagem de ferro, e elaborar o projecto definitivo das obras a executar, para conduzir as aguas da nascente de Bainguenim, no Estado da India, a um ponto elevado da cidade de Pangim e prover de agua potavel a mesma cidade.....	367
30 Officio, communicando ao governador geral de Cabo Verde não poder deferir-se a solicitação dos empregados da administração e da camara municipal do concelho da cidade da Praia para serem os seus emolumentos isentos de contribuição industrial.....	367
30 Lei, mandando addicionar a todas as contribuições, taxas e demais rendimentos	

	Pag.
do thesouro um imposto complementar de 6 por cento.....	368

Agosto

2 Officio, declarando ao inspector de fazenda da provincia de Angola que aos missionarios só compete a gratificação annual de 100\$000 réis pela accumulção do magisterio primario, embora o logar de professor, cujas funções cumulativamente exercerem, esteja dotado com maior vencimento nas respectivas tabelas orçamentais.....	369
2 Portaria, prohibindo a importação da moeda de prata — pesos mexicanos — em toda a provincia de Moçambique.....	369
4 Officio, communicando ao governador geral de Angola as considerações que se oppõem ao pedido dos empregados da camara municipal de Loanda para serem os seus vencimentos isentos de contribuição, a exemplo do que se passa com respeito aos empregados da camara municipal de Lisboa.....	369
4 Officio ao governador da Guiné, auctorisando a deducção de 5 por cento das quantias que se forem cobrando de contribuições directas em divida, vencidas até 30 de junho de 1889, e a applicação d'aquella percentagem á remuneração do trabalho extraordinario dos funcionarios, por cuja acção se effectuar a cobrança.....	370
4 Officio, dizendo ao governador da Guiné que ordene a remessa para o juizo de direito dos autos de noticia levantados nas administrações de concelho, quando nos julgados não tenham andamento...	370
5 Officio, declarando que as praças naturaes de Angola, em serviço na guarnição da Guiné, devem ser mandadas cumprir na provincia de Moçambique a sentença que lhes for imposta, quando julgadas incorrigiveis.....	370
5 Officio, indicando a disposição legal que motivou o indeferimento do pedido feito por um segundo pharmaceutico da provincia de Cabo Verde para deixar uma mezada em Lisboa.....	370
5 Officio, expondo ao governador de S. Thomé e Príncipe os meios de remover as difficuldades resultantes da falta de officiaes que compoñham os conselhos de investigação, de guerra e de disciplina para qualificação de deserções e julgamento d'estes ou de outros crimes militares.....	371
5 Officio, declarando ao inspector de fazenda da provincia de Angola dever ser abonado ao tenente coronel Henrique de Almeida Leite, nos termos do decreto de 20 de dezembro de 1888, o subsidio de residencia eventual durante trinta dias, depois da sua effectiva collocação em caçadores 2, com quartel em Loanda, para onde fôra passado do batalhão aquartelado em Mossamedes.....	371
7 Lei, relevando o governo da responsabilidade em que incorreu assumindo o exercicio de funções legislativas desde 10 de fevereiro até 5 de abril, e mandando tomar em conta o tempo que os magis-	

PAG.

PAG.

trados judiciais do ultramar estiverem á disposição do ministerio da justiça para serem collocados nas comarcas do reino.	371
8 Officio, resolvendo duvidas do curador geral dos serviaes e colonos da provincia de Moçambique, sobre a execução dos regulamentos de 20 de novembro de 1878 e 25 de maio de 1881.	373
9 Officio ao governador de Macau, communicando a resolução tomada para se continuar a lançar collecta predial aos bens do extincto convento de Santa Clara e da santa casa da misericordia.	373
9 Officio, approvando, em parte, as instrucções para o serviço cadastral da Praganã, Nagar-Avely, no Estado da India, e auctorisando a despesa orçada pela respectiva direcção das obras publicas para todo aquelle trabalho em cinco annos	374
11 Officio, approvando a portaria do governador geral da India, de 30 de dezembro de 1889, que reduziu a metade a taxa annual de 100 rupias sobre a venda, no districto de Diu, de vinhos e espiritos europeus ou de origem não indiana.	378
14 Officio, approvando a portaria do governador geral da India, de 3 de janeiro precedente, que alterou o § unico do artigo 31.º do regulamento da contribuição predial, de 25 de maio de 1888, approvado por decreto de 5 de dezembro do mesmo anno.	379
22 Decreto, approvando a organização da secretaria d'estado dos negocios da instrucção publica e bellas artes.	379
25 Officio, declarando ao governador da Guiné ter-se já resolvido que ao official, que commandar mais de uma companhia, só compete gratificação pelo commando d'aquella que lhe pertencer, abonando-se-lhe apenas pelo commando das outras a despesa que fizer com o respectivo expediente.	391
27 Officio, communicando ao governador geral de Angola que a dotação do seminario da diocese de Angola e Congo continúa a ser administrada pelo respectivo prelado, devendo este prestar contas unicamente ao tribunal de contas.	392
27 Officio ao governador de S. Thomé, approvando o estabelecimento de uma carreira de tiro para exercicio das praças da companhia de policia, e auctorisando a concessão de premios aos melhores atiradores, na forma proposta pelo mesmo governador.	392
27 Officio, communicando ao bispo de Angola e Congo como foram resolvidas as duvidas, que ao governador geral da provincia se suscitaram, ácerca do pagamento da dotação do respectivo seminario e da prestação de contas da gerencia d'aquella dotação, e de outros fundos publicos sob a administração do mesmo prelado.	392
27 Portaria, declarando ao governador do districto de Lourenço Marques que unicamente deve dar publicidade no <i>boletim</i> do districto, independentemente da inserção no <i>boletim</i> provincial, ás ordens regias de que lhe for reinettida synopse pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar.	392
29 Officio, dando esclarecimentos ao inspector	

II

de fazenda da provincia de Macau e Timor ácerca do abono de vencimentos, que deve ser feito aos empregados de nomeação temporaria.	393
30 Officio, approvando a resolução do governador da Guiné, que desattendeu o pedido do respectivo prelado para que ao vigario geral da provincia fosse abonada, cumulativamente com o vencimento inscripto na tabella orçamental, a congrua de parcho em Bolama, visto terem as congruas o caracter de ordenados e prohibirem as leis a accumulção d'estes	393

Setembro

3 Ordem regia, recommendando aos governadores o exacto cumprimento da determinação, pela qual se não deve contar aos officiaes das guarnições ultramarinas, para conferir direito ao goso da licença de anno, o tempo que serviram no ultramar como praça de pret.	394
3 Portaria, determinando que o governador geral de Angola dê as ordens convenientes para que os orçamentos da receita e despesa da provincia sejam recebidos na direcção geral da contabilidade publica até fim de novembro, a fim de serem presentes ás córtes nas suas sessões ordinarias.	394
(Identica aos governadores das demais provincias ultramarinas.)	
4 Officio ao governador da Guiné, declarando desnecessario descrever no livro dos officiaes a circumstancia de um official ter sido praça de pret procedente do reino, visto achar-se essa circumstancia já mencionada no livro da matricula das praças de pret.	394
6 Portaria, nomeando uma nova commissão para estudar e propor ao governo o melhor regimen pautal a estabelecer em cada uma das provincias ultramarinas	395
10 Portaria, estabelecendo as condições para o arrendamento, a longo prazo, á «companhia do assucar de Moçambique», dos terrenos situados no districto de Quelimane e <i>Praça da corôa</i> Maganja, e auctorisando o governador geral de Moçambique a celebrar o mesmo arrendamento.	395
12 Decreto, prorogando por um anno os privilegios outorgados ao banco nacional ultramarino por carta de lei de 16 de maio de 1864 e já prorogados por identico diploma de 27 de janeiro de 1876	396
13 Portaria, auctorisando os commandantes das divisões navaes de Africa occidental e oriental a contractar indigenas para o serviço a bordo dos navios estacionados nas estações navaes, mediante as condições na mesma portaria estabelecidas.	396
15 Lei, auctorisando o governo a contractar, precedendo concurso, o serviço da navegação regular por barcos de vapor, entre Lisboa e a costa de Africa oriental, na conformidade das bases annexas á mesma lei.	397
15 Lei, auctorisando o governo a adjudicar, precedendo concurso, a construção e exploração de uma linha ferrea econo-	

	mica no districto de Mossamedes, segundo as bases estabelecidas na mesma lei.....	401
15	Lei, creando premios de navegação, destinados a desenvolver as forças da marinha mercante nacional de longo curso e grande cabotagem.....	402
16	Lei, abolindo os direitos de tonelagem, ancoragem, sanitarios e de quarentena e o respectivo imposto adicional de 6 por cento, sendo substituidos por um unico direito, denominado «direito de carga», a que ficam sujeitas todas as embarcações que entrarem nos portos do continente do reino e nos das ilhas adjacentes.....	403
16	Lei, approvando, para ser ratificada pelo poder executivo, a convenção commercial entre Portugal e o Egypto, assignada em 11 de maio.....	405
20	Officio, declarando ao inspector de fazenda da provincia de Moçambique que os officiaes, que acompanham forças de umas provincias para outras, não têm direito a ajuda de custo, nem a subsidio de marcha, mas unicamente a um subsidio de residencia na provincia para onde se dirigem.....	405
30	Officio, dizendo ao governador da Guiné, que, segundo a letra e o espirito do artigo 212.º do codigo do credito predial das provincias ultramarinas, as commissões de inspecção á conservatoria da comarca devem proceder a detido exame para se apreciar não só o zelo e intelligencia do respectivo conservador, mas tambem o merecimento e legalidade dos actos de registo praticados.....	406

Outubro

4	Officio (circular), recommendando aos governadores a regular remessa para a secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar das estatisticas preceituadas na recente edição das pautas ultramarinas e respectivos modelos, assim como a publicação no <i>boletim official</i> de uma nota do movimento mensal de cada alfandega.....	406
15	Officio (circular), aos governadores declarando dever considerar-se emendado para 20 réis o direito de 50 réis, correspondente ao n.º 11 da tabella de importação na Guiné, que por erro figura na nova edição das pautas ultramarinas. .	406
21	Officio, declarando ao governador de S. Thomé que a lei de 17 de abril de 1886 não é applicavel ás mercês honorificas, não podendo por isso ter logar o pagamento em prestações dos respectivos emolumentos e sellos.....	407
22	Portaria ao arcebispo primaz, patriarcha das Indias orientaes, permittindo que nas egrejas situadas em territorios fora do dominio portuguez se digam na collecta da missa as palavras <i>patronum nostrum Carolum Lusitanie regem</i> , em vez das <i>regem nostrum Carolum</i> (Identica aos bispos de S. Thomé de Meliapor, Damão, Cochim e Macau.)	407
25	Alvará, approvando os estatutos da <i>Sociedade de mutua beneficencia da India portuguesa</i>	407

25	Decreto, mandando abrir no ministerio da fazenda, a favor do da marinha e ultramar, um credito especial de 99:713\$380 réis para pagamento da garantia de juro do caminho de ferro de Loanda a Ambaca.....	412
25	Decreto, mandando abrir no ministerio da fazenda, a favor do da marinha e ultramar, no exercicio de 1890-1891, um credito especial na importancia de réis 130:000\$000 para occorrer ao pagamento de despesas de construcção, exploração e conservação do caminho de ferro de Lourenço Marques.....	413
30	Officio, declarando ao governador geral de Cabo Verde ser da competencia da camara municipal do conselho de S. Vicente o deliberar provisoriamente acerca da aposentação do respectivo escrivão.....	413

Novembro

4	Officio, declarando ao governador geral da India ser da exclusiva competencia da camara municipal do concelho das ilhas o deliberar sobre o abono do ordenado por inteiro ao escrivão da administração do mesmo concelho, quando julgado incapaz do serviço e substituido pelo escrivão da referida camara.....	413
6	Portaria, mandando applicar aos officiaes inferiores do regimento de infantaria do ultramar as prescripções do decreto de 11 de setembro sobre o augmento do pret diario aos sargentos ajudantes e primeiros e segundos sargentos do exercito.....	413
6	Decreto, mandando abrir no ministerio da fazenda, a favor do da marinha e ultramar, no exercicio de 1890-1891, um credito especial até á quantia de réis 500:000\$000, destinado ao pagamento de despesas com obras publicas das provincias ultramarinas.....	414
13	Contracto, concedendo, por aforamento, a Eugenio Rennecau vinte e cinco hectares de terreno em Mangue, na ilha de S. Thiago de Cabo Verde, para construcção de depositos de carvão.....	414
14	Acordo (e respectivos documentos) celebrado em Londres entre Portugal e a Gran-Bretanha, para vigorar durante seis mezes, sobre a livre navegação do Zambeze e do Chire, permissão do transito pelas respectivas vias fluviaes e reconhecimento dos limites territoriaes indicados na convenção de 20 de agosto	415
18	Decreto, permittindo o transito de mercadorias entre o porto da Beira (bahia do Pungue) e a esphera da influencia britannica, mediante o unico direito de 3 por cento <i>ad valorem</i> , e mandando estabelecer alfandegas ou delegações de alfandega onde for necessario para se executar esta disposição.....	428
18	Decreto, declarando livre para navios de todas as nações a navegação dos rios Zambeze e Chire, na parte em que estão sujeitos á soberania, protectorado ou influencia de Portugal.....	429
18	Decreto, mantendo as circumscripções territoriaes dos prazos da corôa da provincia de Moçambique, extinctas pelos de-	

Pag.

Pag.

- cretos de 22 de dezembro de 1854 e 27 de outubro de 1880, subsistindo, porém, meramente como divisões de propriedade do Estado..... 431
- 18 Decreto, determinando que os manifestos de descoberta de minas de pedras e metaes preciosos, que hajam sido feitos nos districtos da provincia de Moçambique anteriormente ao dia 2 de fevereiro de 1889, e cujo seguimento legal tenha estado suspenso, produzam os respectivos effeitos, especialmente para o cumprimento das disposições dos artigos 17.º a 19.º do decreto de 4 de dezembro de 1869..... 436
- 18 Officio, (circular) suscitando aos governadores a observancia dos preceitos contidos no officio de 29 de dezembro de 1887, e solicitando a remessa de elementos para a organização da estatística geral do ultramar..... 437
- 26 Officio, declarando que, por ser a doutrina do artigo 6.º do decreto de 22 de fevereiro diametralmente contraria á resolução do governador geral de Moçambique que, com fundamento no mesmo artigo, mandou trancar no registro disciplinar os castigos averbados a um alferes do exercito, devem averbar-se novamente os alludidos castigos..... 437
- 28 Officio, (circular) communicando aos governadores ter-se resolvido adoptar para todas as provincias ultramarinas o endereço telegraphico abreviado *ultramar-Lisboa*..... 437
- 28 Portaria, ampliando o numero de vogaes da commissão encarregada de estudar e propor ao governo o melhor regimen pautal a estabelecer em cada uma das provincias ultramarinas..... 438

Dezembro

- 1 Officio, communicando ao governador geral de Cabo Verde ter sido auctorisada a creação de um logar de delegado postal na villa da Ribeira Grande e de dois escoteiros na ilha de Santo Antão para a condução das malas..... 438
- 3 Officio, communicando ao governador da Guiné ter sido auctorisado o abono da gratificação de 20 réis diários, a titulo de readmissão, ás praças da guarnição da provincia demoradas depois de terem direito a baixa do serviço..... 438
- 4 Portaria, (circular) estabelecendo diversas disposições para os contractos de fornecimentos que houverem de ser feitos pelas provincias ultramarinas, a fim de serem preferidos os productos da industria nacional, sempre que esta os possa oferecer em condições razoaveis..... 438
- 5 Officio, resolvendo que o capitão Porfirio Zeferino de Sousa, encarregado do governo do districto de Timor, só devia ser abonado do respectivo soldo e da gratificação de governador, na razão de 500\$000 réis annuaes, por não ter nomeação de governador interino..... 439
- 6 Officio, declarando que ao juiz ordinario, substituto legal do juiz de direito da comarca de Loanda, pertence, n'aquella qualidade de substituto, exercer as func-

- ções para que se julgue competente e não somente aquellas que lhe forem designadas pelo juiz de direito, quando ausente..... 439
- 12 Portaria do governador geral de Moçambique, determinando a organização no districto de Lourenço Marques de um batalhão de 2.ª linha, constituido por voluntarios, para coadjuvar, em caso de necessidade, as forças de 1.ª linha..... 440
- 13 Portaria do governador geral de Moçambique, determinando que as terras de Milange constituam um commando militar, igual aos demais estabelecidos na provincia..... 440
- 16 Decreto, mandando pôr á disposição do ministerio dos negocios da marinha e ultramar um corpo de tropas, mixto, do exercito do continente, denominado «*corpo expedicionario a Moçambique*» para reforçar as tropas da guarnição da respectiva provincia..... 441
- 18 Decreto, alargando ao Estado da India e á provincia de Macau e Timor a auctorisação para a remessa de fundos, por meio de *vales* do correio, do continente do reino e das ilhas adjacentes para as provincias ultramarinas da Africa..... 445
- 18 Decreto, mandando abrir no ministerio da fazenda, a favor do da marinha e ultramar, um credito especial na importancia de 100:000\$000 réis, destinado a occorrer ao pagamento de despesas de construção, exploração e conservação do caminho de ferro de Lourenço Marques..... 445
- 20 Portaria do governador geral de Moçambique, fazendo concessões a mr. Charles Edward Austin Antonieski, para, sob as clausulas constantes da mesma portaria, construir em Quelimane uma ponte-caes, estabelecer um serviço de navegação no rio dos Bons Signaes, entre Quelimane e Mogurrumba, e construir e explorar entre esta ultima localidade e o Zambeze um tramway proprio para transporte de passageiros e mercadorias..... 445
- 22 Portaria, dando instrucções para se organizar a secção de administração militar do corpo expedicionario a Moçambique..... 449
- 23 Officio, remettendo ao governador geral de Moçambique, para ser publicada no *Boletim official*, copia da declaração official que notificou o protectorado britannico sobre os dominios do sultanado de Zanzibar..... 452
- 24 Officio (circular) remettendo aos governadores, para ser publicada nos *boletins officiaes*, copia da declaração official que notificou o protectorado britannico sobre o territorio de Witu e outros, especificados na mesma declaração..... 453
- 26 Portaria do governador geral de Moçambique, mandando cobrar no districto de Lourenço Marques, a partir de 1890 *inclusive*, o imposto annual de 900 réis por palhota ou cubata..... 454
- 26 Portaria do governador geral de Moçambique, permittindo o transito, sem passaporte, de um para outro porto qualquer da provincia, ou de qualquer logar do littoral para o interior..... 454
- 29 Portaria, auctorisando o governador geral

	Pag.		Pag.
da India a validar, no alvará de extinção do instituto denominado <i>Associação de caridade de Pangim</i> , a deliberação da junta geral de provincia sobre a entrega dos respectivos fundos e haveres á confraria da capella de S. Sebastião das Fontainhas para a fundação de um estabelecimento de beneficencia.....	455	centes ao corpo expedicionario a Moçambique.....	455
29 Decreto, mandando applicar as disposições do código de justiça militar, de 9 de abril de 1875, aos militares e empregados civis com graduação militar perten-		30 Decreto, organisando a secretaria do supremo tribunal de justiça.....	455
		30 Officio ao governador geral da India, recommendando que, antes da junta geral de provincia deliberar sobre o destino a dar aos bens de quaesquer irmandades, confrarias ou associações de beneficencia que hajam de ser extintas, solicite instrucções do governo e informe ácerca das circumstancias em que se encontrem aquellas corporações.....	458

COLLECÇÃO

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA

DO

ULTRAMAR

JANEIRO—1890

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em resposta ao seu officio, sob o n.º 305, com data de 10 de outubro ultimo, que acompanhou um requerimento de Castellino Fernandes, escrivão da camara municipal de Damão, pedindo para ser ampliado aos empregados de todas as secretarias municipaes do ultramar, sem restricção alguma, o beneficio da aposentação, concedido pelo decreto de 13 de agosto do anno passado, a fim de lhe poderem ser applicadas as disposições d'aquelle diploma, quando se impossibilitar de todo para o serviço, incumbe-me o ex.^{mo} ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a, para seu conhecimento e do requerente, que, não perdendo os escrivães das camaras municipaes o respectivo vencimento, mesmo no caso de impossibilidade absoluta, conforme é expresso na regia portaria de 9 de agosto de 1877 e já foi declarado a esse governo geral em officio d'esta secretaria d'estado, de 10 de outubro de 1888, nenhuma resolução se torna por emquanto necessario tomar sobre o assumpto.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 3 de janeiro de 1890.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral do Estado da India. — O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em resposta ao officio de v. ex.^a, sob o n.º 298, com data de 9 de outubro passado, no qual solicita uma resolução definitiva sobre as duvidas que se tem suscitado ácerca da substituição do presidente da camara municipal das Ilhas de Goa no conselho do governo, incumbe-me o ex.^{mo} ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer-lhe que o artigo 26.º do decreto de 1 de dezembro de 1869, designando para fazerem parte dos conselhos do governo das provincias ultramarinas os presidentes das camaras municipaes das capitaes das mesmas provincias, sem fazer distincção entre effectivos e substitutos, não pôde razoavelmente ser interpretado senão no sentido de serem elles substituidos pela mesma fôrma que no exercicio dos seus cargos, isto é, pelos vice-presidentes e ainda, no impedimento d'estes, pelos vereadores mais velhos; aliás deixariam as camaras municipaes de ser muitas vezes representadas nos referidos conselhos, o que de nenhum modo se compadece com o espirito do citado decreto.

Não são, pois, procedentes, nem têm razão de ser, quaesquer opiniões que ponham em duvida a legalidade da assistencia do vice-presidente da camara municipal das ilhas de Goa ás sessões do conselho do governo d'esse Estado, quando o presidente estiver impedido.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 7 de janeiro de 1890. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral do Estado da India. = O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o ministro, tendo-se inteirado do assumpto do officio de v. ex.^a, sob o n.^o 384, com data de 25 de setembro, no qual expõe os embaraços que resultam de se não haver ainda regulamentado a fórma como devem os residentes das circumscripções administrativas do districto do Congo desempenhar o serviço do registo predial, que lhes é commettido pelo artigo 29.^o do decreto de 31 de março de 1887, incumbe-me de dizer-lhe que, por ser transitória, não carece de regulamento a disposição d'aquelle artigo, visto como, para a cumprirem, têm os residentes de se conformar com as prescripções do codigo do credito predial de 17 de outubro de 1865.

É judicioso o parecer do procurador da corôa e fazenda, que por copia acompanha o officio, e em conformidade com elle, convem que v. ex.^a dê instrucções ao governador do mencionado districto, logo que receba os livros dos modelos annexos ao citado codigo, os quaes brevemente lhe serão remettidos por esta secretaria d'estado com destino á residencia de Cacongo, unica em que por ora tem sido apresentados titulos para registo, e deverão ser rubricados pelo juiz de direito da comarca de Loanda.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 8 de janeiro de 1890. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral da provincia de Angola. = O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Convindo estabelecer as regras a que deve subordinar-se a exploração do porto artificial de Mormugão, construido pela companhia «West of India Portuguese Guaranteed Railway»;

Considerando que o projecto de regulamento submettido á approvação do governo foi redigido em harmonia com o contracto de 18 de abril de 1881, e que garante os interesses do Estado, deixando á companhia a liberdade e iniciativa convenientes para uma exploração regular, impondo-lhe ao mesmo tempo a necessaria responsabilidade pelos serviços respectivos;

Tendo sido ouvida a junta consultiva do ultramar:

Hei por bem approvar o regulamento para a exploração do porto artificial de Mormugão, que consta de trinta artigos e baixa assignado pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar.

O mesmo ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 9 de janeiro de 1890. = REI. = *Frederico Ressano Garcia*.

Regulamento geral para a exploração do porto artificial de Mormugão

CAPITULO I

Artigo 1.^o Fazem parte do porto artificial de Mormugão todas as obras construidas pela companhia «West India Portuguese Railway», para os fins da exploração do mesmo porto dentro dos seguintes limites:

Pelo norte a linha de enfiamento da ponta de Chinquelim com a ponta do norte do ilhéu Varey;

Pelo noroeste o cruzamento da linha anterior com a que une a ponta mais oeste do Cabo com a ponta mais occidental da península de Mormugão;

Pelo oeste a linha da costa do morro de Mormugão até á sua ponta mais sudoeste e marcada na carta como tendo um reducto com uma unica peça no mar, uma linha que une esse reducto á parte occidental do ilhéu do Secretario que ha a oes-sudoeste da ponta Bimbay no continente;

Pelo sudoeste e sul toda a costa do sul do ilhéu até á sua ponta mais austral, e d'ahi por uma linha que una esta á ponta Bimbay;

Na contra-costa a linha da baixamar, que une o reducto de uma só peça á ponta Bimbay, e que está na carta ingleza do tenente Pettey marcada com uma linha pontuada:

Na costa norte a linha da terra, a partir da ponta mais occidental da península de Mormugão, até á ponta Chinquelim, incluindo a parte abrigada pelo quebra-mar, bahia dos Alparqueiros e recessos formados a leste d'esta bahia, e para oeste da ultima ponta referida de Chinquelim.

O espaço comprehendido entre o enfiamento de Chinquelim com o ilhéu Varey, e da ponta Nazareth com o ilhéu Juavim, limitado a este pela linha que une as pontas de Chinquelim e Nazareth, considera-se neutro, isto é, não pertence nem ao porto de Mormugão nem ao de D. Paula, e constitue a entrada do rio Zuari, não devendo, para evitar fraudes e difficuldades de accesso ao porto de Mormugão, consentir-se que os barcos possam fundear dentro do espaço neutro indicado.

Art. 2.º A administração da companhia poderá, com auctorisação previa do governo, adquirir propriedade movel ou immovel dentro ou fóra dos limites do porto, e bem assim vender, alienar, arrendar ou ceder similhante propriedade.

§ unico. O producto de qualquer dos contractos, a que este artigo se refere, será considerado como receita para a companhia, e fará parte das receitas brutas para os fins mencionados no artigo 23.º do contracto fundamental de 18 de abril de 1881.

CAPITULO II

Pessoal

Art. 3.º A administração da companhia é obrigada a submeter á approvação do governo o quadro dos seus empregados e serviçaes e respectivos vencimentos.

§ unico. Os artifices, carregadores, capatazes, mocadões e trabalhadores não se consideram empregados para os effeitos d'este artigo.

Art. 4.º A administração da companhia elaborará e submeterá á apreciação e sancção do governo os regulamentos necessários para:

- a) Regular as concessões de licenças aos seus empregados e serviçaes;
- b) Regular as gratificações e ajudas de custo a que elles tenham direito;
- c) Regular os vencimentos dos substitutos.

Art. 5.º Compete á administração da companhia nomear, suspender, multar, demittir, promover, conceder ou cassar licenças aos seus empregados e serviçaes.

CAPITULO III

Receita e despesa

Art. 6.º Cumpre á administração da companhia formular as tabellas de direitos e taxas:

- a) Para a carga e descarga das mercadorias nas embarcações ou nos caes para uso dos guindastes e armazens;
- b) Para as licenças para os botes e outras embarcações se approximarem ou acostarem ao caes;
- c) Para animaes ou vehiculos que se empreguem no transporte de mercadorias;
- d) Para as embarcações que entrarem, ancorarem, carregarem ou descarregarem dentro dos limites do porto.

§ unico. Estas tabellas serão submettidas á approvação do governo e não poderão ser alteradas sem a sua sancção.

Art. 7.º São isentos do pagamento de taxas os navios que conduzirem unicamente tropas de Sua Magestade Fidelissima e a respectiva bagagem.

§ unico. O governo pagará sómente uma rupia por cabeça, se as tropas e suas familias e respectivas bagagens desembarcarem em algum caes pertencente á companhia.

Art. 8.º A administração da companhia poderá fazer o trasbordo de mercadorias entre os navios ancorados no porto, ou descarregal-as para o caes mediante o pagamento de taxas que se fixarem em regulamentos especiaes, approvados pelo governo.

Art. 9.º A administração da companhia é obrigada a ter os rebocadores necessarios para o serviço da exploração do porto, percebendo pelos serviços desempenhados as taxas que se fixarem com a sanção do governo.

Art. 10.º Cumpre á administração da companhia organizar um orçamento da receita e despesa para cada anno economico proximo futuro, o qual deverá ser submettido á approvação do governo até o fim de fevereiro para este o approvar ou mandar reformar; se até ao fim do anno economico corrente o governo não communicar á companhia qual-quer deliberação, o orçamento considerar-se-ha sancionado e será posto em execução pela companhia.

Art. 11.º A administração da companhia poderá durante o anno apresentar orçamentos supplementares, que serão submettidos á sanção do governo na fôrma do artigo antecedente.

§ unico. Estes orçamentos deverão ser acompanhados de todos os documentos necessarios para a sua justificação.

Art. 12.º Caso seja urgente a despesa de alguma quantia superior á orçada, a companhia exporá as circumstancias do caso á fiscalisação do governo e proporá os meios necessarios para occorrer a essa despesa.

Art. 13.º As contas serão apresentadas ao governo duas vezes por anno, e examinadas pelos fiscaes que forem expressamente nomeados para esse fim.

§ 1.º Estes fiscaes poderão pedir por escripto á companhia a apresentação dos livros, contractos e outros documentos, que existam em Mormugão e que se tornem necessarios para a verificação de todas as contas; mas taes livros e documentos não poderão ser levados para fóra das repartições da companhia.

2.º Todos os livros ou documentos, existentes na repartição principal em Londres, poderão ser examinados pelo director *ex-officio* ou seu encarregado.

Art. 14.º Se as receitas brutas da exploração forem insufficientes para occorrer ás despesas, o governo, em conformidade com o artigo 20.º do contracto, poderá elevar as taxas, entendendo-se com a administração da companhia.

§ unico. Caso a administração da companhia não queira proceder por esta fôrma, poderá o governo augmental-as, publicando uma nova tabella de taxas nos termos do artigo 20.º do contracto.

CAPITULO IV

Cobrança das taxas

Art. 15.º A administração da companhia terá o direito de reter, como penhor, as mercadorias que não tenham pago as taxas respectivas, tendo prioridade sobre quaesquer outros pagamentos que possam onerar as mesmas mercadorias, excepto o frete do navio, avarias grossas e quaesquer direitos devidos á fazenda publica.

Art. 16.º Se a divida não for satisfeita no prazo de dois mezes, ou vinte e quatro horas se as mercadorias forem sujeitas á avaria, serão vendidas em hasta publica as necessarias para satisfazer a sua importancia.

§ unico. A venda será annunciada no *Boletim official* com dez dias de anticipação, e no caso de mercadorias sujeitas á avaria, com anticipação e pelo modo que a urgencia da venda permittir. Sabendo-se a morada do dono ou consignatario, dever-se-ha avisalo por carta, mas a falta d'este aviso não invalida a venda.

Art. 17. Do producto de similhante venda deduzir-se-hão todas as taxas em divida (artigo 16.º) e mais as custas e todas as despesas legaes, e o excesso será entregue ao dono, se dentro de um anno o reclamar, e, se o não fizer, reverterá a favor da companhia.

Art. 18.º Para haver multas, penalidades, taxas ou quaesquer outras quantias, que, segundo os regulamentos em vigor, sejam devidas por algum navio, a administração da companhia terá o direito de o embargar, caso o commandante ou o dono se recuse a satisfazel-as.

§ unico. A administração da companhia deverá reclamar, n'este caso, do capitão do porto para que não permita a saída do navio.

CAPITULO V

Serviços geraes

Art. 19.º As disposições d'este regulamento em cousa alguma poderão affectar:

- a) A cobrança nos caes, pontes, etc., dos direitos que á alfandega compete arrecadar.
- b) Quaesquer attribuições dos empregados da alfandega.

Art. 20.º Em todos os caes e pontes deverá a administração da companhia reservar um logar para a cobrança das taxas regulamentares, e em logar ou logares convenientes, um ou mais armazens para as mercadorias sujeitas a direitos; e separará em um dos armazens o espaço que o commissario das alfandegas escolher para uso dos empregados fiscaes do governo.

Art. 21.º A administração da companhia deve ter os pilotos que as necessidades do serviço exigirem.

§ 1.º Cumpre á companhia elaborar os regulamentos necessarios para:

- a) Fixar e regular o numero e vencimentos dos pilotos;
- b) Definir as suas attribuições e deveres.

§ 2.º N'estes regulamentos as faltas serão punidas por multas não superiores a 200 rupias, e pela suspensão, descontos nos vencimentos e demissão.

§ 3.º Todos estes regulamentos serão submittidos á sancção do governo, sem a qual não poderão ser postos em vigor.

Art. 22.º Cumpre mais á administração da companhia elaborar os seguintes regulamentos:

- a) Para os seus empregados e serviços;
- b) Para o serviço nos caes, pontes, armazens e tramways, etc.;
- c) Para o embarque e desembarque dos passageiros;
- d) Para o serviço de carga, descarga, deposito, armazenagem, etc., das mercadorias;
- e) Para a conservação e limpeza do porto;
- f) Para a cobrança das taxas;
- g) Para todos os outros serviços relativos á exploração do porto.

§ 1.º Todos estes regulamentos carecem de approvação do governo e não podem ser alterados nem revogados sem a sua sancção.

§ 2.º O governo poderá suspender ou revogar qualquer d'estes regulamentos, avisando a companhia por meio do *Boletim official*, com antecedencia de tres semanas.

Art. 23.º Estes regulamentos, e bem assim as tabellas das taxas, serão affixados nos caes e pontes, em portuguez, inglez e maratha, e publicados no *Boletim official*.

CAPITULO VI

Penalidades

Art. 24.º As infracções serão punidas por multas não excedentes a 100 rupias, ou, no caso de aviso, pela de 50 rupias por cada dia depois do mesmo.

Art. 25.º Todo o empregado da companhia que, devendo comparecer perante os fiscaes encarregados da verificação das contas, se recusar a fazel-o, pagará uma multa de 100 rupias.

Art. 26.º Todo o individuo que falsificar um conhecimento, diminuindo a quantidade ou peso de mercadorias, pagará uma multa não inferior ao dobro das taxas correspondentes á parte sonogada.

Art. 27.º Todo aquelle que pretender esquivar-se ao pagamento de qualquer taxa pagará uma multa de 50 rupias.

Art. 28.º Todo aquelle que causar qualquer damno ás obras indemnizará a companhia da importancia dos prejuizos que causar.

Art. 29.º Todos os empregados e serviços da companhia que desobedecerem ás instrucções que, nos termos dos regulamentos em vigor, lhes forem intimadas pelos empregados da alfandega ou pelos da fiscalisação no exercicio das suas funções, serão punidos com a multa de 50 rupias.

Art. 30.º As multas e penas comminadas por este regulamento serão impostas pelos tribunaes competentes, em conformidade com a lei.

Paço, em 9 de janeiro de 1890. — *Frederico Ressano Garcia*.

Convindo, enquanto se não reorganisar o serviço da fiscalisação da caminho de ferro de Mormugão, regular as gratificações que devem ser abonadas aos chefes que accumularem o serviço de mais de uma secção, ou substituirem no seu impedimento ou ausencia o engenheiro-chefe da dita fiscalisação: ha Sua Magestade El-Rei por bem, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, determinar que ao chefe de secção que desempenhar interinamente o serviço de outra secção, alem da que lhe pertence, seja abonada a gratificação mensal de 45\$000 réis, e quando substituir o engenheiro-chefe da fiscalisação, a gratificação, tambem mensal, de 90\$000 réis, não podendo, porém, estas duas gratificações ser accumuladas.

Paço, em 10 de janeiro de 1890. — *Frederico Ressano Garcia.*

Para o governador geral do Estado da India.

Considerando que o vernaculo de todo o territorio de Goa é a lingua konkani;

Considerando que importam em cerca de meio milhão os cidadãos portuguezes que n'aquelle territorio e fóra d'elle fallam essa lingua desde a infancia;

Considerando que, embora existam ainda hoje nas bibliothecas nacionaes e estrangeiras obras valiosas dos antigos missionarios portuguezes na lingua konkani, não tem todavia nenhuma d'essas obras todos os requisitos necessarios para o primeiro ensino da infancia ou mesmo para encaminhar adultos no estudo methodico da mesma lingua;

Considerando que é conveniente prepararem-se elementos para a creação de um instituto, no qual se ensinem as linguas vernaculas de todas as nossas provincias ultramarinas;

Considerando os estudos especiaes feitos pelo antigo deputado, barão de Combarjua, sobre a lingua konkani, e bem assim outras circumstancias que n'elle concorrem;

Ha por bem Sua Magestade El-Rei encarregal-o:

1.º De coordenar e preparar para a impressão as seguintes obras, para uso das escholâs:

Um methodo de leitura de lingua konkani;

Livros de leitura corrente na mesma lingua;

Uma grammatica elementar da mesma lingua;

Um dicionario konkani-portuguez e cutro portuguez-konkani;

Doutrina christã em konkani.

2.º De colligir e preparar egualmente para a impressão todas as obras raras que pelo seu merecimento possam ser consideradas monumentos da lingua konkani e como taes devam ser vulgarisadas.

Outrosim determina o mesmo augusto senhor que ao referido barão de Combarjua se abone, durante o desempenho d'esta incumbencia, o vencimento annual de 1:000\$000 réis, pelo cofre da fazenda do Estado da India, e as passagens da ida para Goa e de regresso ao reino. O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao governador geral do Estado da India, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 13 de janeiro de 1890. — *Frederico Ressano Garcia.*

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em officio n.º 317, de 27 de setembro ultimo, teve esta direcção geral (direcção geral dos correios, telegraphos e pharoes) a honra de transmittir a v. ex.^a, de ordem de s. ex.^a o ministro da marinha e ultramar, copia do despacho, de igual data, em que se fazia sentir ao administrador dos correios da provincia de S. Thomé e Principe, que por falta de acertadas representações suas sobre o fornecimento de sellos e outras formulas de franquia para uso das repartições postaes, se tinha chegado ao extremo de se precisar recorrer ao expediente, muito bem auctorizado, de sobretaxar alguns sellos para acudir ás urgencias do consumo; e citava-se-lhe a portaria de 26 de setembro de 1888, que providenciára sobre o modo de evitar que fosse mister solicitar do governo geral tal providencia.

A resposta dada pelo administrador dos correios foi contestada pelo officio junto por copia.

Em novo officio, porém, n.º 143, de 21 de dezembro de 1889, participa este funcionario a necessidade que o obrigou a pedir uma providencia analogo, a que v. ex.^a, em presença das apontadas circumstancias que se davam, teve por conveniente annuir.

S. ex.^a o ministro quer que a administração dos correios não mais se colleque em condições de propor um alvitre, a que a portaria de 26 de setembro de 1888 teve em vista evitar que fosse mister recorrer.

Pelo n.º 2.º da citada portaria proviu-se á existencia de um deposito de sellos e outras formulas de franquia para o consumo provavel de seis mezes; e pelo n.º 1.º estatuiu-se que no principio de cada trimestre se requisitassem os que fossem necessarios para o consumo provavel de tres mezes.

A combinação da doutrina do n.º 1.º com a do n.º 2.º, que se completavam reciprocamente, dava em resultado que nem na hypothese mais desfavoravel e extraordinaria deveria haver falta de sellos na administração dos correios.

Succedeu, porém, que a repartição de fazenda, por se lhe não tornarem conhecidas as verdadeiras necessidades do serviço postal pelo respectivo responsavel, requisitou menos que o que as mesmas necessidades exigiam (apenas 2:800 sellos de 5 réis em julho e 5:000 em outubro de 1889), e d'ahi resultou o desequilibrio a que foi forçoso acudir com medidas extraordinarias.

N'esta data se dão ordens terminantes ao administrador dos correios para que traga a inspecção de fazenda sempre em dia com as necessidades do serviço n'esta importante parte d'elle, e encarrega-me s. ex.^a o ministro de assim o participar a v. ex.^a; para que se, digne dar as ordens que julgar convenientes para que taes necessidades sejam devidamente attendidas nos termos exarados na portaria acima citada.

O mesmo ex.^{mo} sr. ha por muito recommendado este assumpto ao esclarecido zêlo e alto criterio de v. ex.^a

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, em 20 de janeiro de 1890. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de S. Thomé e Principe. — O conselheiro director geral, *Guilhermino Augusto de Barros*.

Copia a que se refere o officio supra

Ministerio das obras publicas, commercio e industria — Direcção geral dos correios, telegraphos e pharoes — Serviço ultramarino — 2.^a Repartição — 2.^a Secção N.º . . . — Copia. — N.º 393 — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Quando esta repartição lavrou o despacho de 27 de setembro ultimo, de que v. ex.^a trata no seu officio n.º 124 de 11 de novembro seguinte, ignorava a causa determinante da crise, que se deu, de falta de sellos da taxa de cinco réis n'essa administração, aliás, em vez da informação que pediu, teria desde logo manifestado os inconvenientes que houvera em preterir os interesses publicos e particulares por uma simples especulação commercial, que outra cousa não é a compra de avultada porção de formulas de franquia com o proposito declarado e tornado conhecido de as lançar n'um mercado estrangeiro. A missão de v. ex.^a n'essa provincia como chefe superior dos correios seria de mediocre importancia e de uma transitoria responsabilidade, se não tivesse de, a par do expediente corrente de todos os dias, prevenir, por meio de um prudente tacto administrativo e de um superior criterio, eventualidades que podem comprometter o serviço; e, para isso, não é mister intrometter-se no serviço de repartições alheias, basta aproveitar bem os elementos de que dispõe a administração a seu mui digno cargo, para tornar productivas e efficazes as faculdades de que a lei a investiu. São pois de um interesse secundario, para esclarecimento do caso em questão, os argumentos adduzidos, os quaes, sem embargo d'isso, a direcção geral ha por bastantes para, em homenagem aos bons serviços prestados por v. ex.^a e ao seu reconhecido zêlo, pôr termo ao incidente que se deu e que a mesma direcção geral espera se não repita.

Deus guarde a v. ex.^a Segunda repartição da direcção geral dos correios, telegraphos e pharoes, em 14 de dezembro de 1889. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. administrador dos correios da provincia de S. Thomé e Principe. — O chefe da repartição, *Pedro de Almeida Vidoeira*.

Está conforme. Segunda repartição da direcção geral dos correios, telegraphos e pharoes, em 20 de janeiro de 1890. — O chefe da segunda secção, *João José Lopes*.

Usando da faculdade que me conferem o artigo 74.º, § 4.º da carta constitucional da monarchia e o artigo 7.º, § 2.º da carta de lei de 24 de julho de 1885: hei por bem, tendo ouvido o conselho d'estado, nos termos do artigo 110.º da mesma carta, dissolver a camara dos senhores deputados da nação portugueza, e a parte electiva da camara dos dignos pares do reino, mandar proceder a novas eleições nos termos das leis vigentes, e convocar as côrtes para o dia 19 do proximo mez de abril.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 20 de janeiro de 1890. = REI. = *Antonio de Serpa Pimentel*.

Tendo o reverendo arcebispo primaz, patriarcha das Indias orientaes, de accordo com o governador geral do Estado da India, pedido em officio de 11 de dezembro passado, auctorisação para se fazer no dia 3 de dezembro do corrente anno, uma exposição solemne do corpo de S. Francisco Xavier: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, participar ao referido governador geral que ha por bem conceder a solicitada auctorisação, cumprindo ao mesmo magistrado dar as providencias necessarias, não só para o devido resguardo d'aquella veneranda reliquia, mas tambem para que se conserve a melhor ordem possivel na reunião dos numerosos individuos que hão de affluir á mencionada exposição.

Paço, em 20 de janeiro de 1890. = *João Marcellino Arroyo*.

Sua Magestade El-Rei, a quem foi presente o officio do governador geral do Estado da India, n.º 327, de 11 de novembro ultimo, remetendo dois projectos e respectivos orçamentos de um edificio para a alfandega de Mormugão junto ao quebra-mar, na importancia de 16:000 rupias, e de um outro na mesma cidade para a delegação de saude e quartel dos empregados aduaneiros, na importancia de 12:000 rupias;

Considerando que os referidos projectos estão nas condições de serem approvados e que a totalidade a despendar é equivalente á verba já auctorisada, por portaria de 17 de setembro do anno passado, para edificio da alfandega e demais repartições publicas em Mormugão:

Ha o mesmo augusto senhor por bem, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, approvar os ditos projectos e orçamentos, ficando pela presente portaria substituida n'esta parte a de 17 de setembro, acima mencionada; e assim o manda communicar ao referido governador geral, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 20 de janeiro de 1890. = *João Marcellino Arroyo*.

Sendo insufficiente a quantia de 4:333 rupias e 5 tangas, inscripta na tabella da despesa do Estado da India para representação do respectivo governador geral, attentas as suas continuas relações officiaes com as auctoridades da India ingleza e com o clero superior do padroado: ha Sua Magestade El-Rei por bem ordenar que a mencionada quantia seja elevada a 8:833 rupias, devendo a differença ser satisfeita pela verba das despesas eventuaes, emquanto não for devidamente inscripta na tabella: o que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao inspector de fazenda da provincia, para sua intelligencia.

Paço, em 21 de janeiro de 1890. = *João Marcellino Arroyo*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — O ex.^{mo} ministro da marinha e ultramar, tendo tomado conhecimento dos officios de v. ex.^a, sob os n.ºs 295 e 302, datados de 2 e 15 de outubro ultimo e acompanhados de cópias da correspondencia trocada com o reverendo arcebispo de Goa, patriarcha das Indias orientaes, a proposito da approvação do compromisso da con-

fraria de Nossa Senhora dos Milagres de Sanquelim, incumbe-me de dizer-lhe que procedeu bem, sustentando a exclusiva competencia da auctoridade civil para resolver sobre o assumpto e citando ao referido prelado a legislação do reino que dispensa de approvação ecclesiastica os estatutos ou compromissos das irmandades e confrarias, que são para todos os effeitos consideradas como institutos leigos e civis e que, em verdade, não exercem funções algumas ecclesiasticas ou sagradas, mas unicamente são auxiliares d'essas funções.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 24 de janeiro de 1890. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral do Estado da India. — O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Incumbe-me o ex.^{mo} ministro da marinha de responder ao officio n.º 319, de 6 de novembro ultimo, em que v. ex.^a, remettendo o auto de investigação a que mandou proceder sobre os factos que motivaram o processo crime instaurado contra D. Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Camara, governador que foi do districto de Diu, expõe as razões por que lhe parece ser injusto esse processo, que, nos termos do artigo 13.º do decreto de 1 de dezembro de 1869, que n'esta parte alterou o artigo 357.º do codigo administrativo de 1842, é a v. ex.^a e não ao governo, que compete dar ou denegar licença para o seguimento d'esse processo, e que n'esta data se officia ao procurador da corôa e fazenda junto da relação d'esse districto n'este mesmo sentido: pelo que devolve a v. ex.^a o mencionado auto de investigação.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 25 de janeiro de 1890. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral do Estado da India. — O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Tendo o governador geral do Estado da India representado ao governo de Sua Magestade sobre a conveniencia e necessidade de destinar o forte de Gaspar Dias na margem esquerda do Mandovi, a pouca distancia de Nova Goa, a cemiterio privativo dos hindus e mouros; e não tendo sido essa representação acompanhada das informações e pareceres legaes, necessarios para bem se julgar das condições em que se acha o ponto designado para o fim a que se quer apropriar, e que são indispensaveis por se tratar de assumpto que muito importa á hygiene publica: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, suscitar ao referido governador geral a determinação expressa na portaria de 31 de dezembro de 1847, que mandou vigorar no Estado da India todos os decretos relativos á formação de cemiterios.

Paço, em 27 de janeiro de 1890. — *João Marcellino Arroyo*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Accusando a recepção do officio confidencial n.º 5, de 3 de julho de 1889, e concordando com o alvitre por v. ex.^a apresentado ácerca da exploração de mineraes na ilha do Fogo, s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de communicar a v. ex.^a, para os convenientes effeitos, que auctorisa que se abra concurso publico, por um prazo que pareça razoavel, para a concessão de zonas mineiras, conhecidas na dita ilha e pertencentes ao Estado, nos termos do artigo 45.º do decreto com força de lei de 4 de dezembro de 1869, devendo os solicitantes apresentar as suas propostas em carta fechada, para a exploração mineira alludida e segundo os preceitos do decreto citado, indicando os meios de que dispõem para a mesma exploração, e os beneficios que offerecem ao Estado, alem do imposto estabelecido no artigo 38.º d'aquelle decreto.

Expirado o prazo que for fixado, e reunidas as propostas que se apresentarem, v. ex.^a enviará a esta secretaria d'estado essas propostas, depois de apreciadas em conselho de governo, para se resolver o que for de interesse publico.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 30 de janeiro de 1890. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral da provincia de Cabo Verde. — O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Não tendo sido revogados nem alterados os preceitos contidos na portaria provincial n.º 196, de 10 de junho de 1882 (*Boletim official*, n.º 25, pag. 192) estabelecendo o valor official de 380 réis para a rupia da India, encarrega-me s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a, para os devidos effeitos, que, tanto nas estações officiaes, quer para receita geral, quer para despesa, como nas relações tambem officiaes do governo provincial com a succursal do banco ultramarino, se deve considerar subsistente o referido valor de 380 réis para a indicada moeda.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 31 de janeiro de 1890. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral da provincia de Moçambique. — O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Ill.^{mo} sr. — Em resposta ao officio de v. s.^a, n.º 315, de 22 de dezembro ultimo, perguntando se os empregados do quadro de saude d'essa provincia, com licença em Cabo Verde por motivo de doença, têm direito ás gratificações durante o tempo da licença, encarrega-me s. ex.^a o ministro da marinha e ultramar de dizer que, contando-se o tempo das licenças mencionadas para os effeitos da reforma, em conformidade com a consulta da procuradoria geral da corôa e fazenda, de 13 de março de 1883, e sendo as gratificações dos referidos empregados de residencia e não de exercicio, estes as devem receber quando doentes, muito embora permaneçam em uma ou outra provincia.

Deus guarde a v. s.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 31 de janeiro de 1890. — Ill.^{mo} sr. chefe do serviço de saude da provincia da Guiné. — O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

FEVEREIRO

Circular. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o ministro de communicar a v. ex.^a que os avisos aos navegantes, dando conhecimento da existencia de qualquer nova luz ou pharol, devem vir acompanhados dos seguintes esclarecimentos:

Posição geographica;
Nome e distancia da povoação mais proxima;
Ordem, aspecto da luz e outras qualidades do apparelho illuminatorio;
Alcance da luz no estado do medio de transparencia da atmospheria e no estado brumoso;

Altura do foco luminoso:
Sobre o nivel medio do Oceano;
Sobre o maximo preamar;
Sobre a base do edificio;
Figura, côr e dimensões da lanterna;
Figura, aspecto e dimensões principaes do edificio;
Altura do vertice da lanterna sobre a base do edificio;
Numero de grau do sector illuminado;
Rumos verdadeiros dos raios extremos da luz.

Os rumos devem ser sempre verdadeiros.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 4 de fevereiro de 1890. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Macau e Timor. — O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em referencia ao officio de v. ex.^a, n.º 297, de 2 de dezembro do anno proximo findo, que acompanhou quatro requerimentos em que igual numero de officiaes do batalhão nacional d'essa cidade pedem que os seus vencimentos lhes sejam pagos pela tarifa estabelecida na carta de lei de 16 de julho de 1889, encarrega-me

s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a, que só por uma lei especial podem ser alterados os vencimentos dos requerentes, por isso que os que actualmente percebem foram estabelecidos pelo decreto orçamental de 28 de novembro de 1883, que no seu artigo 22.^o os considera como especiaes.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 6 de fevereiro de 1890. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Macau e Timor. = O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Sua Magestade El-Rei, a quem foi presente a portaria do governador geral do Estado da India, n.^o 413, de 10 de agosto de 1886, a qual manda adoptar providencias concernentes á melhor fórma de se effectuar a cobrança de fóros e mais contribuições devidas a fazenda publica pelas comunidades de Perném: ha por bem dar a sua regia approvação á referida portaria; o que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se participa ao governador geral d'aquelle Estado, para os devidos effectos.

Paço, em 7 de fevereiro de 1890. = *João Marcellino Arroyo*.

Portaria provincial a que se refere a regia portaria supra

N.^o 413. — Tendo os dessaes, gão-cares, nadcornis e mais interessados da communidade da aldeia Parxém, concelho de Perném, por termo assignado em 17 de setembro de 1800 perante o coronel ajudante general, que foi da respectiva provincia, Joaquim Vicente Godinho de Mira, feito entre si a distribuição das terras da mesma communidade, obrigando-se ao pagamento, á real fazenda de Sua Magestade, dos fóros e mais contribuições que forem devidas, como se fossem, na parte respectiva a cada um, a propria communidade devedora, procedendo pela mesma fórma os componentes de outras comunidades do referido concelho;

Considerando que, por este facto, as comunidades não foram dissolvidas, mas todos os seus encargos materiaes passaram para os componentes que entre si dividiram os bens aldeanos, conservando-se todavia o vínculo da associação sob a denominação de communidade, como entidade theorica que deve servir para a manutenção dos titulos, regimen e responsabilidades moraes e regalias correlativas, mas não para satisfazer quaesquer encargos, que todos se transmittiram aos que usufruem as suas antigas propriedades;

Considerando que os componentes d'aquellas comunidades sempre satisfizeram á fazenda as contribuições devidas, tendo comtudo e ultimamente, por difficuldades de execução, deixado alguns de pagar os seus debitos, que convem liquidar em beneficio do thesouro publico por meios coercivos; se não bastarem os recursos facultados pela legislação em vigor para as comunidades; e,

Cobrando-se as imposições fiscaes por via de execução administrativa, conforme se acha estabelecido nas instrucções da junta da fazenda publica de 2 de janeiro de 1885 e disposições n'ellas citadas; mas,

Duvidando-se, se na applicação do processo designado nas preditas instrucções, a execução deverá mover-se contra as comunidades devedoras de Perném, ou contra os componentes d'ellas que usufruem as terras, que repartiram nos termos ja indicados; e,

Convindo regular este assumpto, porque de dia para dia se vão aggravando as difficuldades de cobrança ordinaria a tal ponto, que importa em mais de 58:000 rupias o que as comunidades do sobredito concelho devem hoje á fazenda a titulo de fóros e contribuições;

Tendo ouvido o parecer da procuradoria da corôa e fazenda, a junta da fazenda publica e o conselho do governo:

Hei por conveniente determinar:

1.^o Se o sacador da communidade de Parxém e os de outras comunidades, em identicas condições acima alludidas, não pagarem nos prazos legaes a importancia dos fóros e contribuições devidas á fazenda, mover-se-ha contra elles e seus fiadores a competente execução administrativa pela fórma preceituada nas instrucções da junta de fazenda de 2 de janeiro de 1885.

2.º É applicavel o disposto no numero antecedente aos procuradores das communi-
dades encarregados, nos termos do artigo 99.º, em vigor, do reg. das communi-
dades de 30 de março de 1882, da gerencia das sacadorias, quando estas não tenham sido arrematadas.

3.º Se, no decurso do processo marcado nos numeros anteriores, se provar que os
sacadores e seus fiadores não estão habilitados a satisfazer os seus debitos, instaurar-se-
ha processo de execução contra as comunidades, e se estas não estiverem preparadas
para pagar, por negligencia e falta dos componentes e interessados devedores, suspen-
der-se-ha a execução contra o sacador ou procurador e fiadores do primeiro, e contra a
comunidade, continuando-se o processo contra os componentes remissos.

4.º Para o fim indicado no numero antecedente, o sacador ou o procurador gerente
da sacadoria, findo o prazo em que devia entrar com o quartel de fóros e contribuições,
enviará á administração do concelho de Perném uma relação nominal dos componentes
devedores, com a importancia dos seus debitos, discriminando-se os que disserem respeito
á fazenda dos que se referirem á comunidade respectiva, e o administrador do conce-
lho, visando essa relação, a remetterá á repartição de fazenda de Perném, para se
proseguir nos termos ultteriores de execução contra cada um dos devedores.

5.º O administrador do concelho de Perném, logo depois da publicação da presente
portaria, dará as necessarias ordens para que, nos livros das comunidades, haja titulos
dos componentes, claros e explicitos por fôrma que seja facil saber-se a importancia de
fóros e contribuições, que cada um deve á fazenda pelos terrenos que usufrue.

As auctoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento e execução d'esta compe-
tir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo geral em Pangim, 10 de agosto de 1886. — O governador ge-
ral, *Francisco Joaquim Ferreira do Amaral*.

Não se tendo podido obter para o serviço militar no districto do Zumbo, na provin-
cia de Moçambique, as praças de pret do exercito que, segundo o disposto no decreto de
7 de novembro do anno proximo findo, deviam compor a guarnição do dito districto; e
sendo indispensavel prover de remedio a similhante falta por fôrma proveitosa para o in-
dicado serviço: ha Sua Magestade El-Rei por bem ordenar, pela secretaria d'estado dos
negocios da marinha e ultramar, que a guarnição do referido districto seja provisoria-
mente substituida por um destacamento de seis praças do corpo de marinheiros da ar-
mada, que voluntariamente se offereçam para o referido serviço, o qual durará dezoito
mezes, contados desde a data da saída do porto de Lisboa, ao qual recolherão immedia-
tamente findo aquelle periodo, e será retribuido com soldo dobrado, a gratificação de 100
réis diarios e o abono diario de 500 réis para sua alimentação, perdendo este no caso de
baixarem ao hospital do Estado, e sendo apenas abonados pelas tarifas ordinarias no caso
de prisão para conselho de guerra.

Paço, em 8 de fevereiro de 1890. — *João Marcellino Arroyo*,

Senhor. — Depois que no segundo quarto d'este seculo a nação atravessou o periodo
das luctas civis, no fim das quaes ficou implantado e arreigado o regimen de liberdade
e tolerancia politica, as attenções publicas, as das camaras legislativas e dos governos
voltaram-se principalmente para o trabalho de introduzir e realisar no paiz os melhora-
mentos materiaes, que eram necessarios para o nosso desenvolvimento e progresso eco-
nomico, a par de outras reformas de ordem moral, que nunca devem deixar de acompa-
nhar o melhoramento physico das sociedades.

É manifesto o augmento da riqueza publica, que tem provindo da realisação d'aquelles
melhoramentos materiaes e economicos.

No momento actual o patriotismo impõe-nos outros deveres e outras tarefas, que são a
garantia dos progressos politicos e materiaes que temos realiado: são os deveres e as
tarefas de uma solida organização militar, e da defesa do paiz. Estamos n'este ponto
abaixo de quasi todas as nações, e é necessario egualarmos-nos a ellas na proporção das
nossas circumstancias e dos nossos recursos. O inicio d'este empreendimento, sobretudo
no que toca ás necessidades mais instantes, é inadiavel e reclama-o a opinião e a con-
sciencia nacional.

Alguns estudos e trabalhos existem concluidos, outros em via de elaboração sobre esta importante materia.

É necessario pol-os em execução: alguns pelo que respeita á organização militar foram legislados. É necessario emendar e aperfeiçoar o que a experiencia mostrou que carece de prompta reforma.

A parte mais urgente da tarefa material a realisar, a defesa de Lisboa e seu porto, já foi maduramente estudada, projectada e começada a realisar.

É necessario, urgente e inadiavel completal-a e concluil-a na sua parte essencial.

A construcção das baterias, que ainda faltam para completar pelo menos o armamento de segurança do porto de Lisboa, incluindo a transformação da torre de S. Lourenço da Barra (Bugio) n'um forte couraçado, a compra de artilheria, que for indispensavel, a acquisição de torpedos e navios torpedeiros significa a parte essencial e efficaz da defesa do porto de Lisboa. É necessario proceder a ella sem demora. A reorganisação do exercito, de modo que dê soldados bastantes e instruidos no mister das armas, tanto no pé de paz, como no caso do chamamento eventual das reservas e da passagem ao pé de guerra, e que, sem prejuizo da agricultura, alargue nos povos a instrucção militar, e dê garantias de bem estar aos officiaes, officiaes inferiores e soldados, é outra exigencia imperiosa das circumstancias, que deve acompanhar a parte material da defesa do paiz.

Como complemento d'estas providencias é conveniente augmentar, no que for absolutamente indispensavel, e tendo em vista as necessidades do serviço publico nas duas principaes cidades do reino, o pessoal das guardas municipaes.

Por todos estes motivos, propomos a Vossa Magestade os seguintes projectos de decretos.

Ministerio da guerra, em 10 de fevereiro de 1890. = *Antonio de Serpa Pimentel* = *Lopo Vaz de Sampaio e Mello* = *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* = *João Marcellino Arroyo* = *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* = *Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

N.º 1

Attendendo ao que me representaram os ministros e secretarios d'estado de todas as repartições: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É o governo auctorisado:

1.º A mandar proceder á construcção das obras de fortificação, que faltam para se completar o armamento de segurança do porto de Lisboa, incluindo a transformação da torre de S. Lourenço da Barra (Bugio) em um forte couraçado, e tudo subordinado ao plano geral de defesa do mesmo porto;

2.º A contractar o fabrico de todas as bôcas de fogo necessarias para o completo artilhamento das referidas obras, e das que já estão construidas e em construcção;

3.º A contractar o material de torpedos necessario para o completo das defesas subaquaticas do porto de Lisboa, em conformidade com o armamento de segurança, a que se refere o n.º 1.º, e a proceder á acquisição dos barcos torpedeiros, que desde já se julguem necessarios para o mesmo fim.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e interino dos da guerra, e os ministros e secretarios d'estado das outras repartições, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 10 de fevereiro de 1890. = REI. = *Antonio de Serpa Pimentel* = *Lopo Vaz de Sampaio e Mello* = *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* = *João Marcellino Arroyo* = *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* = *Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

N.º 2

Attendendo ao que me representaram os ministros e secretarios d'estado de todas as repartições: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É o governo auctorisado a proceder á reorganisação do exercito, em harmonia com as seguintes bases:

1.^a Remodelar a constituição das diversas armas e serviços do exercito de accordo com as necessidades da defesa do paiz, aproveitando convenientemente os quadros existentes, quando não seja necessaria a sua ampliação, e cuidando-se devidamente da situação e futuro dos officiaes, officiaes inferiores e mais praças;

2.^a Augmentar o contingente annual, reduzindo pelo modo mais conveniente o tempo effectivo de serviço nas fileiras;

3.^a Modificar a organização da segunda reserva, ministrando-lhe a instrução necessaria;

4.^a Cuidar devidamente da instrução das diferentes armas e serviços do exercito;

5.^a Attender convenientemente á distribuição da força publica;

6.^a Transformar a eschola pratica de infantaria e cavallaria, em duas escholas independentes para as respectivas armas;

7.^a Estabelecer carreiras de tiro em todas as localidades onde estejam aquartelados os diferentes corpos do exercito, e em geral nas sédes dos districtos de recrutamento e reserva, a fim de se poder adestrar no tiro, não só as forças do exercito activo e das reservas, como tambem os individuos da classe civil que o desejarem;

8.^a Melhorar e completar os armamentos das diversas armas do exercito;

9.^a Reformar as escholas destinadas á instrução dos officiaes inferiores.

Art. 2.^o Fica do mesmo modo o governo auctorizado a fazer na lei do recrutamento as alterações indispensaveis para tornar effectivas as disposições que forem adoptadas no desenvolvimento das bases constantes do artigo 1.^o, e para a mais exacta e equitativa distribuição do imposto de sangue.

Art. 3.^o Fica revogada a legislação em contrario.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado nos negocios do reino, e interino dos da guerra, e os ministros e secretarios d'estado das outras repartições, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 10 de fevereiro de 1890. = REI. = *Antonio de Serpa Pimentel* = *Lopo Vaz de Sampaio e Mello* = *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* = *João Marcellino Arroyo* = *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* = *Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

N.^o 3

Attendendo ao que me representaram os ministros e secretarios d'estado das diversas repartições; hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.^o É o governo auctorizado a reorganisar as guardas municipaes de Lisboa e Porto, melhorando as suas condições e augmentando o seu effectivo.

Art. 2.^o O governo dará conta ás côrtes das disposições do presente decreto.

Art. 3.^o Fica revogada a legislação em contrario.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e interino dos da guerra, e os ministros e secretarios d'estado de todas as repartições, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 10 de fevereiro de 1890 = REI. = *Antonio de Serpa Pimentel* = *Lopo Vaz de Sampaio e Mello* = *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* = *João Marcellino Arroyo* = *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* = *Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

Senhor. — As condições da moderna construcção naval têm nos ultimos annos tomado um desenvolvimento tão intensivo, não só sob o ponto de vista da qualidade e importancia militar dos navios, como do seu numero, que seria descurar completamente a defesa nacional por taes meios, se se não tomassem providencias immediatas e successivas, que dotem a nossa marinha de guerra, não só com os elementos precisos de defesa, mas com os meios de ataque compatíveis com a população do nosso paiz e os seus recursos economicos.

Sem resolver definitivamente desde já qual o numero, especie e importancia naval dos vasos de guerra, que devem compor a nossa marinha militar, o que o governo se propõe fazer, ouvidas todas as estações competentes, mas tendo em consideração estudos

conhecidos, auctorisadas opiniões, tanto nacionaes como estrangeiras, as boas aspirações da opinião publica e resoluções adoptadas por outras nações maritimas, em que no material fluctuante ultimamente construido, e a adquirir, figura principalmente o cruzador de grande velocidade, e de larga zona de acção, pretende o governo fazer construir quatro cruzadores de um deslocamento não inferior a 3:400 toneladas cada um, de aço, de 20 milhas de marcha em experiencia normal, armados de tubos de lançamento de torpedos, poderosa artilheria, peças de tiro rapido e metralhadoras, e com o maximo aprovisionamento de carvão.

No estado actual do material naval, que têm as differentes nações, ficaremos a par das que o possuem de melhor qualidade, na proporção dos nossos recursos economicos.

Comquanto seja necessario providenciar convenientemente a respeito do serviço naval colonial e de policia geral maritima, pôde por agora limitar-se a acção do governo á construcção de duas pequenas canhoneiras pelo typo da *Massabi*, e duas canhoneiras de 600 toneladas de deslocamento, aproveitando-se tanto quanto possivel a concorrência da industria nacional.

É, porém, indispensavel prover as nossas colonias de recursos de reparação para melhor aproveitamento do material fluctuante que n'ellas sirva, e que dispensará ser amiudadamente substituido, sendo apenas rendidas as guarnições; n'este sentido é urgente adquirir duas docas fluctuantes com destino a Angola e Moçambique.

Taes são as razões por que propomos a Vossa Magestade o seguinte projecto de decreto.

Ministerio da marinha e ultramar, 10 de fevereiro de 1890.—*Antonio de Serpa Pimentel*—*Lopo Vaz de Sampaio e Mello*—*João Ferreira Franco Pinto Castello Branco*—*João Marcellino Arroyo*—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*—*Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

N.º 4

Attendendo ao que me representaram os ministros e secretarios d'estado das diversas repartições: hei por bem approvar o seguinte decreto:

Artigo 1.º É o governo auctorisado:

1.º A adquirir quatro cruzadores de um deslocamento não inferior a 3:400 toneladas, velocidade não inferior a 20 milhas por hora na experiencia normal, e armados de tubos de lançamento de torpedos, artilheria de grande alcance, peças de tiro rapido, metralhadoras, e com a maxima accommodação de combustivel;

2.º A fazer construir, sendo possivel, pela industria nacional, duas canhoneiras do typo *Massabi*;

3.º A fazer construir, tanto quanto possivel com o concurso da industria nacional, duas canhoneiras de 600 toneladas, e de 14 milhas, por hora, de velocidade;

4.º A adquirir duas docas fluctuantes, uma para o porto de Loanda e outra para o de Moçambique.

Art. 2.º Fica assim substituida e ampliada qualquer auctorisação anterior ácerca da acquisição de material fluctuante, devendo o governo dar conta ás côrtes das disposições do presente decreto que careçam de sancção legislativa.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e interino dos da guerra, e os ministros e secretarios d'estado de todas as outras repartições, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 10 de fevereiro de 1890.—*REI*.—*Antonio de Serpa Pimentel*—*Lopo Vaz de Sampaio e Mello*—*João Ferreira Franco Pinto Castello Branco*—*João Marcellino Arroyo*—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*—*Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

Senhor.—A soberania nacional e os vastos dominios coloniaes que nos cumpre guardar e defender, como patrimonio honroso e recordação heroica dos assignalados serviços dos navegadores portuguezes, exigem que Portugal tenha uma organização de serviços da armada, que corresponda ao zêlo patriotico e constantes esforços dos officiaes e mais praças da marinha de guerra, aos quaes está, em grande parte, confiada a guarda e defesa da bandeira nacional.

O governo de Vossa Magestade deixaria de corresponder ao que d'elle exigem a opinião publica e a confiança regia, se no presente momento não tomasse uma larga iniciativa, que collocasse tanto a marinha de guerra, propriamente dita, como as suas dependencias essenciaes, em estado de corresponderem, dentro dos recursos do thesouro, ao melhor aproveitamento do existente, e á creação de elementos de desenvolvimento gradual, successivo e efficaz, que traduzam em factos positivos a acção do governo, e a melhor orientação da opinião do paiz sobre tão momentoso assumpto.

É n'esta ordem de idéas que o governo de Vossa Magestade suppõe que deve, desde já, proceder-se á organização de todo o pessoal da marinha de guerra, e suas condições de promoção, em accordo com os principios geralmente admittidos nas nações mais adiantadas, e com as conveniencias dos serviços a desempenhar pela benemerita corporação da armada, adaptando tudo aos habitos nacionaes e ao modo de ser da vida portugueza.

O serviço hydrographico que até hoje tem sido essencialmente descurado, a ponto de se perderem esforços notaveis, mas isolados, tanto dos engenheiros hydrographos, como dos officiaes de marinha, precisa, pela importancia scientifica e pratica que d'elle deriva, de uma constituição adequada, pela qual possa exigir-se o muito que ha a esperar da intelligencia, zêlo e proficiencia dos que a elle se dedicam.

As fabricas do Estado, devendo representar grandes centros de educação industrial, e um poderoso elemento de reconstituição do nosso material naval, não estão infelizmente montadas de fôrma que, pelas suas installações e organização do seu pessoal, correspondam ao que d'ellas se pôde e deve esperar.

Aos serviços do pessoal falta uma razão de methodo e ordem, que corresponda á correlativa produção de trabalho, perdendo-se por isso muitas aptidões, que se definham, annullando-se; muitas vontades do mais patriotico alcance, que a falta de uma sensata organização não deixa medrar e desenvolver.

Uma reconstituição, portanto, dos serviços da construcção naval e das suas dependencias é uma necessidade absolutamente inadiavel, e que merece ao governo de Vossa Magestade o mais instante cuidado.

O serviço das estações navaes, que tem de ser executado sob a acção deletéria dos climas tropicaes, requer, por parte dos poderes publicos, a mais cuidadosa attenção, e impõe muito naturalmente a remodelação do serviço de saude maritima, em bases que correspondam aos importantes fins, a que se destina, quaes são principalmente a hygiene e saude das equipagens e pessoal operario, assim nos navios, como nas fabricas do Estado.

Sendo sempre dispendiosos os armamentos navaes, por mais rigorosamente economica que seja a administração da marinha de guerra, é essencial que o corpo de officiaes aos quaes esta especialidade de serviços está entregue, tenha uma organização que produza o mais exacto aproveitamento das verbas orçamentaes, e que no concernente á escripturação e contabilidade dos navios e fabricas do Estado, se estatúa de fôrma que a mais rigorosa economia se consiga a bordo dos navios e nas referidas fabricas.

Definir onde começam as attribuições da contabilidade e onde terminam as funções administrativas, é uma medida de que dependerá essencialmente a mais exacta observancia do que sobre tão momentoso assumpto mais convem estabelecer, e o discernimento das responsabilidades da administração de marinha fornecerá ao parlamento os meios essenciaes de fiscalisação de sommas importantes, que representam grandes sacrificios dos contribuintes.

Com a aquisição de navios de maior lotação, conseguir-se-ha dar prompto emprego ao quadro dos capellães da armada, aos quaes se deverá impor mais categoricamente o onus do ensino da instrucção primaria elementar, e doutrinação dos deveres moraes e disciplinaes, que completarão a sua acção religiosa.

Exigindo as conveniencias publicas uma reconstituição em parte immediata, e em parte successiva, do material naval, é indispensavel ampliar o quadro do pessoal das diversas classes da armada, que terá de guarnecel-o.

E não só para satisfazer aos preceitos da justiça absoluta e relativa, mas para animar a conservação das praças de pret no serviço da armada, alem do tempo do seu alistamento, é inadiavel dar aos officiaes inferiores de todas as classes uma situação e condições de promoção e vencimentos que correspondam aos serviços prestados por uma corporação, que na marinha militar tem um logar importantissimo, no que respeita á sua disciplina e completa execução de regulamentos e ordens superiores.

As capitánias dos portos em constantes relações com a população maritima e com a marinha mercante nacional, tanto de cabotagem como de longo curso, precizam de ser

dotadas de regulamentação que torne mais efficaz a sua acção, que garanta a regular educação de todo o pessoal marítimo nos diversos misteres de bordo, que facilite aos armadores a aquisição de tripulações nacionaes de confiança, tanto sob o ponto de vista da sua moralidade, como da sua instrucção profissional, em todos os ramos da vida marítima.

O serviço de pilotagem das costas, rios e bahias portuguezas, em directa ligação com o das capitánias de portos, tem tambem de merecer, por parte do governo de Vossa Magestade, toda a solicitude, constituindo-o em bases taes, que, n'elle, se possam aproveitar os conhecimentos e aptidões especiaes dos officiaes e mais praças de marinha mercante, e os pescadores praticos das pequenas enseadas e portos de mais difficil accesso.

Marcados que sejam os serviços a exigir á armada nacional, é indispensavel definir qual o numero e lote de navios essenciaes á defesa da nossa soberania, dominios ultramarinos e policia dos mares territoriaes de que haja a fazer-se aquisição desde já, e dos que terão de posteriormente adquirir-se para a completa reconstituição da armada nacional.

No patriotico empenho de completar esta reconstituição deseja o governo de Vossa Magestade chamar desde já, como elemento importantissimo, a marinha mercante, tanto pelo que respeita ao seu pessoal, como ao material com que deve formar-se um nucleo de reserva, que será um dos mais efficazes meios de defesa, sob o ponto de vista da educação profissional das equipagens, e pelo aproveitamento do material, como meio de transporte de tropas, e cruzadores de relativa importancia militar.

A experiencia tem mostrado que todas as ultimas leis de recrutamento são absolutamente inefficazes, tanto no numero como na qualidade dos mancebos apurados para o serviço da armada, para onde se mandam indistinctamente homens habituados ao mar, e individuos nascidos nas aldeias sertanejas, que, até serem recrutados, não tiveram a menor noção do que é semelhante meio de vida, inteiramente contrario aos seus habitos e tendencias.

Facilitar a aquisição do pessoal que ha de constituir as equipagens dos navios, tanto de guerra como mercantes, tornar o menos penoso possivel este encargo, é tambem a intenção formal e positiva do governo de Vossa Magestade, para a realisação da qual conta, como é obvio, com o apoio de todo o paiz, o qual difficilmente se eximirá a um serviço que constitue hoje, como sempre, a prova de dedicação civica de mais notavel apreço.

O serviço do recrutamento terá tambem de relacionar-se com o das pescas, que hoje não têm uma regulamentação methodica e efficaz, e que é preciso montar em bases, não só da mais justa e equitativa distribuição de attribuições, mas de uma mais sensata e proveitosa exploração de tão importante como arriscada industria, essencialmente nacional.

As escholas theoricas e praticas destinadas a fornecer a armada com o seu estado maior, officiaes inferiores e mais praças de pret, nem sempre têm, pela sua organização, podido incutir no seu pessoal educando um cunho de orientação pratica de prompta utilisação.

As preoccupações theoricas absorvem, as mais das vezes, as condições praticas do ensino, e por maior que seja, como realmente é, o zêlo e competencia dos lentes e instructores, a tendencia das organizações e programmas têm sido sempre menos praticas do que seria para desejar; e o resultado é que a producção não corresponde tão cabalmente, como poderia ser, aos esforços dos elementos dirigentes e educandos.

Taes são os ponderosos motivos que nos levam a propor a Vossa Magestade o seguinte projecto de decreto.

Ministerio da marinha e ultramar, 10 de fevereiro de 1890. — *Antonio de Serpa Pimentel* — *Lopo Vaz de Sampaio e Mello* — *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* — *João Marcellino Arroyo* — *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* — *Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

N.º 5

Attendendo ao que me representaram os ministros e secretarios d'estado das diversas repartições; hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É o governo auctorisado a reformar os serviços dependentes da direcção geral da marinha nos termos e em conformidade com as bases seguintes:

1.ª Reorganisar os quadros dos officiaes da marinha militar, de accordo com as necessidades crescentes do serviço e regularisando as condições da promoção;

2.^a Organisar o serviço hydrographico de fôrma a obter todo o possivel aproveitamento d'esta especialidade, tanto sob o ponto de vista geographico, como da mais perfeita exploração das riquezas piscatorias da costa, rios e estuarios de Portugal;

3.^a Reorganisar o serviço de construcções navaes, de harmonia com os progressos da architectura naval, e desenvolvimento a dar ás fabricas do Estado com o fim de melhorar a sua producção, e para que possam servir de escola e incentivo á industria nacional;

4.^a Remodelar os serviços de saude naval, de maneira a dar as necessarias garantias ao pessoal empregado no serviço das estações navaes e a attender ás prescripções da hygiene geral e especial dos navios e fabricas do Estado;

5.^a Organisar o serviço do corpo de machinistas navaes, de fôrma a attender cabalmente á melhor utilização do material e ás aptidões especiaes do corpo de machinistas;

6.^a Reorganisar a administração da fazenda naval, de fôrma a conseguir-se a melhor fiscalisação e aproveitamento das verbas orçamentaes em geral, e particularmente das que se destinam aos navios e fabricas do Estado; e outrossim a melhorar as condições do recrutamento do pessoal e a sua classificação e categoria;

7.^a Organisar o serviço dos capellães navaes, attendendo ás necessidades da instrução primaria elementar e educação moral das praças de pret;

8.^a Ampliar e reorganisar os quadros do corpo de marinheiros da armada, de accordo com o augmento de material, e a remodelar o serviço dos officiaes inferiores de todas as classes, attendendo não só á sua situação presente, mas tambem á sua justa remuneração e accesso;

9.^a Reorganisar os serviços das capitánias dos portos, alterando os regulamentos do serviço interno, tendo sempre em consideração tudo quanto diz respeito aos interesses da marinha mercante, á diminuição dos seus encargos, organização do seu cadastro e seu aproveitamento a bem da defesa nacional;

10.^a Regularisar o serviço de pilotagem, de harmonia com as necessidades do commercio e as aptidões especiaes do pessoal da marinha mercante;

11.^a Reorganisar as fabricas do Estado, tendo por base o inventario do material existente, a regularisação da producção nacional, a acquisição dos meios necessarios ao fabrico, o melhoramento das condições economicas e sociaes do regimen do trabalho, e a divisão dos serviços, tanto pelo que respeita ás especialidades technicas, como á escrituração e contabilidade industrial das mencionadas fabricas;

12.^a Determinar o numero e qualidade dos navios que deverão compor a armada nacional, quaes os que terão de ser immediata ou successivamente adquiridos, tanto sob o ponto de vista colonial, como da defesa das costas maritimas e da acção militar naval no alto mar;

13.^a Providenciar sobre as construcções da marinha mercante, no sentido de lhes dar toda a protecção possivel, de as utilizar como elemento integrante da defesa nacional, e proceder á classificação do seu pessoal e material como uma das bases da reserva da marinha de guerra;

14.^a Reformar a lei do recrutamento maritimo de maneira a aproveitar as aptidões especiaes e tendencias naturaes da população da beiramar e margens dos rios navegaveis, em conformidade com as urgencias da marinha de guerra e conveniencias da marinha mercante, facilitando quanto possivel a prestação d'este serviço;

15.^a Remodelar a organização das escolas naval, de artilheria e de alumnos marinheiros, de fôrma a conseguir-se uma mais larga producção de pessoal instruido não só sob o ponto de vista theorico, mas principalmente sob o da sua mais completa e immediata utilização;

16.^a Regularisar o exercicio da industria da pesca, de maneira a satisfazer ás necessidades instantes d'esta industria e legitimos interesses dos que a ella se dedicam.

Art. 2.^o O governo fará todos os regulamentos necessarios para a execução d'este decreto, e dará conta ás côrtes das disposições n'elle contidas que careçam de sancção legislativa.

Art. 3.^o Fica revogada a legislação em contrario.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e interino dos da guerra, e os ministros e secretarios d'estado de todas as repartições, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 10 de fevereiro de 1890. — REI. — *Antonio de Serpa Pimentel* — *Lopo Vaz de Sampaio e Mello* — *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* — *João Marcellino Arroyo* — *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* — *Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

Senhor.—Tendo o governo resolvido submeter á approvação de Vossa Magestade providencias extraordinarias, tendentes a melhorar as necessarias condições de defesa do paiz, cumpre attender ás despesas d'ahi resultantes pela forma mais consentanea com os recursos do thesouro e com as inspirações do sentimento patriotico da nação.

N'este intuito, duas são as medidas que no entender do governo convem desde já adoptar.

É a primeira o levantamento de um emprestimo nacional, por subscrição publica e directa, em titulos de pequeno valor, a fim de que ainda os menos abastados possam concorrer para a realisação de um commettimento que a opinião publica tão accentuadamente reclama.

É a segunda a creação de um « fundo permanente de defeza nacional », que permitirá não só occorrer nos encargos resultantes d'aquellas providencias, mas ainda, e no decorrer do tempo, completar as obras de fortificações do paiz, e a acquisição de material de guerra, assim terrestre como naval, que pelos poderes constituídos se reputarem necessarias para assegurar a autonomia e manter o decore da nação.

Provém as receitas d'este fundo de duas origens diversas: recursos do thesouro já creados ou a crear; e donativos especiaes com que os cidadãos portuguezes venham affirmar a sua dedicação aos mais elevados interesses do paiz.

São valiosas as dotações desde já consignadas á instituição d'este fundo, que, é opinião do governo, se deve elevar a uma receita annual não inferior a 1.000:000\$000 réis, para o que apresentará as propostas complementares na proxima reunião das côrtes.

O producto dos recursos do Estado, que pelo decreto n.º 7 se destinam a este fim, pôde assim calcular-se, tendo em vista as ultimas avaliações e cobrança, constantes de documentos já publicados:

1.º Deducções nos soldos militares, receita effectiva de 1888-1889.....	33:252\$636
2.º Remissão de recrutas, receita de 1888-1889	55:233\$334
3.º Monte-pio militar, orçamento de 1889-1890.....	1:000\$000
4.º Sobras dos ministerios da guerra e marinha, calculadas pelas do exercicio de 1886-1887	76:000\$000
5.º Arsenal do exercito, fabrica da polvora, producto de 1888-1889.....	49:011\$623
6.º Diversas receitas militares, 1888-1889	13:067\$687
7.º Collegio militar, 1888-1889.....	30:917\$620
8.º Direitos de mercês honorificas, por approximação	100:000\$000
9.º Receitas avulsas e eventuaes, 1888-1889	88:635\$060
10.º Heranças jacentes, 1888-1889.....	19:409\$549
	<hr/> 466:527\$509

E ainda o que resultar:

1.º Da venda dos bens na posse dos ministerios da guerra e da marinha, por approximação.....	200:000\$000
2.º Das sobras das despesas dos ministerios, alem das já especificadas ...	283:000\$000
3.º Dos depositos que revertam para o thesouro.....	80:000\$000
	<hr/> 563:000\$000

Pelo que toca a administração do « fundo permanente de defeza nacional » entendeu o governo dever confial-o a um conselho especial, em que se acham representadas as corporações do exercito e da armada, por eleição do parlamento, e bem assim os presidentes da associação commercial de Lisboa e da sociedade de geographia, e o governador do banco de Portugal, a fim de imprimir um caracter nacional e independente a essa administração.

E postos estes fundamentos, tem o governo a honra de propor a Vossa Magestade as medidas constantes dos decretos que se seguem.

Ministerio da fazenda, em 10 de fevereiro de 1890.—*Antonio de Serpa Pimentel*—*Lopo Vaz de Sampaio e Mello*—*João Ferreira Franco Pinto Castello Branco*—*João Marcellino Arroyo*—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*—*Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

Attendendo ao que me representaram os ministros e secretarios d'estado das diversas repartições: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º O ministro da fazenda fará crear pela direcção geral da divida publica tantas obrigações de 20\$000 réis, quantas forem necessarias para applicar-se exclusivamente o respectivo producto ás despesas determinadas pelos decretos n.ºs 1 e 4 d'esta data.

Art. 2.º As referidas obrigações serão ao portador, com vencimento do juro de 4 1/2 por cento ao anno, devendo a amortisação effectuar-se, o mais tardar, até 1 de outubro de 1963.

Art. 3.º O juro e amortisação d'estas obrigações serão pagos semestralmente, depois de decorrido o semestre vencido em 1 de abril e 1 de outubro de cada anno, em todos os cofres dos districtos do continente do reino, ilhas e ultramar e nos do banco de Portugal, como caixa geral do thesouro.

Art. 4.º O governo fará inserir no orçamento annual do Estado as sommas necessarias para occorrer aos encargos dos titulos emittidos, até que se complete a sua amortisação.

Art. 5.º Para a emissão das obrigações, de que trata o presente decreto, passar-se-ha o competente *bond* ou obrigação geral, assignado pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda e pelos directores geraes da divida publica e da thesouraria, nos termos do artigo 9.º do decreto n.º 2 de 15 de dezembro de 1887, a fim de receber o *visto* do tribunal de contas, em conformidade do artigo 10.º do mesmo decreto. O *bond* geral poderá sub-dividir-se em fracções até o limite da sua importancia, quando assim convenha para a collocação das obrigações que representa.

Art. 6.º As citadas obrigações terão a assignatura de chancella do ministro da fazenda e as rubricas de dois membros da junta do credito publico, podendo ser representadas em certificados de divida, inscripta na conformidade do que está preceituado no artigo 12.º do decreto n.º 2 de 15 de dezembro de 1887 em relação aos titulos de divida externa.

Art. 7.º As obrigações de que trata o presente decreto serão collocadas por meio de subscrição publica e nacional, em duas ou mais series, aberta em todos os cofres do Estado e nos bancos e casas bancarias do paiz, que quizerem encarregar-se gratuitamente d'esse serviço nos termos e condições que opportunamente terão de ser annunciados pela direcção geral da thesouraria, ficando esta obrigada a garantir pelo menos uma obrigação aos subscriptores do emprestimo até á concorrência da quantidade emittida, e auctorizada a emittir os titulos provisionarios, que forem necessarios para o andamento regular da operação.

Art. 8.º A operação de que trata o presente decreto realisar-se-ha sem prejuizo da rapida execução dos serviços auctorizados pelos decretos n.ºs 1 e 4, d'esta data, adiantando o thesouro, em conta da mesma operação, os fundos que forem requisitados para tal fim pelos ministerios da guerra e marinha e ultramar, por meio de ordens registadas na direcção geral da contabilidade publica e com o *visto* do tribunal de contas.

Art. 9.º As obrigações creadas nos termos d'este decreto serão depositadas no cofre do thesoureiro geral do ministerio da fazenda, á disposição da direcção geral da thesouraria, para serem entregues com o coupon, que for indicado no prospecto da emissão, aos portadores dos titulos provisionarios cujas prestações estiverem integralmente pagas.

Art. 10.º Fica revogada a legislação em contrario.

Art. 11.º O governo dará conta ás côrtes das disposições do presente decreto, fazendo expedir pelas repartições competentes as instrucções necessarias nas epochas convenientes para a sua inteira execução.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e interino dos da guerra, e os ministros e secretarios d'estado de todas as repartições, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 10 de fevereiro de 1890. — REL. — Antonio de Serpa Pimentel — Lopo Vaz de Sampaio e Mello — João Ferreira Franco Pinto Castello Branco — João Marcellino Arroyo — Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro — Frederico de Gusmão Correia Arouca.

N.º 7

Attendendo ao que me representaram os ministros e secretarios d'estado de todas as repartições: hei por bem decretar o seguinte:

Art. 1.º É creado, nos termos d'este decreto, um fundo especial denominado «fundo permanente de defesa nacional», que será exclusivamente applicado ás fortificações e mais construcções militares destinadas á defesa do paiz, e bem assim á acquisição de material de guerra, tanto terrestre como naval.

Art. 2.º Constitue receita d'esse fundo:

1.º O producto das deducções nos soldos dos militares da terra e mar por compensação das despesas com as reformas militares, segundo a lei de 22 de agosto de 1887;

2.º O producto da remissão de recrutas, cessando qualquer outra applicação que a essas receitas tenha sido dada até á data da publicação d'este decreto;

3.º As quotas com que contribuem ainda para o antigo monte-pio militar alguns officiaes do exercito e da armada;

4.º O producto disponivel da venda de quaesquer bens nacionaes na posse dos ministerios da guerra e da marinha;

5.º As sobras das auctorisações legislativas para despesas ordinarias, comparadas com as respectivas liquidações pelos ministerios da guerra e da marinha a contar do exercicio de 1890-1891, inclusive, em deante:

6.º O producto de todas as receitas especiaes do arsenal do exercito, da fabrica da polvora e de diversos rendimentos militares, e a receita de quaesquer propriedades pertencentes ao ministerio da guerra;

7.º O rendimento do collegio militar;

8.º O producto da cobrança de direitos de mercê por mercês honorificas, que se realizar, a contar da publicação d'este decreto, seja qual for a epocha a que essa cobrança respeitar;

9.º O producto das receitas avulsas e eventuaes do thesouro;

10.º O producto das heranças jacentes e residuos;

11.º As sobras das auctorisações de despesas ordinarias, comparadas com as respectivas liquidações em todos os ministerios, alem das indicadas no n.º 5.º d'este artigo e em relação ao exercicio de 1890-1891;

12.º A importancia de quaesquer depositos que tenham de passar a receita effectiva do thesouro por caducidade de concessões feitas pelo Estado, ficando suspensa a execução de quaesquer disposições que tenham dado outra applicação a essa receita;

13.º O producto de quaesquer subscrições publicas ou de donativos particulares que tenham por fim auxiliar a defesa do paiz; e

14.º O producto das receitas que, annualmente, forem votadas pelas côrtes com a applicação especial a este fundo.

Art. 3.º O «fundo permanente de defesa nacional» será administrado por um conselho especial de que farão parte os ministros da guerra e da marinha, um dos quaes presidirá, e a que pertencerão tambem dois officiaes superiores do exercito de terra, dois officiaes superiores da armada, o presidente da associação commercial de Lisboa, o presidente da sociedade de geographia de Lisboa e o governador do banco de Portugal.

§ 1.º O desempenho d'esta commissão é obrigatorio e gratuito, e a responsabilidade individual ou solidaria dos seus membros, pela applicação d'este fundo, póde ser pedida por qualquer cidadão portuguez, nos termos geraes da lei commum.

§ 2.º Os officiaes militares de que trata este artigo serão escolhidos annualmente pelas côrtes, elegendo cada uma das camaras um official do exercito e um official da armada. Os ministerios da guerra e da marinha nomearão desde já, porém, respectivamente os officiaes que até resolução das côrtes devem fazer parte do conselho.

Art. 4.º Compete igualmente ao conselho especial elaborar annualmente quaesquer trabalhos que possam servir de base ás propostas, que pelos ministros respectivos deviam ser apresentadas ás côrtes para melhor applicação do «fundo permanente de defesa nacional».

Art. 5.º As receitas de qualquer natureza do «fundo permanente de defesa nacional» serão depositadas no banco de Portugal á ordem do conselho especial administrador do mesmo fundo, nas condições em que o são os demais rendimentos publicos.

Art. 6.º Compete ao poder legislativo determinar annualmente a applicação que deve ser dada ao fundo de que trata este decreto, tendo em consideração os encargos resultantes dos decretos n.ºs 1 e 4 d'esta data.

§ unico. A applicação do fundo só terá logar em vista da resolução do poder legislativo, e será feita por meio de requisição motivada e assignada pelo presidente do conselho especial e pela maioria dos seus membros, sem o que não poderá ser satisfeita pelo banco de Portugal.

Art. 7.º O governo dará as providencias necessarias para a completa execução d'este decreto, não podendo, porém, crear logares novos, sendo o serviço do expediente do conselho especial, conforme as necessidades do mesmo, desempenhado por empregados actualmente existentes, quer dos effectivos quer dos addidos aos quadros.

Art. 8.º Fica revogada a legislação contraria a esta.

Art. 9.º O governo dará conta ás côrtes, na sua proxima reunião, das disposições contidas n'este decreto.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e interino dos da guerra, e os ministros e secretarios d'estado das demais repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 10 de fevereiro de 1890. = REI. = *Antonio de Serpa Pimentel* = *Lopo Vaz de Sampaio e Mello* = *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* = *João Marcellino Arroyo* = *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* = *Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

Senhor. — É dever dos poderes publicos acudir com remedio opportuno e seguro aos males que affligem as classes laboriosas nas suas camadas menos protegidas da fortuna, adoptando providencias e promulgando leis que as habilitem a lutar contra a ignorancia e a miseria, que são de entre todos os que mais retardam a civilisação e mais perniciosamente conturbam a liberdade. Tem o governo de Vossa Magestade curado com solicitude de attenuar, no possivel, o primeiro d'esses males, dando largo desenvolvimento ao ensino profissional, com o caracter mais ou menos apropriado á indole e tendencias das industrias nacionaes, nas diversas regiões do paiz, e o inquerito ás associações de soccorros mutuos mandado abrir no ministerio das obras publicas, commercio e industria, por decreto de 2 de dezembro de 1886, indicára já o proposito em que o governo estava de estudar um dos problemas economicos e sociaes, que mais podem concorrer para diminuir a miseria nas referidas classes. E, com effeito, na luta contra a miseria nenhuma instituição pôde prestar mais e melhores serviços ao homem do que as associações, em que o espirito da previdencia se combina com a mutualidade.

Basta attentar na diversidade da sua organização, em todos os paizes civilizados, e na constante transformação, que n'ellas se tem operado, assim nos tempos antigos, como nos modernos, para reconhecermos a sua pujante vitalidade e a sua utilidade jamais contestada.

Não pôde, nem deve o governo, baseado no estudo da situação em que essas associações se encontram actualmente entre nós, deixar de estimular o seu desenvolvimento no interesse superior da sociedade portugueza. Ao passo que uma intelligente organização, dada ás associações de soccorros mutuos, muito concorrerá para alliviar o thesouro, em um futuro proximo, de encargos, dia a dia crescentes, que impõem os estabelecimentos de pura beneficencia e a caridade official, vantagens de ordem mais importante se produzirão no seio das classes laboriosas, levantando n'ellas o sentimento da propria dignidade, e fortificando-lhes igualmente o sentimento da familia. Não ha, por sem duvida, bem ponderados os beneficios que d'ellas adveem á humanidade, eschola mais perduravel da probidade e da honra: são, a bem dizer, inexpugnaveis reductos para a defesa da paz social.

Tem sido importante em Portugal o desenvolvimento das associações de soccorros mutuos, sem que, em verdade deve dizer-se, a elle haja correspondido o proportional auxilio, ou incentivo, por parte dos poderes publicos. A intervenção do Estado, até ao presente, n'estas associações só se tem limitado a approvar-lhe os estatutos, sem examinar se ellas assentam em bases seguras, se os auxilios promettidos se acham em harmonia com as quotas estabelecidas, e se as receitas creadas são sufficientes para fazer face aos encargos, acontecendo que na criação de muitas d'ellas não se tem tido em conta

os resultados colhidos nas sociedades analogas já existentes, no paiz e no estrangeiro, e, por isso, não têm correspondido ás esperanças dos seus fundadores, achando-se em situação financeira pouco satisfactoria, conforme se tem averiguado em documentos emanados das proprias associações.

Entende o governo que urge attender a este estado precario, que ellas accusam, sem todavia deixar a iniciativa individual presa a peias administrativas, que difficultem a sua expansão livre e proficua. Por isso tem a honra de submeter á sabia apreciação de Vossa Magestade, que tão fervorosamente se empenha pelo bem estar do povo laborioso, as providencias que em auxilio d'elle se devem urgentemente decretar, consistindo as principaes na isenção, por mais de um titulo justissima, do pagamento da contribuição de renda de casas, na cedencia gratuita de um edificio para séde das mesmas associações, no auxilio pecuniario em casos de epidemia, e, a exemplo do que ha pouco se legislou para dirimir os pleitos entre operarios e patrões por meio de tribunaes arbitros avindores, a criação de um tribunal arbitral, onde hajam de ser resolvidas as questões respeitantes ás sociedades de soccorros mutuos.

Desde muito tempo que em todos os paizes se têm promulgado leis tendentes a tutelar os menores alistados pela industria. A França, a Suissa, a Austria, a Alemanha, a Hollanda e a Hespanha têm visto multiplicarem-se as providencias destinadas a proteger os menores contra as exigencias crescentes do industrialismo; todo o mundo civilizado tem tratado com particular desvelo este assumpto, porfiando em velar pela conservação e futuro das classes industriaes na sua menoridade.

E não é só a situação dos menores na industria que tem merecido a attenção dos legisladores. Tem-na merecido por igual a situação das mulheres. É que a protecção das mulheres e dos menores na industria constitue um problema importantissimo, não só sob o ponto de vista industrial, senão tambem sob o ponto de vista social e hygienico.

Se queremos que a sociedade não degenera e o seu organismo se não depaupere, faz-se mister conservar sãos e robustos os individuos e não lhes atrophiar as condições naturaes do seu desenvolvimento. Urge, pois, evitar ás mulheres e aos menores trabalhos que de modo algum se compadeçam com o estado ou desenvolvimento do seu vigor physico.

Em Portugal, grato é confessal-o, por mais de uma vez a attenção do governo e a iniciativa individual têm convergido para este momentoso assumpto, sendo, porém, para sentir, que até hoje qualquer d'essas tentativas não lograsse ser convertida em lei do Estado.

Torna-se, portanto, urgente preencher esta lacuna, acudindo, sem mais delongas, com remedio prompto e proficuo, a tão grave mal.

Por estes fundamentos, o governo tem a honra de apresentar á approvação de Vossa Magestade o seguinte projecto de decreto.

Ministerio das obras publicas, commercio e industria, em 10 de fevereiro de 1890. = Antonio de Serpa Pimentel = Lopo Vaz de Sampaio e Mello = João Ferreira Franco Pinto Castello Branco = João Marcellino Arroyo = Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro = Frederico de Gusmão Correia Arouca.

N.º 8

Attendendo ao que me representaram os ministros e secretarios d'estado das diversas repartições; hei por decretar o seguinte:

Artigo 1.º E o governo auctorisado a regulamentar a organização das associações de soccorros mutuos, tendo em vista exercer sobre ellas uma fiscalisação administrativa benefica, e facilitar quanto possivel o seu desenvolvimento e livre expansão.

§ unico. Na respectiva regulamentação se estatuirá:

1.º Que as associações de soccorros mutuos sejam dispensadas do pagamento da contribuição de renda de casas;

2.º Que o Estado cederá gratuitamente um edificio para séde das mesmas associações;

3.º Que será concedido um auxilio pecuniario ás mesmas associações por occasião de epidemias.

Art. 2.º Será creado um tribunal arbitral para regular as questões das associações de soccorros mutuos, devendo na sua organização entrar arbitros eleitos pelas mesmas associações.

Art. 3.º O governo regulamentará o trabalho dos menores e das mulheres, em estabelecimentos industriaes, e a hygiene e segurança das officinas.

Art. 4.º O governo fará todos os regulamentos necessarios para a execução d'este decreto, e dará conta ás côrtes das disposições n'elle contidas, que careçam de sanção legislativa

Art. 5.º É revogada a legislação em contrario.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e interino dos da guerra, e os ministros e secretarios d'estado de todas as repartições, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 10 de fevereiro de 1890. = REI. = *Antonio de Serpa Pimentel* = *Lopo Vaz de Sampaio e Mello* = *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* = *João Marcellino Arroyo* = *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* = *Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, a quem foi presente o officio de v. ex.^a, de 10 de agosto do anno passado, em que participa a resolução que tomára de nomear um empregado para ensaiador da moeda da convenção, em virtude do artigo 11.º da mesma convenção, com o vencimento annual de 600 rupias, o mesmo ex.^{mo} ministro encarrega-me de dizer a v. ex.^a que approva a referida nomeação, devendo considerar-se provisorio o serviço do mencionado ensaiador, e abonando-se o vencimento proposto como gratificação paga pelas despesas diversas.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 10 de fevereiro de 1890. — III.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral do Estado da India. = O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Tendo a pratica demonstrado a deficiencia do regulamento para o serviço dos telegraphos, de 22 de novembro de 1882, approvado por portaria n.º 341, de 19 de dezembro do mesmo anno;

Attendendo ao desenvolvimento que n'estes ultimos tempos têm tido o serviço telegraphico na Zambesia e á sua separação da direcção das obras publicas da provincia;

Sendo urgente fixar o quadro do respectivo pessoal, assim como as taxas que se devem levar pelos telegrammas expedidos, e regulamentar o serviço das estações e as relações do pessoal entre si, para com as differentes auctoridades e para com o publico;

Com o voto affirmativo do conselho do governo; e

Usando da faculdade que me confere o § 2.º do artigo 15.º do primeiro acto adicional á carta constitucional da monarchia:

Hei por conveniente mandar pôr em execução, desde já, o presente regulamento, que faz parte d'esta portaria e baixa assignado pelo secretario geral interino d'este governo.

As auctoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram. Palacio do governo geral da provincia de Moçambique, 11 de fevereiro de 1890. = O governador geral, *Neves Ferreira*.

Organisação e regulamento do serviço telegraphico e telephonico da Zambesia e Chire

CAPITULO I

Direcção e pessoal

Artigo 1.º O serviço telegraphico e telephonico da Zambesia e Chire está a carga de uma direcção, debaixo da auctoridade do governo geral da provincia; receberá os ordens d'este, por intermedio do governador do districto de Quelimane.

Art. 2.º A séde da direcção será em Quelimane.

Art. 3.º O governo fixará o numero e a séde das estações.

§ unico. As estações telegraphicas servirão de estações postaes onde se julgue necessario esse serviço.

Art. 4.º Nas barras de Quelimane, Chinde e Inhamissengo os chefes ou encarregados das estações electro-semaphoricas serão tambem chefes dos respectivos pharoleiros, competindo-lhes fiscalisar a illuminação e conservação dos pharoes e dirigir todo o serviço semaphorico.

§ unico. Emquanto o serviço de pharoes não tiver outra organização, todas as despesas de illuminação e conservação d'estes pharoes e vencimentos dos respectivos pharoleiros continuarão, como até aqui, a ser satisfeitas pela direcção das obras publicas por intermedio da direcção dos telegraphos.

Art. 5.º O quadro do pessoal telegraphico da Zambezia fica provisoriamente estabelecido da seguinte fôrma:

- 1 Director, chefe geral de todo o serviço;
- 1 Sub-chefe;
- 2 Constructores de linhas e conservadores deapparelhos;
- 1 Amanuense da secretaria;
- 1 Fiel dos armazens;
- 10 Telegraphistas de 1.ª classe, chefes das estações;
- 10 Telegraphistas de 2.ª classe;
- 10 Telegraphistas auxiliares;
- 10 Praticantes;
- 10 Alumnos;
- 1 Guarda-fios chefe;
- 20 Guarda-fios;
- 15 Ajudantes de guarda-fios;
- 8 Boletineiros;
- 20 Serventes.

§ 1.º Alem d'este pessoal, a direcção providenciará para que haja sempre o numero de patrões e marinheiros precisos para as embarcações necessarias ao serviço.

§ 2.º O pessoal de que trata este artigo é exclusivamente destinado ao serviço telegraphico.

§ 3.º O quadro do pessoal será elevado, á medida que as necessidades do serviço o exigirem, sob proposta justificada do director, que caiba dentro do respectivo orçamento.

Art. 6.º O director permanecerá em Quelimane, devendo sair sempre que a sua presença seja necessaria em qualquer ponto das linhas, e sempre que julgar conveniente inspecionar o serviço e material das differentes estações; cumprindo-lhe:

1.º A fiscalisação e direcção de todo o serviço telegraphico e telephonico;

2.º Fazer as alterações no pessoal, que julgar convenientes para o bom andamento e desempenho do serviço;

3.º Examinar as faltas commettidas por todo o pessoal sob as suas ordens, propor recompensas ou castigos, e applicar as penas disciplinares mencionadas nos n.ºs 1.º, 2.º e 3.º do artigo 28.º e suspender provisoriamente os empregados nos casos previstos nos n.ºs 3.º, 4.º e 5.º do artigo 31.º;

4.º Prestar contas na repartição de fazenda, formulando a respectiva escripturação, etc., na fôrma que lhe for determinada e especificada pela repartição de fazenda provincial;

5.º Deverá receber todos os mezes da repartição de fazenda a quantia que for estabelecida como dotação para o serviço dos telegraphos, montagem e conservação das linhas e pagamentos ao pessoal que não tenha assentamento na repartição de fazenda;

6.º Apresentará annualmente mappas estatísticos do movimento, rendimento e despesa dos telegraphos, e um relatorio explicativo da maneira como se executou o serviço, do estado e conservação das linhas e apparelhos, das alterações que julgar convenientes para melhorar o serviço, etc.;

7.º Corresponder-se com os commandantes militares, administradores dos prazos, com outros directores e com as repartições, tribunaes e auctoridades dos districtos sobre assumptos da sua competencia;

8.º Conceder licenças na conformidade do § 1.º do artigo 44.º;

9.º Propor á repartição de fazenda provincial as fianças que entenda devam prestar os chefes de estações e fieis de armazens.

Art. 7.º O sub-chefe, enquanto durar a montagem das linhas, será o encarregado d'esse serviço, para a execução do qual receberá directamente as ordens e instrucções do director.

§ 1.º Terminada a montagem, permanecerá ordinariamente na estação de Chimúara, cumprindo-lhe a fiscalização, reparações, etc., na parte comprehendida entre Tete, Mo-pêa, Chupanga e linha do Chire.

§ 2.º Para occorrer ás despesas immediatas a fazer com as reparações d'esta parte da linha recorrerá ás repartições de fazenda ou administradores dos prazos do Zumbo, Tete, Quelimane e Sena, conforme a reparação tiver logar em territorio do districto do Zumbo, Tete, Quelimane, ou de Manica, sendo estas repartições indemnizadas pela direcção.

§ 3.º Corresponde-se com as mesmas estações e auctoridades que o director, dando-lhe sempre conhecimento de toda a correspondencia.

§ 4.º Compete-lhe mais :

1.º Conceder até tres dias de licença aos empregados sob as suas ordens ;

2.º Castigar com perda de vencimentos até tres dias os mesmos empregados, depois de os advertir e reprehender ;

3.º Suspende, a titulo provisorio, qualquer empregado seu subordinado, dando immediatamente parte circumstanciada do occorrido á direcção ;

4.º Fiscalisar e vigiar que na sua circumscripção e na execução dos serviços d'ella dependentes seja cumprido este regulamento e as leis em vigor ;

5.º Fornecer á direcção todos os esclarecimentos sobre o andamento e desempenho do serviço a seu cargo, e os dados estatisticos precisos para a organização dos mappas ;

6.º Propor á direcção os melhoramentos de que carecer o serviço local, bem como a distribuição do pessoal pelas differentes estações, e os respectivos castigos ou recompensas.

Art. 8.º Aos constructores e conservadores deapparelhos compete :

1.º A construcção das linhas, conservação dos apparelhos telegraphicos e reparações das avarias que não possam ser reparadas pelos telegraphistas e guarda-fios da secção respectiva ;

2.º O estabelecimento das estações telegraphicas ou telephonicas ;

3.º O ensino dos guarda-fios e ajudantes.

§ 1.º Recebem as ordens directamente da direcção, devendo comtudo executar qualquer serviço que o sub-chefe lhes determine, quando a urgencia da sua execução não permita que consultem previamente a direcção, que será informada na primeira oportunidade.

§ 2.º Correspondem-se com as auctoridades locais sobre assumptos do seu serviço, dando sempre conhecimento á direcção d'esta correspondencia.

§ 3.º Compete-lhes mais :

1.º Conceder até dois de licença aos empregados sob as suas ordens ;

2.º Suspende provisoriamente qualquer empregado seu subordinado, dando immediatamente parte circumstanciada á direcção ;

3.º Fiscalisar e vigiar que na execução dos serviços a seu cargo seja cumprido este regulamento e as leis vigentes ;

4.º Fornecer á direcção todos os esclarecimentos sobre o andamento e desempenho dos serviços a seu cargo ;

5.º Propor á direcção os melhoramentos que julgarem necessarios, bem como os castigos ou recompensas ao pessoal sob as suas ordens.

Art. 9.º Aos guarda-fios compete a conservação e limpeza das linhas e estradas a seu cargo, reparações ou concertos das avarias e todo o mais serviço que lhes seja determinado pelos chefes ou encarregados das estações, segundo as ordens da direcção ou dos constructores.

§ unico. Para limpeza das estradas (*culima*) pedirão ás auctoridades locais a gente indispensavel, e onde não haja auctoridade exigil-a-hão aos *inhacuanas* ou *muenes*.

Art. 10.º Ao amanuense compete todo o serviço da secretaria, escripturação, registo de telegrammas e assignaturas, archivo, etc.

Art. 11.º O fiel dos armazens é responsavel pela conservação e boa arrumação de todo o material a seu cargo, escripturando a entrada e saída dos materiaes e apparelhos da fórma que lhe for determinada pela direcção, e fará todo o mais serviço compativel com o seu cargo.

Art. 12.º Aos telegraphistas de 1.ª classe, chefes de estação, compete :

- 1.º Dirigir pessoalmente todos os trabalhos da estação ;
- 2.º Fiscalisar a conservação e serviço da linha e estação telegraphica respectiva ;
- 3.º Providenciar para a prompta reparação de avarias que se manifestem nas linhas e estações a seu cargo ;

4.º Desempenhar o serviço de manipulação da fôrma que for estabelecida pela direcção.

Art. 13.º Os telegraphistas de 2.ª classe serão distribuidos pelas estações conforme as necessidades do serviço. Auxiliam e substituem no serviço os telegraphistas de 1.ª classe.

Art. 14.º Os telegraphistas auxiliares auxiliam e substituem os de 2.ª classe no seu impedimento e serão egualmente distribuidos conforme as necessidades do serviço.

Art. 15.º Os praticantes permanecerão, em regra, nas estações de Quelimane e Chimúara ; mas quando o serviço o exija, logo que estejam habilitados na manipulação dosapparelhos, serão distribuidos pelas outras estações como o director entender.

Art. 16.º Os alumnos serão admittidos pelo director e permanecerão na estação de Quelimane, e quando haja necessidade de praticantes serão nomeados segundo o que dispõe este regulamento.

Art. 17.º Aos boletineiros pertence a distribuição dos telegrammas e boletins, bem como de toda a correspondencia, e compete-lhes o serviço interno e de limpeza das estações.

§ unico. Haverá na estação de Quelimane 3 boletineiros ou serventes, 2 nas de Mo-pêa e Tete e 1 em cada uma das outras estações.

CAPITULO II

Admissão, accesso e vencimentos

Art. 18.º Todo o pessoal, com excepção do director chefe, do sub-chefe e dos constructores e conservadores de apparelhos, que devem ser de nomeação regia, será nomeado pelo governo geral da provincia sob proposta do director.

Art. 19.º A promoção para o preenchimento das vagas, verifica-se por antiguidade.

§ 1.º Nenhum empregado do quadro dos telegraphos pôde ser promovido por antiguidade, sem ter demonstrado praticamente que possui a necessaria aptidão e competencia.

§ 2.º O empregado, cuja impossibilidade physica ou moral de continuar no desempenho do seu emprego for permanente e estiver verificada pelo exame medico, será *ipso facto* excluido da promoção.

Art. 20.º Será annullada a nomeação ou promoção dos empregados do telegrapho que, no prazo de sessenta dias, sem motivo justificado, não tomem posse dos seus lugares.

§ unico. Será tambem annullado o despacho, quando o empregado, sendo obrigado a fiança, conforme o n.º 9.º do artigo 6.º, a não prestar nos termos devidos.

Art. 21.º O empregado que não puder prestar de prompto a fiança, a que for obrigado, entrará em descontos sufficientes para que no prazo de quatro mezes tenha completado o deposito exigido, e emquanto o não completar dará fiador idoneo.

Art. 22.º Os empregados do quadro dos telegraphos têm direito á aposentação nos termos estabelecidos pelas leis que vigorarem para os demais empregados civis da provincia.

Art. 23.º Aos empregados transferidos por conveniencia do serviço será abonada a despesa de viagem, d'elles e de suas familias, segundo o disposto no artigo 3.º do decreto de 24 de dezembro de 1885.

Art. 24.º Quando a transferencia do empregado for por um periodo inferior a seis mezes, não dá direito ao abono das despesas de jornada da familia.

Art. 25.º Aos empregados, alem dos vencimentos designados na tabella n.º III, ser-lhes-ha abonado, quando em viagem, o subsidio de 400 réis diarios, até á categoria de telegraphistas auxiliares, e 200 réis para as restantes categorias, sendo o numero de dias para estes abonos regulado pela tabella publicada no *Boletim official*, n.º 5 de 2 de fevereiro de 1889.

CAPITULO III

Disposições disciplinares

Art. 26.º Consideram-se faltas não justificadas:

1.º A ausencia, sem licença, de um a tres dias, sem mandar parte de doente, ainda que o empregado se apresente ao quarto dia;

2.º A saída antes da hora, ou entrada depois da hora marcada, sem previa licença do respectivo chefe;

3.º O excesso sobre o limite de tempo da licença obtida.

§ unico. As faltas não justificadas importam sempre, para o empregado, perda de vencimentos durante os dias em que forem commettidas, sem prejuizo de qualquer outra penalidade que haja de ser applicada.

Art. 27.º O empregado que adoecer enviará immediatamente parte de doente ao seu chefe e este a communicará á direcção; esta parte justifica as suas faltas durante tres dias. Findos estes, se continuar a doença, enviará certidão do facultativo, a qual justifica faltas até oito dias, findos os quaes, se continuar doente, deverá baixar ao hospital.

§ 1.º Se for mandado inspecionar pela junta de saude e esta o julgar *completamente incapaz* para o serviço, será aposentado, estando nos casos de o ser, e demittido, se o não estiver.

§ 2.º Se, porém, não for julgado *completamente incapaz*, poderá ser-lhe concedida licença para se tratar, nos termos expressos no artigo 44.º do presente regulamento.

§ 3.º Durante o periodo da doença, ainda mesmo da que apenas durar tres dias, fica o empregado sujeito a ser inspecionado officialmente no seu domicilio pelo respectivo delegado de saude.

§ 4.º Os dias de doença não são contados interpoladamente, mas sim pela sua successão chronologica, sem excepção dos dias santificados ou feriados.

Art. 28.º As penas disciplinares applicaveis aos empregados do quadro dos telegraphos são:

1.º Advertencia;

2.º Reprehensão verbal ou registada;

3.º Perda da totalidade dos vencimentos até oito dias, conservando-se o empregado em actividade;

4.º Suspensão do exercicio e de vencimentos, na conformidade do disposto no decreto de 24 de dezembro de 1885, até tres mezes;

5.º Demissão.

§ unico. A applicação de qualquer d'estas penas não subtrahе o empregado á applicação de outras que, em virtude do codigo penal, o poder judicial lhe possa impor.

Art. 29.º São causas de reprehensão: a negligencia, faltas no serviço, mau procedimento e offensas ao decoro da repartição.

Art. 30.º São causas de perda de vencimentos até oito dias: reincidencias nas faltas mencionadas no artigo antecedente.

Art. 31.º São causas da suspensão:

1.º A reincidencia nas faltas já punidas na conformidade do artigo antecedente;

2.º A pronuncia em qualquer crime, logo que o respectivo despacho tenha sido intimado ao réu, e enquanto subsistir;

3.º A desobediencia voluntaria ás ordens superiores em objecto de serviço;

4.º A revelação de assumptos tratados nos telegrammas;

5.º A falta de comparencia na repartição, sem ser competentemente justificada; a ausencia da mesma repartição sem previa licença e repetidas faltas á repartição;

6.º A deterioração voluntaria dosapparelhos.

§ 1.º Nos casos dos n.ºs 2.º, 3.º e 4.º d'este artigo, póde a suspensão ser imposta pelo director, dando conta ao governo.

§ 2.º Em caso algum a suspensão poderá exceder a tres mezes, excepto no previsto no n.º 2.º d'este artigo.

§ 3.º Fóra do caso declarado no n.º 2.º d'este artigo, a suspensão, por mais de quinze dias, só póde ser imposta por portaria.

§ 4.º Fôra do caso previsto no n.º 2.º e dos casos extraordinarios e imprevistos, a que seja indispensavel acudir sem demora, nenhum empregado pôde ser suspenso sem ser ouvido.

§ 5.º Ao empregado, que tiver sido suspenso por virtude do n.º 2.º d'este artigo, será restituída a parte dos seus ordenados que deixou de receber, quando seja absolvido ou despronunciado.

Art. 32.º São causas de demissão:

1.º A reincidencia nas faltas designadas no artigo 31.º;

2.º A condemnação em quaesquer penas maiores ou em penas correccionaes, por actos que envolvam participação em manifestações contra a ordem publica, ou falta de probidade, decoro, e revelação de telegrammas com prejuizo publico ou particular;

3.º As repetidas faltas, continuas ou interpoladas, ao serviço, sem causa justificada;

4.º A impossibilidade permanente, physica ou moral, de exercer o emprego, quando o empregado não estiver em circumstancias de ser aposentado;

5.º O extravio de artigos pertencentes á fazenda, ou de fundos á sua responsabilidade.

§ unico. Para a demissão o empregado será sempre ouvido.

CAPITULO IV

Penalidades e disposições diversas

Art. 33.º Aquelle que, por inadvertencia, destruir ou arruinar as linhas ouapparelhos do serviço telegraphico ou telephonico, incorrerá na multa de 2\$000 réis a 10\$000 réis alem das despesas de reparação.

§ unico. Estas despesas serão cobradas, sendo preciso, pelo processo das execuções fiscaes, que terá por base a conta formulada pela direcção.

Art. 34.º O possuidor, por qualquer titulo, de terrenos ou edificios, que, depois de avisado com quarenta e oito horas de antecedencia, impedir ou embaraçar a collocação ou conservação das linhas telegraphicas ou telephonicas, incorrerá na multa de 5\$000 réis a 20\$000 réis e prisão correccional até um mez.

Art. 35.º As auctoridades ou funcionarios, que tratem de assumptos particulares em telegrammas officiaes gratuitos, incorrerão na pena de prisão correccional, até um mez e multa até 20\$000 réis.

Art. 36.º Aquelle que sem auctorisação estabelecer telegraphos ou telephones de qualquer natureza perderá o material de que se servir, e será punido com a multa de 10\$000 réis a 20\$000 réis.

Art. 37.º Nos contractos, que de futuro se outorgarem, para a cencessão de linhas ferreas na Zambezia e Chire, ficará subentendida a prestação gratuita pelo concessionario dos seguintes serviços:

1.º Transporte, em qualquer comboio que a direcção designar, dos materiaes e pessoal dos telegraphos;

2.º Licença para a collocação de linhas telegraphicas ou telephonicas do governo nos postes e apoios das linhas telegraphicas ou telephonicas das vias ferreas.

Art. 38.º Os empregados do telegrapho poderão usar armas para sua defesa e dos objectos de serviço, e serão isentos de todos os encargos pessoases de serviço administrativo.

Art. 39.º Os proprietarios ou locatarios de edificios ou terrenos, onde houver de estabelecer-se linhas telegraphicas ou telephonicas, serão indemnizados dos prejuizos resultantes da sua collocação, nos termos das leis de expropriações por utilidade publica.

Art. 40.º Quando se der o caso de morte de um chefe ou encarregado de estação, em que não houver mais empregados, e emquanto a direcção não providenciar, a auctoridade local nomeará pessoa idonea para tomar conta da estação, e, sendo possivel, desempenhar o serviço até que se tenha resolvido sobre o assumpto.

Art. 41.º As auctoridades, administradores e arrendatarios de prazos, etc., prestarão ao pessoal dos telegraphos todo o auxilio de que necessitem para a boa execução do serviço.

Art. 42.º Tanto a secção de obras publicas de Quelimane, como os governos dos districtos que a rede telegraphica atravessar, prestarão ao serviço dos telegraphos todo o auxilio de que possam dispor, fabricando ou concertando nas suas officinas qualquer

ferramenta ou utensilio, e prestando, sempre que possam, o auxilio das suas embarcações.

Art. 43.º A limpeza das estradas onde passa a linha será feita gratuitamente pelos colonos dos prazos a que pertencerem, sendo os arrendatarios e os administradores responsáveis pela rigorosa execução e observancia d'este artigo.

Art. 44.º As licenças só podem ser concedidas por motivos justos, allegados por escripto. Quando a licença for requerida por motivo de doença, o governo, por si ou a requisição do director, mandará examinar o requerente por um facultativo, sempre que o julgar conveniente.

§ 1.º As licenças podem ser concedidas :

- a) Até dois dias pelos constructores;
- b) Até tres dias pelo sub-chefe;
- c) Até oito dias pelo director;
- d) Até quinze dias pelo governador de Quelimane;
- e) Por mais de quinze dias pelo governo geral, sendo considerada licença registada a superior a quinze dias.

§ 2.º Nas licenças por motivo de doença observar-se-ha o que está determinado para os outros funcionarios da provincia.

CAPITULO V

Disposições regulamentares do serviço de correspondencia

Art. 45.º O serviço dos telegraphos e telephones da Zambesia e Chire comprehende :

1.º A recepção, transmissão e distribuição de telegrammas ou correspondencias telephonicas e boletins maritimos, de serviço publico ou particular;

2.º A vigilancia das barras de Quelimane, Chinde e Inhamissengo, etc., e a transmissão e recepção da correspondencia official ou particular entre o mar e a terra;

3.º O estado das questões technicas telephonicas ou telegraphicas e outros meios de correspondencia rapida;

4.º O estabelecimento, administração e exploração das linhas telegraphicas e telephonicas.

Art. 46.º O governo da provincia pôde, em circumstancias excepçionaes, suspender temporariamente o serviço da correspondencia publica, telegraphica ou telephonica, em toda ou em parte da rede, para todo ou para determinado genero de correspondencia, tanto nas linhas do Estado, como nas de caminhos de ferro que venham a construir-se, ou de quaesquer concessionarios de linhas telegraphicas ou telephonicas de qualquer natureza, tomando as medidas convenientes para fiscalisar o cumprimento das suas determinações.

Art. 47.º O telegrapho ou telephone não transmittem correspondencias contrarias á moral e ordem publica, e designadamente :

1.º As que contiverem termos obscenos ou cujo teor constituir manifesta injuria, ou exprimir idéas offensivas dos bons costumes;

2.º Cuja communicação puder comprometter a ordem e segurança publica;

3.º Que envolvam offensa e injuria, ou reprodução d'ellas, aos poderes constituidos e seus representantes;

4.º Que tiverem por objecto a perpetração de crimes ou delictos;

5.º Que manifestamente tratarem de impedir a acção da justiça na investigação de crimes ou na perseguição dos criminosos.

§ 1.º O expedidor poderá sempre recorrer da recusa da transmissão do seu telegramma, para a auctoridade superior do telegrapho, se alli a houver, d'esta para o director dos telegraphos ou para o magistrado superior administrativo da localidade, nos casos n.ºs 1.º, 2.º e 3.º, ou para o magistrado judicial, nos casos nos n.ºs 4.º e 5.º, podendo qualquer d'estes funcionarios, sob sua inteira responsabilidade, auctorisar por escripto a transmissão.

§ 2.º A transmissão, por inadvertencia, dos telegrammas a que se refere este artigo, pôde ser suspensa em qualquer phase do serviço.

§ 3.º Os motivos de recusa da transmissão ou entrega serão notados nos telegrammas originaes, que ficarão archivados pelo tempo regulamentar, entregando-se copia de tudo aos expedidores.

§ 4.º Não póde ser recusada a transmissão ou suspensão a entrega de quaesquer telegrammas officiaes.

Art. 48.º As taxas dos serviços telegraphicos e telephonicos são reguladas pela tabella n.º I.

Art. 49.º São isentos de taxa os telegrammas officiaes e os de serviço dos telegraphos.

§ 1.º Só podem ser considerados officiaes os expedidos pelas auctoridades administrativas, judiciaes, militares, marítimas, sanitarias ou fiscaes, que forem unicamente relativos ao serviço publico

§ 2.º Os telegrammas que, apesar de officiaes, tratarem de interesses de terceiro, pagarão a taxa marcada na tabella I para os telegrammas particulares.

§ 3.º As taxas dos telegrammas que, não satisfazendo a estas condições, forem todavia expedidos gratuitamente, serão posteriormente pagas pelo empregado que os tiver aceitado.

§ 4.º A ordem expressa e escripta da auctoridade competente, contrariando a recusa do telegramma para transmissão gratuita, exonera o empregado d'aquella responsabilidade.

Art. 50.º As taxas dos telegrammas são sempre pagas na occasião do deposito dos mesmos telegrammas.

§ unico. É admittido o pagamento da taxa, no todo ou em parte, em sellos postaes.

Art. 51.º Serão aceites telegrammas *officiaes-pagos*, sem previo pagamento de taxas, quando, apresentados por funcionarios ou auctoridades administrativas ou judiciaes, se reñram a prisão de criminosos, medidas de salvação publica, etc.

Art. 52.º Tambem se poderão aceitar telegrammas para transmissão, sem previo pagamento das taxas, ao expedidor que para isso faça contracto especial com a direcção.

Art. 53.º As totalidades das taxas de que tratam os dois artigos antedentes serão cobradas mensalmente.

Art. 54.º O governo é responsavel pela importancia das taxas dos telegrammas que houverem de ser reembolsados aos interessados nos casos e termos previstos n'este regulamento.

Art. 55.º O direito de reclamação para reembolso de taxas prescreve nos prazos marcados n'este regulamento.

Art. 56.º Será reembolsada ao expedidor a taxa:

a) Do telegramma que soffrer demora *notavel*, ou que não tiver chegado ao seu destino por falta *imputavel* ao serviço telegraphico;

b) Do telegramma *conferido* que, em consequencia de erros de transmissão, não tiver podido manifestamente satisfazer ao fim a que se destinava.

Art. 57.º Não haverá direito a reembolso, quando a estação, por qualquer motivo, se não responsabilisar pela boa transmissão do telegramma e assim o declare.

§ 1.º Tambem não haverá direito a reembolso, quando a falta for motivada por causa de força maior, e quando o telegramma seja redigido em lingua estrangeira, tenha pouca clareza, insufficiencia de endereço, ou de indicações relativas ao transporte do proprio, etc.

Art. 58.º As reclamações de reembolso devem ser apresentadas, sob pena de prescripção, durante o prazo de trinta dias, contados da data do deposito do telegramma.

Art. 59.º O governo não é responsavel:

1.º Pelas consequencias da transmissão e recepção incorrecta de qualquer telegramma ou correspondencia telephonica, e da demora de transmissão, recepção e distribuição de qualquer correspondencia;

2.º Pelas consequencias dos erros ou demora dos serviços confiados ás repartições telegraphicas.

§ unico. Os empregados são, porém, pessoalmente responsaveis por todas as irregularidades que dolosamente praticarem no desempenho das suas funções.

Art. 60.º Os originaes e as copias dos telegrammas, as fitas ou peças analogas, serão archivadas durante dois annos a contar da sua data, com todas as precauções necessarias, pelo que respeita á conservação e ao sigillo.

Art. 61.º Os telegrammas de qualquer natureza são archivados na direcção. As fitas poderão conservar-se nas estações.

Art. 62.º O segredo dos telegrammas é inviolavel, qualquer que seja o poder publico que pretenda devassal-o, e seja qual for o fundamento ou pretexto allegado, salvo o disposto no § unico do artigo seguinte.

Art. 63.º Nenhum empregado ou auctoridade extranha ao serviço do telegrapho poderá n'elle intervir, excepto no caso em que a sua intervenção seja requisitada pelos empregados d'aquelle serviço, ou nos delictos por elles ou contra elles commettidos.

§ unico. As disposições d'este artigo e do antecedente não comprehendem os casos em que a auctoridade competente intervenha para a formação de processo criminal, nos termos previstos e auctorisados pelo codigo penal.

Art. 64.º São de serviço completo as estações telegraphicas que o governo designar; abrem ás cinco horas da manhã e fecham ás nove horas da noite.

Art. 65.º As estações electro-semaphoricas de Quelimane, Chinde e Inhamissengo devem abrir um quarto de hora antes do nascer do sol e fechar um quarto de hora depois do occaso, excepto nas noites em que haja necessidade de as conservar abertas.

Art. 66.º A direcção poderá alterar o horario, temporaria ou definitivamente, se assim o reclamarem as necessidades do serviço technico, ou as dos serviços das correspondencias officiaes.

Art. 67.º O horario e suas alterações será affixado, para conhecimento do publico, em lugar bem patente em cada estação.

Art. 68.º É permittido a todos a correspondencia por meio dos telegraphos ou telephones do governo. Os telegrammas são classificados em tres categorias:

1.º *Telegrammas officiaes*, os que, tratando de assumptos de serviço, emanam das auctoridades e funcionarios auctorisados por este regulamento;

2.º *Telegrammas de serviço*, os que se referem ao serviço dos telegraphos ou a objectos de serviço e interesse publico, cuja communicacão haja de fazer-se pelas estações, em conformidade com as ordens do governo e instrucções especiaes da direcção;

3.º *Telegrammas particulares*, os que, afastando-se das disposições dos n.ºs 1.º e 2.º d'este artigo, são mandados transmittir por qualquer pessoa.

Art. 69.º Todo o telegramma official deve conter a menção *telegramma official* e ser authenticado com o sello ou sinete da repartição ou do funcionario expedidor, caso este o possua.

§ unico. Só é dispensada a authenticacão, quando a repartição ou funcionario declarar por escripto que não usa sello nem sinete, e quando a authenticidade da assignatura não offerecer a menor duvida.

Art. 70.º Os telegrammas officiaes e os de serviço devem, em geral, ser redigidos concisamente em portuguez, podendo sel-o, comtudo, em linguagem secreta.

Art. 71.º Os telegrammas *urgentes* têm precedencia, na transmissão, sobre os telegrammas não urgentes da categoria a que pertencerem.

Art. 72.º A taxa do telegramma urgente é dupla da do telegramma ordinario do mesmo percurso e extensão.

Art. 73.º O telegramma que franqueia a resposta ao destinatario, sem indicar o numero de palavras, suppõe-se que ficou paga até 10 palavras.

Art. 74.º Se o destinatario não quizer utilizar-se da resposta, assim o declarará no prazo de trinta dias, para o expedidor ser reembolsado da parte a que tenha direito.

Art. 75.º Quando o telegramma não puder ser entregue ao destinatario por este se não encontrar, previne-se o expedidor por aviso de serviço, pelo qual o mesmo expedidor pagará a taxa de dez palavras.

Art. 76.º Nos telegrammas em cifra a conferencia é sempre obrigatoria.

Art. 77.º O expedidor de um telegramma tem a faculdade de pedir que este seja conferido.

Art. 78.º O telegramma conferido paga, alem da taxa que lhe competir pela sua categoria, metade da mesma taxa.

Art. 79.º O expedidor de um telegramma póde pedir que lhe seja certificada pelo telegrapho a hora em que elle foi entregue, pagando por este certificado a taxa de dez palavras pelo mesmo percurso.

Art. 80.º Se não for aberta a porta do domicilio indicado no endereço, ou se o portador não encontrar quem se preste a receber o telegramma, deixará aviso no mesmo domicilio, trazendo o telegramma para a estação para ser entregue quando o destinatario o reclamar, sendo prevenido o expedidor.

Art. 81.º Por cada copia que houver de se tirar de um telegramma, para o enviar a mais de um destinatario, se cobrará a taxa designada na tabella n.º I.

Art. 82.º Os telegrammas que tenham de ser entregues em logares não providos de estações, ou situados fóra da area da distribuição gratuita de qualquer estação, podem

ser expedidos por proprio a pé ou embarcado, ou pelo correio, pagando o expedidor toda a despesa.

Art. 83.º As cobranças das taxas, para proprio é a que fixar a direcção em cada anno, e pelo correio é o porte de uma carta registada de porte simples.

Art. 84.º Os telegrammas serão entregues gratuitamente nos domicilios, quando estes façam parte integrante da cidade, villa ou logar designado, ou se não afastem da estação mais de 1 kilometro.

Art. 85.º Quando se ignore o total da despesa a fazer com o proprio, o expedidor depositará a quantia que se repute necessaria, ficando responsavel: o expedidor pelo que faltar para completo pagamento; a estação pelo que sobrar, que entregará ao expedidor.

Art. 86.º Denominam-se *telegrammas* ou *boletins maritimos* os originarios de estações electro-semaphoricas, annunciando aparições, entradas e saídas de navios nas barras e portos de Quelimane, Inhamissengo e Chinde, etc., sinistros e quaesquer occorrencias maritimas de que a estação possa ter conhecimento.

Art. 87.º Os telegrammas maritimos serão distribuidos ás auctoridades e funcionarios que a elles tenham direito pela sua relação com o movimento da barra, e aos particulares que os desejem e paguem:

a) Por cada um, metade da taxa dos telegrammas ordinarios;

b) Por assignatura, a mensalidade estabelecida na tabella n.º 1.

Art. 88.º Só os telegrammas officiaes e os de serviço podem ser redigidos em linguagem cifrada, sendo sempre redigidas em portuguez as indicações de serviço, a direcção e indicações eventuaes.

Art. 89.º O texto dos telegrammas em linguagem commum deve formar sentido comprehensivel. Em regra deve ser redigido em portuguez, podendo todavia sel-o em qualquer outra lingua, caso o empregado a entenda.

Art. 90.º Quando os telegrammas forem redigidos em lingua estrangeira, deverão ser acompanhados da traducção em portuguez, que é obrigatoria.

Art. 91.º A minuta do telegramma será, em regra, escripta em formulas ou impressos especiaes, e sempre legivelmente, em caracteres que tenham equivalentes nos signaes graphicos de Morse.

Art. 92.º Quando escriptas as minutas dos telegrammas em papel avulso, serão pela estação colladas aos impressos especiaes.

Art. 93.º Qualquer entrelinha, chamada, rasura ou additamento de palavra deve ser resalvada em observação pelo expedidor ou seu representante.

Art. 94.º Os telegrammas em lingua estrangeira pagarão o triplo dos telegrammas em portuguez e são de conferencia obrigatoria.

Art. 95.º Os chefes das estações ou empregados de serviço podem, para resalvar a sua responsabilidade, fazer reconhecer a identidade da assignatura dos telegrammas particulares que lhes forem apresentados para transmittir.

Art. 96.º O expedidor pôde, quando julgar conveniente, legalisar a sua assignatura e exigir a transmissão d'essa legalisação pela formula *Logar de reconhecimento*. Esta formula é taxada e seguirá á assignatura.

Art. 97.º Tudo quanto o expedidor escreve na minuta do telegramma, para ser transmittido, entra na contagem para a taxa.

Art. 98.º A maxima extensão de uma palavra é fixada em quinze caracteres, segundo o alphabeto de Morse, contando-se por duas as que tiverem mais; sendo *ch* contado como uma só letra.

§ 1.º Não se admittem combinações contrarias ao uso da lingua.

§ 2.º Os numeros escriptos em algarismos, bem como os grupos de letras, são contados por tantas palavras, quantos os grupos de cinco algarismos ou letras que os compozerem, e mais uma pelo excedente.

§ 3.º Qualquer caracter isolado, letra ou algarismo, é contado por uma palavra, e o mesmo se pratica com o sublinhado. Os signaes de pontuação, hyphens, apostrophos, comas, parenthesis e signal de paragrapho não se contam; são todavia contados como um algarismo os pontos, as virgulas e os traços de divisão que entram na formação dos numeros ou grupos de letras.

§ 4.º As letras juntas aos algarismos, para designar numeros ordinaes, contam-se cada uma por um algarismo.

§ 5.º As menções relativas aos despachos especiaes, expressas nas formulas abreviadas do artigo 96.º, contam-se cada uma por uma palavra.

Art. 99.º Da taxa cobrada exigirá sempre o expedidor o competente recibo.

Art. 100.º As indicações de serviço são as seguintes :

Telegramma official urgente.....	SG
Telegramma official ordinario.....	S
Telegramma de serviço urgente.....	AG
Telegramma de serviço ordinario.....	A
Telegramma particular urgente.....	D
Telegramma particular não urgente.....	P
Resposta paga.....	RP
Telegramma conferido.....	TC
Com certificado de recepção.....	CR
Posta paga.....	PP
Proprio pago.....	XP
Para ser entregue aberto.....	RO
Telegramma semaphorico.....	Sem
Telegramma marítimo.....	B

Art. 101.º Os signaes convencionaes que se devem usar nos telegrammas de serviço são os seguintes :

Director chefe.....	DC
Sub-chefe.....	SC
Constructores e conservadores deapparelhos.....	CC
Chefe de estação.....	CE
Encarregado de estação.....	EE
Empregado de serviço.....	ES
Empregado.....	E
Guarda-fio.....	GF
Boletineiro.....	BL
Serventes.....	SV

Art. 102.º A transmissão dos telegrammas verifica-se pela ordem seguinte :

- 1.º Telegrammas officiaes urgentes;
- 2.º Telegrammas de serviço urgente;
- 3.º Telegrammas officiaes não urgentes;
- 4.º Telegrammas particulares urgentes;
- 5.º Telegrammas de serviço não urgentes;
- 6.º Telegrammas particulares não urgentes.

§ unico. Têm preferencia, sobre todos, os telegrammas relativos á segurança publica ou individual, e os que notifiquem perigo na estação ou localidade onde ella estiver estabelecida.

Art. 103.º A nenhum empregado é licito alterar ou modificar o texto do telegramma em qualquer phase da transmissão. O telegramma deve ser transmittido conforme se acha escripto na minuta, excepto quando o expedidor peça para melhorar a redacção.

Art. 104.º Podem os empregados, para resalvar a sua responsabilidade, dar ou exigir a repetição parcial ou integral dos telegrammas que receberem ou transmittirem.

Art. 105.º Um telegramma levado ao domicilio póde ser entregue ao proprio destinatario, aos membros adultos da sua familia, a seus empregados ou servidores, locatarios ou hospedes, quando o expedidor não tenha designado por escripto um delegado especial, ou não tenha recommendado tambem por escripto que o telegramma só seja entregue ao proprio destinatario.

§ unico. Tambem póde determinar que o telegramma seja entregue aberto.

Art. 106.º O boletineiro poderá receber do destinatario o telegramma que este deseja enviar em resposta.

Art. 107.º O boletineiro nunca esperará mais de oito minutos no domicilio do destinatario de qualquer telegramma.

Art. 108.º Qualquer expedidor póde, justificada a sua identidade, fazer sustar, se ainda for tempo, a transmissão ou seguimento do seu telegramma, e é reembolsado da taxa correspondente á parte não transmittida ou percurso diminuido.

Art. 109.º Os telegrammas sustados nos termos do artigo antecedente ficam pertencendo á direcção nas condições dos demais telegrammas.

CAPITULO VI

Escripturação

Art. 110.º A direcção deve possuir e escripturar os seguintes livros:

- 1 Livro caixa;
- 1 Livro do rendimento geral;
- 2 Livros de contas correntes;
- 1 Livro de matricula dos empregados;
- 1 Livro de despesa em construção;
- 1 Livro de despesa em conservação;
- 2 Livros de armazens;
- 1 Livro de requisições;
- 1 Livro de officios recebidos;
- 1 Livro de officios expedidos;
- 1 Livro de ordens;
- 1 Livro de orçamentos e estimativas;
- 1 Livro de estatisticas;
- 1 Livro de assignaturas;
- 1 Livro de inventarios geraes.

Art. 111.º As estações telegraphicas ou telephonicas terão:

- 1.º Livro do rendimento ou conta corrente;
- 2.º Livro de requisições;
- 3.º Livro de inventarios;
- 4.º Livro de registo de telegrammas de serviço.

Art. 112.º O sub-chefe terá os livros necessarios para as suas contas com a direcção, e os que forem precisos para estar habilitado a fornecer as informações concernentes ao movimento das estações e desenvolvimento do serviço, consumo de materiaes, organização de estatistica, etc.

§ unico. Todos os livros a que se referem os artigos antecedentes, e mais documentos empregados na escripturação dos telegraphos, serão organisados conforme modelos estabelecidos pela direcção.

CAPITULO VII

Uniformes

Art. 113. Os empregados do quadro dos telegraphos usarão o seguinte uniforme:

1.º Os telegraphistas: *dolman* de fazenda azul ou branca, conforme a estação, tendo uma só abotoadura de seis botões de metal doirado das dimensões adoptadas no exercito e com a corôa real portugueza em relevo;

2.º Servem de distinctivos aos telegraphistas de 1.ª classe tres estrellas doiradas na manga direita do casaco; aos de 2.ª classe duas estrellas e aos auxiliares uma.

Art. 114.º Os boletineiros usarão blusa de ganga azul e calça curta ou comprida de ganga ou brim cru, conforme as circumstancias.

Art. 115.º Os guarda-fios usarão tambem blusa azul e calça da mesma côr, e os ajudantes calça curta e blusa.

Art. 116.º Tanto a blusa como a calça dos boletineiros e guarda-fios devem ser de fazenda branca, durante a estação quente, para o serviço exterior.

Art. 117.º O amanuense usará o mesmo uniforme dos telegraphistas, com uma estrellas em cada braço, e o fiel usará egual uniforme, porém só com uma estrellas no braço esquerdo.

Art. 118.º Os telegraphistas, o amanuense e o fiel usarão bonnet de panno azul, tendo por emblema laço redondo de seda, azul e branco, com as iniciaes TZ de metal dourado, encimadas por uma corôa do mesmo metal. Os guarda-fios e boletineiros o mesmo bonnet, ou chapéu de palha com aba larga, e o respectivo distico na cinta do bonnet ou fita do chapéu, a saber:

BOLETINEIRO — SERVENTE — GUARDA-FIOS ou AJ. GUARDA-FIOS

§ 1.º Os bonnets terão a fôrma actualmente determinada para os officiaes inferiores da marinha militar.

§ 2.º Os bonnets usar-se-hão com capa branca, durante a estação quente.

§ 3.º As letras de metal e corôas têm as dimensões determinadas para os numeros dos bonnets dos officiaes do exercito.

Art. 119.º Todo o pessoal d'este quadro será obrigado a apresentar-se devidamente uniformizado, seis mezes depois de publicado este regulamento no *Boletim official*, devendo apresentar-se sempre com os seus uniformes em bom estado.

§ unico. Ao empregado, que faltar ao disposto n'este artigo, mandará a direcção fazer o fardamento, descontando-lhe a sua importancia por uma só vez.

TABELLA N.º I

Taxas a que ficam sujeitas as correspondencias telegraphicas e telephonicas

Designações	Taxa — Réis
Telegrammas ordinarios	
Percurso até 50 kilometros; por palavra.....	\$020
Excesso sobre o percurso antecedente, por cada 50 kilometros, ou fracção d'esta distancia, mais por palavra.....	\$010
Telegrammas urgentes pagam o dobro das taxas acima indicadas	
Telegrammas conferidos (por cada palavra e conferencia) mais metade da respectiva taxa	
Telegrammas com certificado de recepção, mais a taxa correspondente a 10 palavras e ao respectivo percurso.	
Telegrammas semaphoricos (alem da taxa telegraphica) por cada signal que tenha de ser içado.....	\$100
Boletins marítimos	
Assignatura mensal.....	1\$000
Por um só boletim, cada palavra e percurso de 50 kilometros.....	\$010
Idem, idem e por cada 50 kilometros ou fracção d'esta distancia, de excesso sobre o primeiro percurso.....	\$005
Correspondencias telephonicas	
Percurso até 50 kilometros, por cinco minutos de conversação.....	\$200
Por cada minuto a mais.....	\$020
Excesso sobre o percurso antecedente, por cada 50 kilometros ou fracção d'esta distancia, e por minuto.....	\$010
Despachos escriptos, para serem transmittidos telephonicamente, pagam as taxas estabelecidas para os telegrammas.	
(Sendo de noite, todas as correspondencias quer telephonicas, quer telegraphicas, pagam o dobro, considerando-se para este effeito como tal o intervallo que medeia entre as 8 horas da noite e as 6 horas da manhã).	
Copias de telegrammas, por cada palavra.....	\$010
Busca, havendo-a, por cada telegramma e por cada estação.....	\$100

TABELLA N.º II

Exemplos para mostrar o modo de contagem das palavras

Exemplos	Numero de palavras
Circumstanciadamente.....	duas
658423.....	duas
ANC.....	uma
TABXST.....	duas
3 %.....	uma
450 1/2.....	duas
Artigo 10565.º.....	tres
366,45.....	duas
e (conjunção).....	uma
R P (resposta paga).....	uma

TABELLA N.º III

Vencimentos mensaes dos empregados do quadro dos telegraphos da Zambesia e Chire

Pessoal	Gratificações	Ordenados
Director, como conductor de obras publicas de 1.ª classe	-3-	-3-
Sub-chefe, como conductor de obras publicas de 2.ª classe	-3-	-3-
Constructores e conservadores deapparelhos {1.º	30\$000	45\$000
..... {2.º	20\$000	40\$000
Telegraphistas de 1.ª classe	-3-	30\$000
Ditos de 2.ª classe	-3-	20\$000
Ditos auxiliares	-3-	12\$000
Praticantes	-3-	9\$000
Alumnos	-3-	6\$000
Gratificação aos chefes ou encarregados das estações, conforme o movimento ...	3\$000	-3-
Amanuense	a 6\$000	-3-
Fiel	-3-	18\$000
Fiel	-3-	18\$000
Guarda-fios chefe	-3-	24\$000
Guarda-fios	-3-	18\$000
Ditos ajudantes	-3-	7\$500
Boletineiros	-3-	7\$500
Serventes, maximo	-3-	4\$500

Secretaria do governo geral de Moçambique, 10 de fevereiro de 1890. — O secretario geral interino, *Francisco de Paula Carvalho*.

Tendo-se suscitado duvidas em algumas das provincias portuguezas do ultramar sobre a epocha exacta da expiração do prazo de privilegios, concedidos ao banco nacional ultramarino por carta de lei de 16 de maio de 1864, e prorogado por carta de lei de 27 de janeiro de 1876, e solicitando tambem o dito banco a definição official da referida epocha, Sua Magestade El-Rei, havendo presentes os preceitos das duas citadas leis e dos decretos de 12 de novembro de 1864, 13 de setembro de 1865 e 22 de abril de 1869, e conformando-se com o parecer do conselheiro procurador geral da corôa e fazenda, datado de 10 do corrente, ha por bem mandar declarar aos governos e governos geraes das alludidas provincias, e bem assim ao indicado banco nacional ultramarino ;

1.º Que no dia 13 de setembro de 1890 cessarão para o banco nacional ultramarino os privilegios da fundação e administração exclusiva de estabelecimentos bancarios no ultramar e isenção de pagamento de contribuições e impostos, e a dispensa do serviço de cargos publicos e municipaes para os seus empregados nas provincias ultramarinas ;

2.º que em egual dia de 1900 cessará o exclusivo da emissão de notas nos dominios ultramarinos, Macau exceptuado, onde não existe.

O que tudo, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se comunica ao governador geral da provincia de Cabo Verde, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 15 de fevereiro de 1890. — *João Marcellino Arroyo*.

Ill.º e ex.º sr. — Tendo sido mandado trancar por portaria de 23 de dezembro de 1889 o processo de syndicancia, mandado instaurar ao director da alfandega de Lourenço Marques, D. Egas Moniz Coelho, por portaria provincial de 4 de maio de 1888, processo que só veio a ter principio em novembro do mesmo anno, encarrega-me s. ex.ª o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.ª que, em virtude da dita portaria de 23 de dezembro, tem o mencionado empregado direito ao seu ordenado desde a data em que foi suspenso até 3 de junho de 1888, que

não recebeu, e que nos termos do despacho de 31 de janeiro ultimo dever-lhe-hão ser abonadas as respectivas percentagens desde 4 de junho de 1888, em que o processo deveria estar principiado, nos termos do artigo 2.º do decreto de 27 de dezembro de 1852, até 23 de dezembro de 1889, em que foi mandado trancar.

Deus guarde a v. ex.^a 7.^a repartição da direcção geral da contabilidade publica, 20 de fevereiro de 1890. = Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. inspector de fazenda da provincia de Moçambique. = *João Duarte de Figueiredo Bastos.*

Senhor. — A necessidade de modificar a lei de 24 de julho de 1885, que regulou a eleição da parte electiva da camara dos dignos pares do reino, de ha muito se impõe sem contestação, e já n'aquelle sentido foi apresentada em côrtes uma proposta de lei, com data de 4 de junho de 1887, que mereceu a approvação das competentes commissões da camara dos senhores deputados.

No relatorio da mencionada proposta arguia-se de perigosa na eleição dos pares a interferencia dos corpos administrativos, assim transformados em assembléas politicas, onde mais podem conveniencias eleitoraes que os interesses da administração local, e n'elle se affirma que d'esta situação resulta grave detrimento para o paiz, ao passo que, deixando as alludidas corporações entregues exclusivamente aos cuidados do governo municipal ou districtal, não padecerá a representação nacional, e grandes vantagens ha-de lucrar a administração do reino.

Não se póde duvidar que a citada lei de 24 de julho de 1885 foi votada e promulgada nos melhores intuitos, sendo que a ingerencia por ella attribuida aos corpos administrativos na eleição dos pares do reino se ajusta, não só á estreiteza de relações, que não póde deixar de haver entre os interesses geraes do reino e os interesses locaes dos districtos e municipios, mas tambem ás garantias de capacidade e independencia, que para a eleição em dois graus é licito esperar d'aquelles que, pelo voto dos seus concidadãos, são chamados a represental-os n'estas circumscripções administrativas.

A verdade é, porém, que a experiencia não corresponde ao elevado pensamento da lei, para cuja inteira realisação está sem duvida o maior obstaculo em que, se os corpos administrativos representam a opinião predominante no momento da respectiva eleição, nenhuma segurança ha de que o mesmo aconteça, quando têm de funcionar como factores da parte electiva da camara dos pares.

Deixando, pois, de significar a vontade dos eleitores, as mais das vezes serão apenas a expressão de uma pequena minoria, que indevida e injustamente irá preponderar n'uma das mais importantes funcções da soberania nacional, se não lhe acudirem com algum remedio extremo.

A renovação parcial dos corpos administrativos em abreviados periodos poderia em algum modo attenuar este defeito, sem que todavia o evitasse ou corrigisse inteiramente; mas hoje que a duração d'elles, taes como foram eleitos, ficou triennal, com a unica excepção do municipio de Lisboa, é não só evidente, mas inadiavel, a necessidade de reformar n'esta parte a legislação eleitoral.

Para satisfazer a esta imperiosa urgencia bastará por agora se modifique a lei de 24 de julho de 1885, na parte relativa ás juntas geraes de districto e camaras municipaes, por maneira que, mantido o principio da eleição indirecta, se entregue em cada concelho aos respectivos eleitores de deputados a escolha de delegados aos collegios districtaes, aproveitando-se da mencionada proposta de lei o que melhor possa contribuir para a mais genuina representação da vontade nacional.

Julgou, pois, o governo de Vossa Magestade conforme á indole da nossa constituição politica e da legislação do reino em materia eleitoral, que se alargasse para a eleição dos delegados districtaes o suffragio a todos os cidadãos que a lei declara aptos para outras funcções de similhante importancia.

Por esta maneira, partindo da mesma origem os corpos legisladores electivos, se concilia a conveniencia de que seja diversa a fórmula da respectiva eleição com o justo reconhecimento do direito e capacidade dos eleitores primarios para a escolha dos seus directos representantes.

Por esta ordem de idéas e no intuito de aperfeiçoar a legislação eleitoral em harmonia com o desenvolvimento dos principios que regem as nossas instituições liberaes, te-

mos a honra de propor á superior sabedoria de Vossa Magestade o seguinte projecto de decreto.

Paço, em 20 de fevereiro de 1890. = *Antonio de Serpa Pimentel* = *Lopo Vaz de Sampaio e Mello* = *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* = *João Marcellino Aroyo* = *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* = *Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

Attendendo ao que me representaram os ministros e secretarios d'estado de todas as repartições; hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º A parte electiva da camara dos dignos parcs continuará a ser eleita nos termos da legislação actualmente em vigor, com as seguintes modificações:

Art. 2.º O numero de sessões legislativas ordinarias, fixado como condição de categoria nas categorias 3.ª e 4.ª do artigo 4.º da lei de 3 de maio de 1878, fica reduzido a tres sessões legislativas ordinarias, de tres mezes pelo menos cada uma, relativamente á 3.ª categoria, e a seis sessões nos termos já referidos, pelo que respeita á 4.ª categoria. A importancia do rendimento, fixada no artigo 1.º da lei de 21 de julho de 1885, é reduzida de 4:000\$000 a 2:000\$000 réis, e a importancia do rendimento, fixada no artigo 5.º § unico da lei de 3 de maio de 1878, é reduzida de 2:000\$000 a 1:000\$000 réis.

Art. 3.º Os pares dos districtos administrativos serão eleitos por collegios eleitoraes reunidos nas capitães dos districtos e compostos:

1.º Dos deputados eleitos nos circulos, cujas sédes se comprehenderem na area d'esses districtos;

2.º Dos delegados eleitos em cada concelho.

§ 1.º Nos concelhos de menos de 3:000 fogos serão eleitos dois delegados; nos de 3:000 fogos ou mais e nos bairros de Lisboa e Porto serão eleitos tres delegados.

§ 2.º A eleição dos delegados será feita pelos mesmos cidadãos, que têm o direito de eleger os deputados, e nas mesmas assembléas eleitoraes, ainda que alguma d'ellas pertença administrativamente a outro districto ou concelho.

§ 3.º Para os effeitos do paragrapho antecedente as diversas freguezias consideram-se como fazendo parte do concelho a que pertencer a séde das respectivas assembléas eleitoraes.

§ 4.º Alem dos delegados effectivos serão eleitos outros tantos supplentes que substituem os primeiros no caso de falta ou impedimento.

§ 5.º O direito de votar nos estabelecimentos scientificos, de que trata o artigo 8.º da lei de 24 de julho de 1885, prefere ao direito de votar nas assembléas eleitoraes, a que se refere o § 2.º do presente artigo.

Art. 4.º Nenhum cidadão poderá votar em mais de um collegio para a eleição de pares.

§ 1.º O direito de votar como deputado prefere ao direito de votar como delegado.

§ 2.º A eleição de delegado de um estabelecimento scientifico prefere á eleição de delegado municipal.

§ 3.º O delegado eleito por dois ou mais concelhos representará, primeiro o da sua naturalidade, segundo o da sua residencia, terceiro aquelle em que tiver sido mais votado.

Art. 5.º Alem dos individuos designados no artigo 7.º da lei de 24 de julho de 1885, tambem não poderão ser eleitos pares nos districtos, em que exercere as respectivas funcções, os administradores de concelho, os juizes de direito da 1.ª instancia, os directores de obras publicas e os inspectores da fazenda.

Art. 6.º No caso da eleição conjuncta da camara dos deputados e da parte electiva da camara dos pares, a eleição de pares só poderá realisar-se passados quatorze dias depois da eleição de deputados.

Art. 7.º No caso previsto no artigo antecedente, a eleição dos delegados poderá verificar-se no mesmo dia designado para a eleição de deputados, e conjunctamente com esta.

§ 1.º Para este fim haverá sobre a mesa, em cada assembléa eleitoral, duas urnas, tendo cada uma d'ellas um distico, por fôrma que a todos seja bem visivel, indicativo da eleição a que é destinada.

§ 2.º Os eleitores apresentarão uma lista para cada uma das indicadas urnas, sem o que não serão admittidos a votar, salvo o disposto no § 5.º do artigo 3.º d'este decreto.

§ 3.º As mencionadas listas devem, sob pena de nullidade, designar na parte interna, e no alto d'ella, o cargo para que se vota, contendo tambem as que se referirem aos delegados, não só os nomes d'estes, mas tambem os dos escolhidos para os substituirem.

Art. 8.º Quando a eleição dos delegados municipaes se fizer conjunctamente com a de deputados, proceder-se-ha dois dias depois d'ella á eleição dos delegados dos estabelecimentos scientificos.

Art. 9.º Na eleição e apuramento dos delegados municipaes observar-se-hão as disposições legaes applicaveis da eleição e apuramento dos deputados.

§ 1.º Do resultado da eleição será lavrada acta em duplicado, sendo um dos exemplares immediatamente remettido ao presidente da camara municipal, para o guardar no respectivo archivo, e o outro entregue aos secretarios da mesa eleitoral ou seus substitutos, para o apresentarem na assembléa do apuramento, a cujo presidente serão enviados os mais papeis da eleição.

§ 2.º O apuramento será feito na séde do concelho no quinto dia posterior ao fixado para a eleição dos delegados, presidindo á assembléa do apuramento, composta dos referidos secretarios ou seus substitutos, o presidente da commissão de recenseamento.

§ 3.º Do apuramento será tambem lavrada acta em duplicado, guardando-se um dos exemplares no archivo municipal e enviando-se desde logo ao presidente do collegio districtal o outro, pelo seguro do correio, com todos os mais papeis da eleição.

§ 4.º As actas das eleições nas assembléas primarias e da assembléa de apuramento consignarão a declaração exigida no § 6.º do artigo 20.º da lei de 24 de julho de 1885.

§ 5.º A cada um dos delegados eleitos se entregará copia authentica da acta do apuramento, que lhe servirá de diploma, e, se algum não estiver presente, ser-lhe-ha enviada com carta de aviso da mesa.

Art. 10.º Só poderão ser eleitos delegados os cidadãos elegiveis para deputados e que estejam recenseados no districto em que tiverem de funcionar.

Art. 11.º Os collegios districtaes reunir-se-hão dois dias antes do designado para a eleição dos pares, a fim de procederem á constituição da mesa e verificação dos poderes dos delegados eleitos, pelas dez horas da manhã, no edificio da camara municipal da séde do districto, ou, quando este não tenha a precisa capacidade, no edificio que para esse fim for designado pelo competente governador civil.

Art. 12.º Reunidos os delegados e constituida a mesa provisoria, que será composta de um presidente e dois secretarios, sendo aquelle o mais velho e estes os dois mais novos dos delegados presentes, proceder-se-ha por maioria e por escrutinio secreto á eleição da mesa definitiva, que será tambem composta de um presidente e dois secretarios.

Art. 13.º Constituida a mesa definitiva, o presidente apresentará fechadas e lacradas as actas e mais papeis, que nos termos do § 3.º do artigo 9.º, lhe tiverem remettido as assembléas de apuramento. Os delegados eleitos apresentarão egualmente os seus diplomas.

§ unico. Da constituição da mesa e da verificação dos poderes, nos termos dos artigos 29.º a 36.º da lei de 24 de julho de 1885, será lavrada acta em duplicado para ser guardado um exemplar no archivo do governo civil do districto, ficando o outro em mão de um dos secretarios do collegio districtal.

Art. 14.º Fica revogada a legislação em contrario.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino e interino dos da guerra, e os ministros e secretarios d'estado das outras repartições, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 20 de fevereiro de 1890.==
REI. = Antonio de Serpa Pimentel = Lopo Vaz de Sampaio e Mello = João Ferreira Franco Pinto Castello Branco = João Marcellino Arroyo = Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro = Frederico de Gusmão Correia Arouca.

Tendo de proceder-se á eleição geral de deputados ás côrtes, que têm de reunir-se no dia 19 do proximo mez de abril, em virtude do decreto de 20 do mez de janeiro ultimo, pelo qual foi dissolvida a camara dos senhores deputados da nação portugueza; hei por bem determinar o seguinte:

Artigo 1.º E fixado o domingo 23 do proximo mez de março para a reunião das commissões de recenseamento eleitoral, a fim de darem cumprimento ao disposto nos artigos 42.º, 43.º, 44.º e 45.º do decreto de 30 de setembro de 1852.

Art. 2.º São convocadas as assembléas eleitoraes do reino para o dia 30 de março proximo, á fim de elegerem os deputados, na conformidade do artigo 1.º da carta de lei de 21 de maio de 1884 e do mappa annexo á mesma lei.

Art. 3.º Os actos eleitoraes e de apuramento serão praticados nos prazos e pela forma prescripta na citada lei de 21 de maio, decreto de 30 de setembro de 1852 e carta de lei de 23 de novembro de 1859.

Art. 4.º Os governadores das provincias ultramarinas, logo que recebam communicação do presente decreto, mandarão proceder ás eleições nos circulos da sua jurisdicção, conforme o mappa annexo á lei de 8 de maio de 1878, nas epochas e prazos que forem compatíveis com as distancias e meios de communicação.

Art. 5.º De igual faculdade usarão os governadores civis dos districtos das ilhas adjacentes, quando deixem de receber a communicação do presente decreto a tempo de poderem ser praticados os actos eleitoraes nas epochas no mesmo decreto designadas.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 20 de fevereiro de 1890. = REI. = *Antonio de Serpa Pimentel* = *João Marcellino Arroyo*.

Ill.º e ex.º sr. — Em resposta ao officio n.º 250, de 19 de dezembro ultimo, encarrega-me s. ex.ª o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.ª que, tendo sido ouvida a administração geral dos tabacos ácerca do dito officio e da representação que o acompanhava, bem como sobre o telegramma de 26 de novembro anterior, a referida administração resolveu proceder nos termos dos quatro artigos juntos por copia, resolução esta com que s. ex.ª se dignou de conformar-se.

Deus guarde a v. ex.ª Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 20 de fevereiro de 1890. — Ill.º e ex.º sr. governador da provincia da Guiné. = O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Resoluções adoptadas pela administração geral dos tabacos sobre representações
vindas da provincia da Guiné portugueza (officio da indicada administração, datado de 15 de fevereiro
de 1890)

1.ª Satisfazer quaesquer requisições que lhe sejam feitas por casas commerciaes de Lisboa, por tabacos destinados á Guiné portugueza, podendo portanto os negociantes d'essa provincia dirigirem-se a seus correspondentes aqui para esse fim.

2.ª Vender o tabaco em rama ao preço de 660 réis o kilogramma, e os manufacturados com o desconto de 40 por cento sobre os preços das tabellas respectivas, sendo estes preços franco a bordo em Lisboa.

3.ª Conceder ás vendas os mesmos beneficios no pagamento e exigir-lhes as mesmas garantias que se acham estabelecidas para o commum dos compradores, nas condições geraes de 14 de novembro, de que vae annexo a este officio um exemplar.

4.ª Ser a entrega effectuada pelo conhecimento de embarque do genero para o porto indicado na requisição, correndo de conta da administração as despesas do embarque e de conta dos compradores todas as despesas ulteriores, a começar pelo frete.

Está conforme. — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 20 de fevereiro de 1890. = *M. E. Lobo de Bulhões*

Administração geral dos tabacos

Clausulas e condições geraes das vendas

1.ª Nos termos da base 6.ª da lei de 22 de maio de 1888, a venda de tabacos fabricados é livre, e a administração satisfará todas as encomendas que lhe forem dirigidas por individuos habilitados para vender tabacos, por importancias superiores a réis 10\$000.

2.^a As vendas fazem-se com pagamento á vista, com prompto pagamento e com pagamento a prazo: sómente, porém, se accetarão encommendas das duas ultimas especies, quando o comprador garantir á administração o minimo consumo mensal de 200\$000 réis e quando caucionar as suas encommendas por qualquer fórmula sufficiente.

3.^a Pagamento á vista entende-se no acto da encommenda, para os compradores de fóra de Lisboa e Porto, e no da encommenda ou no da entrega, para os compradores residentes em Lisboa e Porto. Prompto pagamento entende-se até ao dia 15 do mez seguinte áquelle em que a entrega for feita. Os prazos são de um, dois ou tres mezes a contar do mesmo dia 15.

4.^a As encommendas serão dirigidas á administração que, depois de approvadas, as fará executar; competindo ao deposito n.º 1 (Xabregas) as expedições para os districtos de Faro, Beja, Evora, Portalegre, Santarem, Lisboa (excluindo o concelho d'este nome) Leiria, Coimbra, Vizeu, Castello Branco e para as ilhas adjacentes e ultramar; ao deposito n.º 2 (Santa Justa) as expedições para o concelho de Lisboa e arredores, onde não ha serviço de linhas ferreas; e ao deposito n.º 3 (Porto) as expedições para os districtos de Vianna, Braga, Porto, Aveiro, Villa Real e Bragança.

5.^a A administração fará a todos os compradores, que garantam o minimo consumo mensal de 200\$000 réis, a entrega domiciliaria nas cidades de Lisboa e Porto; e fóra d'ellas a entrega effectuar-se-ha contra a remessa da guia da expedição de um dos depositos, sendo pagos pela administração e de sua conta os transportes maritimos ou em caminho de ferro, até ao porto ou estação mais proximos do domicilio do destinatario; e quando este se encontre a distancia superior a cinco kilometros do referido porto ou estação, a administração abonará uma indemnisação de percurso pelo excesso. Esta indemnisação não será, porém, abonada ao comprador, se elle não fizer o aviso respectivo no mesmo mez da remessa do genero.

6.^a Os recambios de tabacos manufacturados ficam supprimidos, e os compradores completamente responsaveis pela importancia das facturas.

7.^a Sobre a importancia das facturas, e nos termos adeante expressos, recáem tres especies de deducções: a commissão da venda, o bonus commercial e o de revenda, e o desconto por antecipação de pagamento.

8.^a A commissão de venda permanente é de 10 por cento e abrange todas as facturas, qualquer que seja a sua importancia.

9.^a O bonus commercial é variavel e a sua percentagem determinada pelas especies de fabrico.

As percentagens applicaveis, sem limite minimo de importancia de compras, são as seguintes:

1. ^o Rapé	3 por cento
2. ^o Folha picada	4 »
3. ^o Charutos A) ordinarios....	4 »
» Charutos B) finos	8 »
4. ^o Cigarros	4 »
5. ^o Cigarrilhas	8 »

10.^a O bonus de revenda applica-se na razão de 2 por cento a todos os compradores por grosso, sempre que a importancia de suas facturas, liquida de commissão de venda e bonus commercial, e completamente solvida, exceda n'um trimestre a somma de réis 3:000\$000. Este bonus liquidar-se-ha nos ultimos dias de março, junho, setembro e dezembro de cada anno.

11.^a Perdem o direito ao bonus de revenda aquelles revendedores que concederem vantagens superiores, quer em commissão, quer em bonus ou desconto, ás que a administração estabelece para a venda, podendo em tal caso a mesma administração recusar o fornecimento de tabacos a esses revendedores.

12.^a Todas as vendas de tabacos por importancia superior a 200\$000 réis mensaes têm direito ao prazo de tres mezes para o pagamento, nos termos da condição 3.^a As antecipações gosam dos descontos da tabella seguinte:

Pagamento á vista	2,50 por cento
Prompto pagamento	2 »
Um mez de prazo	0,50 »
Dois mezes de praso	0,25 »

Os descontos por antecipação de pagamento só podem ser concedidos aos compradores que não tenham debitos á administração ou letras acceitas a vencer.

13.^a No acto da encomenda o comprador tem de declarar a fórma em que deseja effectuar o pagamento, devendo todos os pagamentos a prazo ser feitos em letras que, sob pena de protesto, serão satisfeitas no vencimento.

14.^a Em Lisboa e no Porto os pagamentos serão feitos nas thesourarias da administração, podendo, fóra d'estas duas cidades, os compradores effectual-os nas recebedorias de comarca, enviando immediatamente á administração os duplicados dos recibos, sob pena de perda dos beneficios inherentes á data do pagamento.

15.^a Estas clausulas e condições começarão a vigorar no dia 1 de janeiro de 1890, revogando as anteriores de 30 de março de 1889.

Lisboa, 14 de novembro de 1889. — O administrador geral, *Oliveira Martins*.

Querendo solemnizar a epocha da minha aclamação com um acto de clemencia tão amplo, quanto seja compativel com a segurança commum e com a disciplina militar: hei por bem, exercendo uma das attribuições do poder moderador, que mais agradável me é, e tendo ouvido o conselho d'estado, decretar o seguinte:

Artigo 1.^o É concedida amnistia geral e completa para todos os crimes contra o exercicio do direito eleitoral, e em geral para todos os crimes de origem ou character politico, commettidos até á data do presente decreto, exceptuando aquelles, de que resultou homicidio ou alguma das lesões mencionadas nos artigos 360.^o n.^o 5.^o e 361.^o do código penal.

Art. 2.^o É tambem concedida amnistia para os seguintes crimes commettidos até á mesma data:

1.^o De abuso de manifestação de pensamento, em que sómente seja parte o ministério publico;

2.^o De contrabando, ficando perdidos a favor da fazenda e das pessoas, a quem pertencer, segundo as leis, os objectos respectivos ao mesmo contrabando;

3.^o De sedição ou assuada, não tendo havido offensa de pessoas ou propriedades, embora se tenham soltado vozes sediciosas;

4.^o De desobediencia aos mandados legaes das auctoridades;

5.^o De deserção simples do exercito ou armada, ou deserção aggravada, se esta o tiver sido sómente pela subtracção ou descaminho de objectos da fazenda.

§ 1.^o Aos desertores sómente aproveitará esta amnistia, apresentando-se elles dentro de dois mezes no reino, de quatro nas ilhas adjacentes e de seis no ultramar, contados quanto ao reino e ilhas desde a data em que este decreto for publicado na ordem do exercito ou da armada, e quanto ao ultramar desde o dia em que for publicado na capital da provincia.

§ 2.^o O tempo decorrido, desde que a praça se tiver constituido em deserção até ao dia da sua apresentação, não lhe será contado como tempo de serviço para effeito algum.

Art. 3.^o Os processos instaurados pelos crimes comprehendidos nos artigos antecedentes ficam de nenhum effeito, n'elles se porá perpetuo silencio, e os réus que estiverem presos, em processo ou sem elle, serão soltos, se por outro motivo não deverem ser retidos na prisão.

Art. 4.^o As praças de pret, não comprehendidas no n.^o 5.^o do artigo 2.^o e condemnadas á data mencionada no artigo 1.^o, pelo crime de deserção simples, ou aggravada por alguma das circunstancias referidas no artigo 70.^o do código de justiça militar, na pena de deportação militar, fica perdoada a quarta parte da pena em que foram condemnadas.

Art. 5.^o Aos réus condemnados, por sentença passada em julgado á data do mencionado artigo 1.^o, nas penas de presidio de guerra e prisão militar fica igualmente perdoada a quarta parte da pena em que foram condemnados.

Art. 6.^o As praças de pret, que tiverem commettido transgressões de disciplina até á data mencionada no artigo 1.^o, ficam perdoadas as penas, em que incorreram e lhes foram impostas.

Art. 7.^o Aos réus condemnados, por sentença passada em julgado á data do mencionado artigo 1.^o, em penas maiores temporarias, de qualquer natureza que sejam, fica perdoada a quarta parte do tempo da condemnação.

Art. 8.º As penas correcionaes de prisão ou desterro impostas por sentença passada em julgado á data mencionada no artigo 1.º, que não excederem a um anno, ficam perdoadas aos réus, e, quando excedam, fica-lhes perdoado um anno das sobreditas penas.

Art. 9.º Nas disposições dos artigos antecedentes não são comprehendidos os réus, que, depois de condemnados por sentença passada em julgado, tiverem obtido commutação ou diminuição das penas a elles impostas, nem aquelles, que, tendo sido accusados pela parte offendida, não tiverem obtido o perdão d'esta.

Os ministros e secretarios d'estado das differentes repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 22 de fevereiro de 1890. = REI. = *Antonio de Serpa Pimentel* = *Lopo Vaz de Sampaio e Mello* = *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* = *João Marcellino Arroyo* = *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* = *Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

Constando por informações telegraphicas, recebidas de Londres em 14 do corrente, e confirmadas posteriormente pelo banco de Portugal, que o governo inglez faz recolher e trocar sem despesa no banco de Inglaterra até 31 de março proximo as moedas de oiro do cunho anterior ao do reinado da actual soberana d'aquella nação, quando não tenham sido cerceadas fraudulentamente, e considerando:

1.º Que pelo artigo 8.º da lei de 29 de julho de 1854 foi fixado em 4\$500 réis o valor dos «soberanos» em oiro, e em 2\$250 réis o dos «meios soberanos» do mesmo metal, quando tenham respectivamente o peso de 7^{grms},981 e de 3^{grms},99, com a tolerancia de 2 por mil;

2.º Que é urgente evitar os prejuizos que resultariam da introdução em Portugal das moedas rejeitadas da circulação ingleza:

Hei por bem, conformando-me com o parecer do conselheiro procurador geral da corôa e fazenda, e ouvida a administração geral da casa da moeda, a direcção geral da thesouraria e o governador do banco de Portugal, determinar o seguinte:

Artigo 1.º Fica prohibida, a datar da publicação do presente decreto, a importação das moedas de oiro denominadas «soberanos» e «meios soberanos» de cunho anterior ao do reinado da actual soberana da nação ingleza.

Art. 2.º As moedas provenientes do citado cunho, que se acham em circulação em Portugal, serão, com exclusão das que tiverem sido cerceadas fraudulentamente, recolhidas e trocadas pelo seu valor legal e pela fôrma seguinte:

Em Lisboa, até 20 de março do corrente anno, no cofre da administração geral da casa da moeda e no banco de Portugal como caixa geral do thesouro.

No Porto, até o citado dia, na caixa filial d'aquelle banco.

No resto do paiz, até 15 do referido meiz, nas agencias districtaes do mesmo banco e em todas as recebedorias das comarcas e seus cofres nos respectivos concelhos.

Art. 3.º Pelas administrações geraes das alfandegas e da casa da moeda, e pela direcção geral da thesouraria serão expedidos os diplomas e instrucções necessarias para a inteira execução d'este decreto.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 22 de fevereiro de 1890. = REI. = *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Com referencia ao requerimento do professor da eschola principal de instrucção primaria d'essa provincia, que acompanhou o officio de v. ex.^a, datado de 18 de janeiro ultimo, pedindo que lhe fossem concedidos alguns livros pertencentes aos extinctos conventos, a fim de fundar uma bibliotheca, incumbe-me o ex.^{mo} ministro da marinha de dizer a v. ex.^a, para seu conhecimento e do requerente, que não foi tomado em consideração aquelle pedido, porque, reconhecida que seja a conveniencia de uma bibliotheca publica junto da referida eschola, é ao governo provincial que compete tomar a iniciativa da sua criação e propor superiormente quaesquer providencias que não caibam nas suas attribuições e sejam necessarias para ella se instalar e manter devidamente.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 24 de fevereiro de 1890. = Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de S. Thomé e Príncipe. = O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Tendo sido, por decreto de 26 de dezembro de 1889, creado no districto de Mossamedes o concelho administrativo do Lubango, e tendo de ser determinada a area e os limites do mesmo concelho, conforme o artigo 1.º do citado decreto:

Hei por bem determinar, ouvido o conselho do governo, que o concelho do Lubango seja delimitado: ao norte pelas serras de N'Gondes N'mupace e contra-fortes de Chella até Quillengues; ao sul, pelas serras de Mocoto e estrada carreteira que conduz de Quilembo á Huilla; ao oeste, pelas serras de Congola e Cameque; e a leste, pelo meridiano de 14º sul, ficando por esta fórma definidos os limites dos concelhos circumvisinhos.

As auctoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo em Loanda, 24 de fevereiro de 1890. — *Guilherme Augusto de Brito Capello*, governador geral.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Alguns proprietarios de estabelecimentos agricolas n'essa provincia têm entrado em duvida sobre a fórma por que devem ter execução na ilha do Principe os preceitos contidos no decreto com força de lei de 26 de dezembro de 1889, que facilitou, sob certas garantias, a renovação de contractos de serviçaes.

Não parece procedente a duvida alludida, e tendo s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar ponderado o assumpto em vista de um requerimento, entrado n'esta secretaria d'estado, solicitando declarações officiaes ao indicado respeito, encarrege-me de comunicar a v. ex.^a o seguinte:

1.º Os preceitos do decreto de 26 de dezembro de 1889 são applicaveis tanto á ilha de S. Thomé como á ilha do Principe;

2.º Os proprietarios, que pretendam renovar contractos de serviçaes na ilha do Principe, também têm de requerer ao governo da provincia, cumprindo-lhes proceder com a antecedencia bastante para que o competente processo possa a tempo seguir os tramites legais;

3.º Em todos os requerimentos para a renovação de contractos de serviçaes, é indispensavel a informação escripta do curador geral, que, para este effeito, não será substituido pelo seu delegado na ilha do Principe;

4.º Não se poderá prescindir da publicidade official no *boletim* da provincia, prescripta no n.º 3.º do artigo 1.º do decreto, quer a renovação de contractos seja permittida para se verificar em S. Thomé ou no Principe, cumprindo que a dita publicidade, pelo que toca á renovação de contractos na ilha do Principe, tenha a precisa antecedencia, indicada pelas condições das communicações entre as duas ilhas, por fórma que ao Principe chegue o *Boletim official*, pelo menos, uma semana antes da referida renovação.

No interesse da legalidade, e para reforço de garantias dos serviçaes e dos proprios agricultores, que obtenham despacho favoravel a suas solicitações para a renovação de contractos, dá s. ex.^a por muito recommendado a v. ex.^a e ao curador geral dos serviçaes, que a publicidade, no *Boletim official*, da auctorisação para a renovação de contractos seja acompanhada da publicidade por editos, que se mandem affixar nos convenientes logares, tanto em S. Thomé como no Principe.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 26 de fevereiro de 1890. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de S. Thomé e Principe. — O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Tendo requerido Alexandre Peres, a quem, pelo contracto de 12 de dezembro de 1885, confirmado por decreto com força de lei da mesma data, foi adjudicado o abastecimento de agua na cidade de Loanda, que lhe fosse permittido transferir a sua concessão para uma companhia denominada «companhia das aguas de Loanda»: hei por bem, em conformidade com o artigo 24.º do dito contracto, auctorisar que se leve a effeito, nos termos legais, a transferencia requerida, com a expressa clausula de que se não considerará effectiva, emquanto o governo não approvar a constituição da companhia, para a qual serão transferidos todos os direitos e obrigações que pertencem ao concessionario pelos referidos contracto e decreto com força de lei de 12 de dezembro de 1885.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 27 de fevereiro de 1890. — REI. — *João Marcelino Arroyo*.

MARÇO

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Ao officio de v. ex.^a, n.º 26, de 5 de fevereiro ultimo, encarrega-me o ex.^{mo} ministro de responder que as attribuições dadas aos governadores das provincias ultramarinas, pelo decreto de 20 de dezembro de 1888 e seu regulamento de 7 de novembro de 1889, tem de ser exercidas por quem, nos termos do artigo 8.º do decreto de 1 de dezembro de 1869 e dos principios geraes de administração publica do ultramar, fizer as suas vezes, e portanto pelo respectivo secretario geral quando, havendo governador, este estiver impossibilitado por doença, ou sair temporariamente da provincia por ordem ou auctorisação do governo, ou enquanto visitar algum ponto distante da capital, devendo, porém, n'esses casos expedir as ordens em nome do governador.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 3 de março de 1890. — III.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de S. Thomé e Príncipe. — O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Sua Magestade El-Rei ha por bem, nos termos do § 3.º do artigo 1.º do decreto de 7 de novembro passado, determinar que o intendente geral e os intendentes de negocios indigenas nas terras de Gaza, da provincia de Moçambique, usem nos actos de serviço e nos de representação official o seguinte uniforme, modelado segundo os desenhos da figura annexos a esta portaria.

Pequeno uniforme

Bonnet: Como o que actualmente é usado pelos officiaes da armada, tendo os quartos avivados de encarnado e o emblema substituído pelo representado na figura 1, sobre fundo tambem encarnado, e sendo a pala, em volta, guarnecida de espiguihas de oiro.

Casaco: De panno azul, do feitio dos dolmans usados pelos officiaes do exercito, apertado ao meio do peito por seis alamares de cordões duplos de torçal de seda preta, como vae indicado nas figuras 2 e 3, e botões doirados com armas reaes; as guarnições das costas, como vão indicadas na figura 4, e todo contornado de galão de torçal preto e espiguiha; a gola, direita e aberta, de panno encarnado contornado de galão de oiro, como se vê nas figuras 2 e 4; os canhões em bico, e sobre este assentes os galões indicando a categoria, sendo para o intendente geral tres galões (figura 5) e para os intendentes dois (figura 6).

Platinas: Formadas por quatro cordões de oiro, entremeados de torçal encarnado, tendo cada cordão quatro faces de 0^m,005 (figura 7).

Calças: De panno azul, guarnecidas de uma lista de panno encarnado de 0^m,05 para o intendente geral, e 0^m,035 para os intendentes.

Grande uniforme

Chapéu armado: Como o usado no uniforme dos empregados civis.

Calças: Com lista de galões de oiro, de larguras eguaes ás do pequeno uniforme.

Espada: Do modelo adoptado para os officiaes da armada.

Talim: De igual modelo, mas de coiro da Russia.

Fiador: Do modelo adoptado para os officiaes superiores da armada.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se participa ao governador geral da mencionada provincia, para seu conhecimento e devidos effectos.

Paço, em 8 de março de 1890. — *João Marcellino Arroyo*.

Convindo adoptar desde já todas as providencias que concorram para regular a situação dos officiaes e mais praças que são destinados ao Zumbo, e outrosim reunir todos os elementos necessarios para poderem ser inscriptas no orçamento da provincia de Moçambique as verbas precisas para a manutenção do dito pessoal, assegurando assim o

completo e cabal desempenho dos serviços que lhes hão de ser attribuidos: ha Sua Magestade El-Rei por bem, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, determinar o seguinte:

1.º Para os fins de disciplina e administração, em tudo o que não for contrariado pelos serviços especiaes a que se destinam, o pessoal dos vapores, bem como o destacamento de marinhagem que serve em terra, considerar-se-ha como destacado da divisão naval de Africa oriental e mar da India.

2.º O governador de Moçambique, de accordo com o commandante da divisão naval, submeterá á approvaçãe do governo o regulamento que a experiencia dos primeiros tempos houver demonstrado como mais conforme para bem definir as relações do dito pessoal com a divisão naval.

3.º O pessoal da guarnição de cada vapor será: um contramestre encarregado do vapor, tres marinheiros de 1.ª ou 2.ª classe e tres fogueiros.

Dois dos marinheiros deverão ser artilheiros.

Alem d'este pessoal será admittido o pessoal indigena que for julgado indispensavel.

4.º Ao pessoal de marinhagem que servir no districto do Zumbo será abonado o dobro dos prets, uma gratificação de 100 réis diarios e 500 réis diarios para a sua alimentação.

5.º Aos fogueiros será abonado o dobro dos soldos, uma gratificação diaria de 400 réis e 500 réis para a sua alimentação; sendo a gratificação elevada a 1\$000 réia diarios quando saibam trabalhar por officio de serralheiro, torneiro, ferreiro ou caldeireiro.

6.º Aos contramestres, encarregados dos vapores, será abonado o dobro dos vencimentos a que têm direito na divisão naval, 500 réis diarios para a sua alimentação e uma gratificação de 1\$000 réis diarios.

7.º Ao machinista naval, encarregado de prover á conservação das machinas dos vapores do Zambeze e da direcção de construcções civis no districto do Zumbo, será abonado o dobro do soldo e gratificação e das comedorias a que tem direito em serviço ordinario, a ração diaria, uma gratificação annual de 500\$000 réis e 4\$500 réis diarios de ajuda de custo.

8.º Todo o pessoal da armada empregado em serviço do districto do Zumbo será considerado para o effeito de quaesquer vantagens de tempo de serviço, accesso ou outras, como fazendo serviço a bordo dos navios de guerra da divisão naval.

9.º O official ou praças da armada que, estando em serviço do districto do Zumbo, tenha de baixar a qualquer hospital, descontará para o mesmo quantia igual á que desconta fazendo serviço na divisão naval.

10.º Os individuos, que compozerem as guarnições dos vapores e o destacamento para o serviço em terra, poderão requerer a sua substituição no fim de um anno de serviço, não podendo, porém, julgar-se dispensados d'elles emquanto não forem substituidos.

11.º Em regra todo o pessoal dos vapores e do destacamento para o serviço em terra deverá ser escolhido nas guarnições dos navios de guerra da divisão naval, incumbindo ao respectivo commandante todo o cuidado para que não haja faltas, devendo representar superiormente e pela via mais rapida, quando se der qualquer impossibilidade de satisfazer ao que assim lhe é attribuido.

12.º A primeira nomeação do pessoal poderá ser feita em Lisboa, especialmente a dos fogueiros, mantendo-se a respeito d'estes os contractos já realizados ou ajustados.

Este pessoal terá direito a regressar no primeiro paquete no fim de anno e meio de serviço, a contar do dia do embarque para o seu destino.

13.º Os serviços a que se refere esta portaria não são obrigatorios, e o pessoal será para elles convidado de accordo com as determinações n'ella exaradas.

Exceptua-se o caso extraordinario em que seja indispensavel occorrer a qualquer facto imprevisto e evitar que se interrompa o serviço dos vapores ou que elle se realice em condições prejudiciaes aos interesses da provincia; n'essas circumstancias o commandante da divisão naval destacará provisoriamente para tal serviço o pessoal que for requerido.

14.º O machinista naval residirá na villa do Zumbo durante o periodo de installação do districto.

15.º Será enviado para o Zumbo um jogo de ferramentas nas condições necessarias para se estabelecer uma officina onde possam fazer-se os pequenos reparos das machinas e outros trabalhos.

16.º O pessoal de fogueiros trabalhará na officina sob a direcção do machinista, sempre que este serviço seja compativel com o de bordo.

17.º Os vencimentos normaes dos contramestres, fogueiros e marinheiros serão percebidos pela divisão naval da Africa oriental e mar da India, e os vencimentos extraordinarios serão abonados pela provincia de Moçambique.

18.º As munições de guerra e mantimentos destinados á manutenção da esquadri-lha do Zumbo e do destacamento de serviço em terra serão em regra, isto é, quando o fornecimento seja possivel, requisitados ao commandante da divisão naval.

19.º O governador geral de Moçambique tomará todas as providencias que entender necessarias para que os vapores sejam providos, não só dos sobrece-llebentes e combustivel de que precisarem, como dos utensilios precisos para o alojamento do pessoal.

20.º As direcções geraes da marinha e do ultramar e o governador geral de Moçambique darão, na parte respectiva, prompto e cabal cumprimento ao que fica determinado, expedindo as ordens que forem requeridas para que o serviço prestado pelos vapores correspon-da ao intuito que dictou a sua aquisição.

Paço, em 18 de março de 1890. — *João Marcellino Arroyo.*

Attendendo ao que me representou o subdito portuguez Manuel Guerreiro Cavaco, o qual pretende fundar uma empresa agricola no districto de Lourenço Marques, e, para esse effeito, pede a concessão de 2:500 hectares de terrenos baldios no dito districto e outras vantagens que lhe facilitem a realisação do seu empreendimento;

Visto o parecer da junta consultiva do ultramar:

Hei por bem auctorisar o governador geral da provincia de Moçambique a conceder, nos termos da lei de 7 de abril de 1863, a qual confirmou o decreto de 4 de dezembro de 1861, e do regulamento de 10 de outubro de 1865, ao referido Manuel Guerreiro Cavaco até 2:500 hectares de terrenos baldios, pertencentes ao Estado, situados 2:000 hectares nas margens do rio Incomati, e os 500 hectares restantes em Maiota, no indicado districto de Lourenço Marques, devendo o mesmo governador geral providenciar por fórma que a escolha dos terrenos seja em tudo accommodada aos interesses do districto, quer actuaes quer futuros, e reservando o direito de dispor, sem indemnisação para o concessionario, de qualquer porção d'esses terrenos, quando assim o exigir a utilidade publica, para melhoramentos geraes, districtaes, concelhios e parochiaes.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 19 de março de 1890. — REI. — *João Marcellino Arroyo.*

Recurso n.º 7:966, em que é recorrente Gervasio Sebastião José de Mello e Carvalho e recorrido o conselho de provincia do Estado da India, relator o ex.^{mo} conselheiro José de Mello Gouveia.

Accordam em conferencia os do supremo tribunal administrativo:

Vistos estes autos:

Mostra-se que o recorrente Gervasio Sebastião José de Mello e Carvalho, cidadão eleitor do concelho de Bardez, Estado da India, interpõe recurso do accordão do conselho de provincia do mesmo Estado, proferido por maioria de votos, em sessão de 21 de janeiro de 1890, que validou a eleição da commissão de recenseamento do dito concelho, verificada no dia 7 do mesmo mez e anno, sob a presidencia do presidente da camara municipal, reclamada e protestada de illegal e nulla por quatro cidadãos eleitores, incluindo o recorrente:

São fundamentos do recurso:

1.º E por excepção de incompetencia, allega o recorrente que o accordão é nullo por ser proferido por tribunal illegalmente constituido, em que tomaram parte os seus dois substitutos, que só têm assento no conselho por impedimento dos vogaes effectivos (decreto de 1 de dezembro de 1869, artigo 49.º), e foram chamados a votar conjunctamente com estes, em conformidade do artigo 268.º do codigo administrativo de 1842,

mandado observar pela lei de 8 de maio de 1878, artigo 10.º, § unico, o qual não tem applicação no ultramar, já porque o citado decreto organico da administração ultramarina não contém disposição alguma semelhante, e já porque seria inexequível nos conselhos de provincia d'esses dominios da corôa portugueza, que só têm dois substitutos, e por qualquer impedimento de um dos seus vogaes electivos ficariam inhibidos de conhecer e decidir na materia eleitoral de que se trata;

2.º E sobre a eleição impugnada diz o recorrente, que no acto em que se fazia a chamada dos quarenta maiores contribuintes, convocados pela lista organizada pela comissão do recenseamento do anno proximo preterito, já reformada, em provimento de recurso, por sentença do juiz de direito da comarca transitada em julgado, apresentou-se o mesmo recorrente, com um grande numero dos quarenta maiores contribuintes que a referida sentença mandára incluir na respectiva lista, e á vista da certidão d'esse julgado, que na mesma occasião apresentou, reclamára contra a chamada, requerendo que fosse feita em conformidade da decisão do poder judicial; e como não fosse attendido, teve de formular por escripto a sua reclamação, pedindo que fosse recebida como protesto em acto continuo á eleição, já que não fôra aceita para os effeitos da chamada e o acto da eleição proseguira enquanto o reclamante reduzia a escripto o objecto da sua impugnação;

3.º Que em seguida e enquanto o presidente da assembléa estava a lavrar a acta da eleição, a maioria dos quarenta maiores contribuintes apurados pela sentença do juiz de direito deu parte ao administrador do concelho, de que ia constituir-se em assembléa eleitoral de comissão do recenseamento, e effectivamente se constituiu como tal, sob a presidencia de um dos seus membros, visto que o presidente da camara se recusára a reconhecer os como maiores contribuintes legaes, e procederam á eleição, de que lavraram a acta de fl. . . .;

4.º Que os quarenta maiores contribuintes, convocados pelo presidente da camara, constantes da lista organizada pela comissão recenseadora do anno anterior, não eram na sua totalidade os verdadeiros e legaes eleitores da assembléa, porque essa lista já tinha sido reformada pela sentença do juizo de direito que excluíra d'ella dezeseis e substituíra estes por outros tantos, que mostraram melhor direito a serem n'ella comprehendidos; e suppondo que o presidente da camara ignorasse este facto, o que não é crível, ainda assim da sua obrigação era, logo que lhe foi apresentada a certidão da sentença, fazer obra por ella, admittindo a votar os cidadãos que estavam apurados n'essa decisão judicial, mesmo que chegassem tarde, até ao lavrar da acta, muito mais tendo-se elles apresentado no acto da chamada, doutrina esta seguida pelo supremo tribunal administrativo no seu accordão de 9 de fevereiro de 1881, com fundamento nos artigos 63.º e 64.º do decreto eleitoral de 1852, applicaveis á hypothese como disposições reguladoras de caso analogo, previsto no mesmo decreto com respeito ás assembléas primarias da eleição dos deputados, e pelas quaes é forçoso regular a omissão que n'elle ha n'este ponto em relação á eleição das comissões de recenseamento;

5.º Que em toda a legislação eleitoral não ha disposição que obste a que se apresentem e aceitem na eleição das comissões recenseadoras decisões judiciais que tenham alterado a lista originariamente organizada pela comissão do anno anterior, e que por ellas se admittam ou excluam os que se apresentarem como maiores contribuintes para votar na eleição. Pelo contrario, o artigo 7.º da lei de 23 de novembro de 1859, determinando que os quarenta maiores contribuintes sejam recenseados do mesmo modo que o são os eleitores e elegiveis, e com os mesmos recursos para os tribunaes, manda implicitamente que ao exercicio eleitoral d'aquelles se applicuem as mesmas disposições que ao d'estes se consagram, pois, embora o acto de recensear seja diverso do de votar, é todavia incontestavel que o fim do recenseamento é o exercicio do voto;

6.º Que a sentença proferida em 19 de junho de 1889, exposta no local do tribunal desde o dia immediato até o dia 27 do mesmo mez, annunciada na folha official com a devida antecipação, e ainda intimada, por excesso de cautela, ao presidente da comissão de recenseamento no dia 25 do referido mez, satisfaz em devido tempo, e ainda excede todas as condições legaes de notificação, para auctorisar a comissão recenseadora a rectificar por ella o recenseamento, o que a comissão não fez, sem embargo de ter para essa operação prazo de tempo até o dia 2 de julho seguinte, fixado pela portaria provincial de 31 de maio do dito anno; no que se houve muito de proposito estudada e maliciosamente. Mas como o artigo 35.º § 4.º do decreto eleitoral de 1852 diz muito expressamente que, «com as rectificações ordenadas nos despachos dos juizes de

direito é que ficam os recenseamentos provisoriamente concluídos, e poderá proceder-se por elles á eleição; segue-se que, não sendo feitas essas rectificações, nem os recenseamentos se concluem mesmo provisoriamente, nem por elles se póde proceder á eleição, como á da commissão do recenseamento, e consequentemente é nulla a eleição que se fez por um recenseamento que nem provisoriamente se achava concluído.

7.º Que, demonstrada como fica, ao parecer do recorrente, a nullidade da eleição presidida pelo presidente da camara, é evidente, pelos principios de direito acima expostos, que tambem o artigo 49.º do decreto eleitoral de 1852 é applicavel ás commissões de recenseamento, isto é, que todas as vezes que o presidente da camara não compareça a presidir á assembléa dos quarenta maiores contribuintes, ou se recuse a fazel-o, podem elles proclamar um presidente, e proceder aos trabalhos da sua competencia, como já foi julgado pelo tribunal recorrido em 7 de fevereiro de 1879, e no supremo tribunal administrativo por accordão de 9 de fevereiro de 1887.

E assim procedem a maioria dos quarenta maiores contribuintes apurados na alludida sentença, visto que o presidente da camara, embora estivesse no mesmo edificio, se recusára a presidir a esta assembléa dos verdadeiros e legaes maiores contribuintes e insistia em fazer com outra assembléa uma eleição visivelmente nulla. Não obsta, diz o recorrente, a duvida posta no accordão recorrido ás affirmações da acta d'esta assembléa, por não a terem assignado tres dos seus membros, e dois, incluindo o recorrente, haverem assignado ambas as actas, a d'esta e a da outra assembléa, pois a falta de assignatura dos tres maiores contribuintes, que intervieram n'esta eleição, não invalida a acta nem a eleição, como já decidiu o supremo tribunal administrativo no seu accordão de 6 de fevereiro de 1884; nem a presença dos que intervieram em um acto impossibilitava que elles assistissem ao outro, porque não foram actos simultaneos mas successivos, e effectuaram-se no mesmo edificio e na mesma sala. Accrescendo que aquella falta de assignatura ficou sobejamente supprida com a intervenção e assignatura de duas testemunhas presenciaes de todo o acto, as ques suppriram até a falta do administrador do concelho, que aliás fôra convidado para assistir, e, posto não assigne a acta, confirma-a em todas as suas partes na informação que enviou ao governo da provincia. Do que resulta que esta eleição se realisou com verdade e toda a legalidade, e deve haver-se como perfeitamente valida.

Em conclusão do que até aqui tem allegado, pretende o recorrente que se annulle o accordão reccorrido, por incompetencia do tribunal que o proferiu, no modo em que foi constituido, mandando-se julgar de novo o feito no conselho de provincia, constituido por juizes competentes, ou que se revogue o dito accordão, annullando-se a eleição feita na assembléa dos quarenta maiores contribuintes, presidida pelo presidente da camara, e approvando-se a que foi realisada pelo outro grupo dos maiores contribuintes, da sentença, para que entre em exercicio a commissão de recenseamento eleita por estes, e prosiga nos trabalhos da sua competencia:

O que tudo examinado e ponderado com o accordão recorrido e mais peças dos autos, e o parecer do ministerio publico;

Considerando que o conselho de provincia do Estado da India, constituindo-se nos termos do artigo 10.º § unico da lei de 8 de maio de 1878 para conhecer do processo eleitoral da commissão de recenseamento do concelho de Bardez, cumpriu a lei, que precisamente manda juntar aos tribunaes ordinarios do contencioso administrativo dois substitutos para julgar d'estes assumptos, e é portanto improcedente a excepção de incompetencia opposta por este fundamento áquelle tribunal;

Considerando que é ás commissões de recenseamento que exclusivamente pertence recensear os eleitores e elegiveis para todos os cargos e funções publicas sujeitos a eleição, incluidos os quarenta maiores contribuintes de cada concelho, e rectificar todas as inscripções dos recenseados, reformadas por decisões judicias, organisando por esta fórma os livros de recenseamento geral, que são entregues aos secretarios das camaras municipaes para se fazerem por elles todas as eleições que occorrerem até 30 de junho proximo seguinte;—decreto eleitoral de 30 de setembro de 1852, artigo 37.º §§ 2.º e 3.º, lei de 23 de novembro de 1859, artigos 7.º, 17.º § 2.º e 18.º § unico, lei de 21 de maio de 1884, artigo 38.º § unico;

Considerando que é da obrigação dos presidentes das camaras municipaes convocar os quarenta maiores contribuintes inscriptos como taes nos livros de recenseamento geral, que têm á sua guarda os secretarios das mesmas camaras, e não outros que tinham vencido essa qualidade em sentenças do poder judicial, que as camaras municipaes não

têm faculdade de executar, pois foi ás commissões de recenseamento que a lei commetten a sua execução e na falta d'estas á acção coerciva dos juizes de direito das comarcas, requerida pelos interessados (decreto de 30 de setembro de 1852, artigo 22.º, 35.º § 2.º e 37.º, lei de 23 de novembro de 1859, artigos 17.º §§ 2.º, 3.º e 18.º, lei de 21 de maio de 1884, artigo 31.º);

Considerando que só é legal para o acto de uma eleição o recenseamento concluido no dia 30 de junho immediatamente anterior á mesma eleição (lei de 21 de maio de 1884, artigo 37.º); e foi pelo recenseamento, ultimado em devido tempo do anno anterior, que o presidente da camara municipal do concelho de Bardez convocou e constituiu a assembléa dos quarenta maiores contribuintes, no dia 7 de janeiro ultimo;

Considerando que os cidadãos que se apresentaram á assembléa eleitoral da commissão do recenseamento do concelho de Bardez, com certidão da sentença do juizo de direito da comarca, confirmada pelos tribunaes superiores, que excluia e substitua dezeses nomes do recenseamento dos quarenta maiores contribuintes, pretendendo que por esse documento se fizesse a chamada, não se apresentaram, como allegam, ao tempo da chamada, o que a respectiva acta não confirma; nem que se apresentassem a esse tempo podiam ser admittidos a fazer parte da mesma assembléa, visto que não estavam inscriptos no recenseamento legal pelo qual se fizera a convocação;

Considerando que a capacidade eleitoral e a elegibilidade dos cidadãos só se verifica pelo recenseamento elaborado pelas commissões especiaes encarregadas de o organizar (decreto de 30 de setembro de 1852, artigo 20.º), regra geral da lei, que vem confirmada pelas excepções dos artigos 63.º e 64.º do mesmo decreto, taxativamente applicadas a occorrencias das assembléas primarias da eleição dos deputados e não podem regular outras hypotheses (codigo civil, artigo 11.º), pois aonde a regra é clara e precisa toda a excepção de analogia é desordenada e perigosa;

Considerando que as actas das assembléas eleitoraes, legitimamente constituidas, são certificados authenticos dos factos que referem e devem ser acatados em seus effeitos, enquanto estes não forem alterados ou destruidos por decisões de tribunaes competentes;

Considerando que a acta da eleição da commissão de recenseamento do concelho de Bardez, realisada no dia 7 de janeiro proximo passado, sob a presidencia do presidente da camara municipal, refere o processo legal d'essa eleição em assembléa de vinte e sete maiores contribuintes, inscriptos na relação authentica extrahida do livro de recenseamento de 1889, e certifica portanto a legitimidade d'esse acto, que igualmente attestam as assignaturas na acta dos vinte e sete eleitores que constituiram a assembléa;

Considerando que o desvio da legalidade dos dezesete cidadãos que foram de motu proprio, no mesmo dia 7 de janeiro d'este anno, simular uma eleição de commissão de recenseamento, quatro dos quaes estavam na pauta dos quarenta maiores contribuintes, devidamente recenseados, e treze pretendiam sel-o, no acto da eleição, pela assembléa eleitoral legalmente convocada, que não tinha para isso competencia, foi um acto tumultuario sem effeitos uteis de que a supposta acta de fl. . . ., assignada pelos dezesete pretendidos eleitores, apenas serve para certificar o facto illegitimo e reprovado:

Por estes fundamentos e por outros do accordão recorrido confirmam o mesmo accordão e negam provimento no recurso.

Lisboa, em sessão de 19 de março de 1890.—*A. C. Cau da Costa*—*Mello Gouveia*—*Telles de Vasconcellos*—*Moreira de Rey*—*Barros*.

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a, para os devidos effeitos, que por despacho de 19 d'este mez, proferido sobre o requerimento de Bernardo José de Oliveira, chefe, reformado, do serviço de saude, em que pede que lhe seja concedida a melhoria da sua reforma, nos termos da carta de lei de 28 de maio de 1884, por todo o tempo que tem servido por commissão, depois de reformado, no archipelago de Cabo Verde, foi determinado o que passo a expender.

Por despacho de 6 de junho de 1889 liquidaram-se ao sobredito facultativo, até 30 de abril do mesmo anno, cinco annos, onze mezes e doze dias de serviço prestado por commissão na ilha de Santo Antão, e declarou-se que esse tempo de serviço não podia

aproveitar ao requerente para os effeitos do artigo 1.º da carta de lei de 28 de maio de 1884, por ter permanecido sempre na mesma localidade, o que constitue uma vantagem que está comprehendida na excepção de que trata o § unico do citado artigo, em harmonia com as resoluções para casos semelhantes exaradas em despachos de 20 de junho de 1886 e 23 de abril de 1888; do exposto se deu conhecimento ao governo provincial em officio d'esta secretaria d'estado, de 7 de junho do anno ultimo, e ao mesmo tempo se confirmou a declaração de que a melhoria do soldo deve ser abonada sómente aos facultativos reformados que tiverem tido a nomeação para desempenharem todas as obrigações que competem aos do quadro de saude e as houverem cumprido, incluindo-se entre ellas a de destacarem para diferentes localidades.

Segundo esta ordem de idéas ao facultativo Bernardo José de Oliveira só se deve contar para a melhoria da reforma o tempo decorrido desde o dia em que saiu para S. Nicolau como delegado de saude, e, para que continue a ser-lhe abonada a melhoria de soldo pelo tempo que for servindo por commissão, terá o supplicante de entrar na escala ordinaria do serviço para todos os facultativos.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 20 de março de 1890.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral da provincia de Cabo Verde.—O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

Senhor.—Os direitos de reunião e de associação são uma garantia da liberdade e uma condição indispensavel do regimen politico que entre nós vigora, e que têm permittido e promovido o desenvolvimento e os progressos da nação.

Mas todos os direitos carecem de ser regulados por fôrma que, garantindo-se o seu uso, se possa prevenir o seu abuso em prejuizo de outros direitos, ou em detrimento da sociedade.

As garantias da liberdade são inseparaveis das garantias da ordem publica, e só umas e outras conjunctamente podem assegurar o jogo livre e proveitoso das instituições constitucionaes e representativas.

É cada nação um organismo politico, em que a liberdade deve poder desenvolver-se entre os limites da ordem e do acatamento ás instituições, que são o fructo e a garantia d'essa mesma liberdade.

É no intuito de assegurar a coexistencia d'estes bens inseparaveis da liberdade, da ordem publica e do respeito ás instituições politicas, que temos a honra de propor a Vossa Magestade o seguinte projecto de decreto, que na maxima parte das suas disposições não faz mais do que reduzir a prescripções claras e definidas o que até hoje vigorava como interpretação e corollario de outras leis, e que por isso podia dar lugar a duvidas e reclamações.

Ministerio do reino, em 29 de março de 1890.—*Antonio de Serpa Pimentel*—*Lopo Vaz de Sampaio e Mello*—*João Ferreira Franco Pinto Castello Branco*—*João Marcelino Arroyo*—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*—*Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

N.º 1

Attendendo ao que me representaram os ministros e secretarios d'estado de todas as repartições: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Continuam em vigor as disposições do decreto de 15 de junho de 1870 sobre direito de reunião, salvas as alterações consignadas no presente decreto.

Art. 2.º As reuniões publicas, procissões civicas e cortejos civicos não podem ter logar nas ruas, praças, passeios e mais logares publicos, sem previa auctorisação escripta do governador civil nos concelhos das capitaeas dos districtos, e do administrador do concelho nos outros.

§ unico. Os promotores ou organisadores da reunião não auctorisada incorrem nas penas de resistencia, e os que a ella concorrerem, incorrem nas de desobediencia, sem prejuizo de estarem sujeitos tambem áquellas, se resistirem á ordem de dispersão.

Art. 3.º As reuniões, de que trata o artigo 2.º do decreto de 30 de junho de 1870, que hajam de effectuar-se em recinto fechado, são permittidas nos termos fixados no

mesmo decreto e no presente, quando o fim, a que se destinarem, não seja contrario ás leis e regulamentos.

§ 1.º O aviso á auctoridade, de que trata o artigo 2.º do decreto de 15 de junho de 1870, será feito pelo menos quarenta e oito horas antes d'aquella em que ha de ter lugar a reunião.

§ 2.º A auctoridade poderá exigir aos promotores que assignem termo, em que se responsabilisem pela manutenção da ordem na reunião, e por que não sejam proferidos discursos sediciosos, nem outros, que por qualquer fórma recaiam sob a lei penal. Esta responsabilidade obriga ao pagamento de uma multa de 100\$000 réis, imposta em processo por contravenção, quando na reunião se pratiquem quaesquer factos attentatorios da ordem publica, ou se profiram palavras, que recaiam sob a lei penal, sem prejuizo das penas applicaveis aos responsaveis por crimes, nos termos da legislação em vigor.

§ 3.º As reuniões poderão ser prohibidas ou dissolvidas pela auctoridade, quando assim o exijam as necessidades da ordem ou da tranquillidade publica; e serão sempre dissolvidas: quando n'ellas se exponham idéas tendentes a derrubar o systema monarchico representativo, fundado na carta constitucional e seus actos additionaes, se incite á infracção da lei ou dos regulamentos, se profiram phrases injuriosas para o alludido systema, para o Rei, a Rainha, os membros da familia real, os poderes constituidos, ou para qualquer corporação, pessoa ou classe de pessoas, ou quando por qualquer outra fórma se desviem do fim para que foram convocadas.

§ 4.º Se for criminoso o facto, que motiva a dissolução, a auctoridade adoptará as providencias reclamadas pelas necessidades da ordem publica, e fará levantar os autos que devem ser enviados ao poder judicial.

Art. 4.º As sociedades, as associações, e quaesquer corporações ou collectividades, que se desviem do fim, conforme com as leis e regulamentos, para que foram constituídas, ou se convertam em instrumento de propaganda ou de acção para derrubar o systema monarchico representativo, fundado na carta constitucional e nos actos additionaes, podem ser dissolvidas, ainda que tenham sido legaes os termos da sua constituição, quer tenham a denominação de clubs, gremios, ou outra qualquer.

§ 1.º A dissolução terá sempre lugar:

1.º Quando se profiram discursos, ou se leiam, distribuam ou estejam expostos á venda, á leitura ou á vista dos associados ou do publico, escriptos, impressos, desenhos, estampas ou gravuras, que envolvam offensa ao Rei, á Rainha, a qualquer membro da familia real, á constituição, aos poderes constituidos ou a qualquer corporação, pessoa ou classe de pessoas;

2.º Quando se provoque á rebellião, á sedição, á assuada, á resistencia, á desobediencia, ou a qualquer outro crime, ou a qualquer outra infracção da lei, decreto ou regulamento.

§ 2.º Quando seja criminoso o facto que motiva a dissolução, a auctoridade administrativa adoptará as providencias reclamadas pelas necessidades da ordem publica, e fará levantar os autos que devem ser enviados ao poder judicial.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e os ministros e secretarios d'estado das outras repartições, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 29 de março de 1890. — REI. — Antonio de Serpa Pimentel — Lopo Vaz de Sampaio e Mello — João Ferreira Franco Pinto Castello Branco — João Marcellino Arroyo — Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro — Frederico de Gusmão Correia Arouca.

Senhor. — Devendo ser livre a manifestação do pensamento, e sendo o theatro uma das fórmas d'essa manifestação, a liberdade das representações theatraes é uma consequencia d'estes principios.

Porém, toda a liberdade como todos os direitos devem ser regulados por leis, que cohibam o seu abuso. Em alguns paizes existe a censura previa das obras dramaticas, não só como prevenção a este abuso, mas como garantia da correcção e bom gosto litterario. Sem estabelecer entre nós esta censura previa obrigatoria, entende o governo que alguma cousa convem estabelecer, não de censura litteraria propriamente dita, que sem-

pre mais ou menos pôde tolher a liberdade da manifestação do pensamento, mas como mera prevenção contra os abusos, a que esta, como todas as liberdades podem dar azos, quando não ha nenhuma lei que os cohiba.

Como manifestação do pensamento, as obras dramaticas podem significar a critica dos costumes, das idéas, das doutrinas, dos sentimentos, de tudo que é humano e social. Esta critica deve ser livre dentro dos limites em que é permittida por qualquer outra forma.

N'algumas épocas e n'alguns paizes, como na Grecia antiga, o talento dos grandes auctores manifestou-se de uma maneira notavel n'esta forma de critica. No nosso tempo em que o theatro, alem de ser uma manifestação artistica, é uma industria que tem principalmente em vista o lucro resultante da concorrência dos espectadores, os empresarios especulam algumas vezes com o escandalo, com a maledicência ou com as más paixões do publico mais numeroso, que é o menos illustrado.

É no intuito de prevenir os abusos que d'aqui resultam, e com vantagem do bom gosto artistico e litterario, cuja satisfação deve ser o incentivo dos espectaculos scenicos, que temos a honra de propor a Vossa Magestade o seguinte projecto de decreto.

Ministerio do reino, em 29 de março de 1890. — *Antonio de Serpa Pimentel* — *Lopo Vaz de Sampaio e Mello* — *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* — *João Marcelino Arroyo* — *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* — *Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

N.º 2

Attendendo ao que me representaram os ministros e secretarios d'estado de todas as repartições: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º São prohibidos os espectaculos publicos ou representações theatraes que contenham offensas ás instituições do Estado ou seus representantes e agentes, provocação ao crime, criticas injuriosas ao systema monarchico-representativo fundado, na carta constitucional e seus actos addicionaes, caricaturas ou imitações pessoaes, referencias directas a quaesquer homens publicos ou pessoas particulares, ou offensas ao pudor ou á moral publica.

§ unico. A auctoridade administrativa poderá prohibir a continuação do espectaculo logo na primeira representação e em qualquer estado d'ella, ou a repetição d'elle.

Art. 2.º São applicaveis, segundo as circumstancias, aos auctores ou traductores e aos empresarios as penas estabelecidas na legislação em vigor para os auctores dos crimes de offensa, diffamação, injuria, aggressão injuriosa, ultrage publico ao pudor e provocação ao crime.

Art. 3.º Da prohibição da auctoridade administrativa haverá recurso para uma commissão de censura theatral que resolverá definitivamente sobre a prohibição, salvo o julgamento que couber no juizo criminal pelos delictos commettidos.

Art. 4.º A commissão de censura theatral será constituida por quatro homens de letras e presidida pelo ministro do reino, que poderá fazer-se substituir por um funcionario superior da sua confiança.

§ 1.º As funcções dos membros da commissão de censura theatral são gratuitas.

§ 2.º O governo poderá fazer inspecção nas differentes casas de espectaculo por um ou mais fiscaes, de funcções gratuitas, que servirão para informar a commissão de censura theatral e não poderão dar ordens ou instrucções aos empresarios.

Art. 5.º As empresas poderão, querendo, submeter á apreciação da commissão de censura theatral, os originaes ou o programma especificado do espectaculo que tencionam fazer representar, e, tendo obtido a approvação, ficam isentos de qualquer prohibição ulterior, salvo havendo alteração no texto approvado, exhibição de caricaturas ou imitações pessoaes ou de ultrages offensivos da moral publica.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrario.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino e interino dos da guerra, e os ministros e secretarios d'estado das diversas repartições, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 29 de março de 1890. — REI. — *Antonio de Serpa Pimentel* — *Lopo Vaz de Sampaio e Mello* — *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* — *João Marcellino Arroyo* — *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* — *Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

Senhor. — Entre as providencias urgentemente reclamadas pela opinião publica comprehende-se uma que limite e regule a ingerencia dos ministros, pares e deputados na administração das empresas ou sociedades de natureza industrial ou mercantil, providencia em verdade tão proveitosa para a boa administração do Estado, como necessaria para o respeito e prestigio indispensaveis aos membros dos poderes executivo e legislativo.

Essa urgencia foi já reconhecida pela camara dos dignos pares do reino, por occasião de alli ser apresentado um projecto de lei sobre incompatibilidades politicas, devido á iniciativa de alguns distinctos membros d'aquella casa do parlamento.

Esse projecto não chegou a ser convertido em lei, mas no parecer da minoria da commissão especial a que foi submettido, os membros do actual governo, que o foram d'essa commissão, deixaram claramente consignado o seu modo de pensar, quer sobre a fundada urgencia na resolução do assumpto, quer relativamente ás incompatibilidades a fixar

Assim lê-se no referido parecer:

«No proprio interesse dos nossos homens publicos, convem cortar cerce as razões de suspeição que todos os dias se levantam. Melhor é que se lhe tire o fundamento do que se deixe aggravar com a repetição de factos que, á parte a intenção que os determina, são mal recebidos na opinião geral. A ninguém particularmente nos referimos. Expomos uma verdade que a observação nos suggere; nada mais.»

E pelo que respeita aos ministros:

«Os ministros devem ser só ministros. Ao entrar para o governo, bom é que ponham de parte o desempenho e retribuição dos cargos que até então hajam exercido. Não porque a qualidade das duas funcções faça calar os dictames de uma consciencia honesta. Tal injuria não fazemos a tantos, que tão dedicadamente têm servido o seu paiz. Mas, porque nos tempos que vão correndo, salutar principio é que só aos altos interesses da governação publica se entreguem, a fim de que a accumulção de funcções extranhas não possa inquinar de suspeita os seus actos e as suas intenções.

«É livre a corôa na nomeação dos seus ministros, livre continúa sendo; a incompatibilidade apenas faz cessar, para o que é nomeado, o desempenho de funcções alheias ao alto cargo que se lhe confia.»

E propondo-se o governo por um conjuncto de providencias, e de harmonia com as claras indicações da opinião publica, a extirpar abusos e reprimir excessos de que mais vivamente estava soffrendo o nosso organismo politico e social, entendeu que não deviam esquecer-se as que a mesma opinião formulou relativamente á necessidade e conveniencia dos ministros não accumularem com o exercicio dos altos cargos quaesquer funcções a elles extranhas.

Pelo que respeita aos pares e deputados pareceu ao governo nada dever propor n'este diploma.

Importa o assumpto directa e immediatamente á constituição intima das assembléas legislativas. Entendemos, pois, que aos seus membros se deve deixar o regularem uma situação que lhes é propria com inteira responsabilidade e independencia.

Por estes motivos temos a honra de propor a Vossa Magestade o seguinte projecto de decreto.

Ministerio do reino, em 29 de março de 1890. = *Antonio de Serpa Pimentel* = *Lopo Vaz de Sampaio e Mello* = *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* = *João Marcelino Arroyo* = *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* = *Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

N.º 3

Attendendo ao que me representaram os ministros e secretarios d'estado de todas as repartições: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º São incompativeis as funcções de ministro e secretario d'estado com as de administrador ou fiscal de qualquer empresa ou sociedade mercantil ou industrial.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino e interino dos da guerra, e os ministros e secretarios d'estado das outras repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 29 de março de 1890. =

REI. = *Antonio de Serpa Pimentel* = *Lopo Vaz de Sampaio e Mello* = *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* = *João Marcellino Arroyo* = *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* = *Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

Senhor. — Os abusos de manifestação de pensamento por meio da imprensa periodica augmentam e aggravam-se de dia para dia á sombra de quasi constante impunidade. Escrevem-se as maiores injurias contra o systema monarchico representativo, fundado na carta constitucional e nos seus actos addicionaes, offende-se a pessoa do Rei e os membros da familia real, quer dirigindo-se-lhes phrases insultantes, quer attribuindo-se-lhes falsamente actos de lesa patriotismo e procurando-se adrede abater o seu prestigio perante o conceito publico, proclama-se á desobediencia ás leis e aos poderes constituidos, publicam-se artigos contrarios á ordem e á tranquillidade, ameaça-se com a subversão violenta das instituições, e faz-se propaganda contra ellas, não pela opposição de um a outro principio de doutrina, ou de um a outro systema politico ou administrativo, mas sim pela diffamação e pela injuria. Com muita razão dizia, pois, o ministerio transacto, que entre nós a imprensa não raro se excede, substituindo o conselho avisado pelo apodo affrontoso e a discussão serena pela invectiva atrabiliaria.

A continuação d'este estado de cousas, fomentando o desrespeito ás instituições, e animando a maiores desacatos pelo ruim e desmoralizador exemplo da impunidade, é um agente poderoso da anarchia nos espiritos, e consequentemente um incentivo á desordem no meio social. Por isso urge prover de remedio, cohibindo os abusos sem prejudicar a livre discussão e a livre critica, por meio das quaes a imprensa periodica presta serviços relevantes em toda a parte, apreciando e apostolando principios, systemas e methodos, censurando faltas, verberando crimes, reclamando reformas e melhoramentos, e promovendo o aperfeiçoamento das leis e dos costumes, e em geral o progresso em todas as possiveis fórmás e manifestações.

No desempenho d'esta ardua tarefa que o governo por unanimidade de votos entendeu impor-se como um dever inadiavel, chamou desde logo a sua attenção o que respeita á responsabilidade pelos crimes commettidos por abuso de liberdade de imprensa, attribuida, pela legislação vigente, exclusivamente ao auctor da publicação incriminada, quando for susceptivel de imputação, se estiver domiciliado em Portugal ao tempo da publicação e se o editor declinar para elle a referida responsabilidade.

Nos crimes por abuso de liberdade de imprensa é punido não só o acto diffamatorio ou injurioso mas tambem a sua publicidade, e, se o auctor do artigo é o responsavel por aquelle, o periodico é incontestavelmente o instrumento d'esta, o que leva a concluir que o preceito da lei não está em harmonia com os principios geraes por que se rege a responsabilidade criminal. A legislação franceza liga tal importancia ao facto da publicidade n'esta especie de delictos, que pune como principal agente d'elles o responsavel pelo jornal e apenas como cumplice o auctor da publicação.

Não é tambem de acceitar esta doutrina, como contraria ás regras pelas quaes se discrimina a responsabilidade dos auctores dos crimes da dos cumplices, segundo as quaes estão incluídos na primeira categoria os auctores da materia publicada e conjuntamente os responsaveis pela publicação, porque uns e outros tomam parte directa na execução dos delictos por abuso de liberdade de imprensa.

N'esta ordem de considerações se inspiram as alterações á legislação vigente relativas á responsabilidade por delictos de imprensa, propostas pelo governo no projecto de decreto que tem a honra de submeter á approvação de Vossa Magestade.

Não é de hoje que a opinião imparcial reclama e espera modificações nas nossas leis relativas á responsabilidade por crimes commettidos por abuso de liberdade de imprensa, e não será ousadia affirmar que o ministro da justiça era o echo do pensar geral, não de um só partido, quando em 19 de junho de 1886 dizia em officio ao procurador geral da corôa, que a legislação reguladora da imprensa, se, quanto á liberdade de que esta gosa, pouco póde carecer de reforma, deixa, comtudo, a desejar quanto á responsabilidade a impor aos que d'aquella abusarem.

O responsavel dos periodicos é o seu editor e o da materia publicada o auctor d'ella; este e aquelle concorrem essencialmente para a perpetração do delicto de imprensa e por isso deve recair em ambos a responsabilidade correlativa a esse delicto, em obscr-

vancia dos preceitos do direito commum e designadamente do que dispõe o artigo 20.º n.º 1.º do codigo penal.

É certo que seria em these preferivel transferir a responsabilidade penal, que deriva da publicidade pelo periodico, do editor para o director da redacção, porque sobre este incide com frequencia a respectiva responsabilidade moral; mas o governo não julgou opportuno propor tal innovação, porque envolvia, como requisito impreterivel, a necessidade de alterar radicalmente as condições em vigor para a publicação dos periodicos.

Merece este assumpto que se estude e discuta; quando a opinião publica se pronuncie em favor de uma disposição legislativa, que obrigue os periodicos a ter um empregado responsavel pela administração e alem d'isso um director responsavel pela redacção, haverá opportuidade para fazer com applauso publico as alterações correlativas na lei penal.

Consignam-se tambem no projecto de decreto disposições tendentes a diminuir a pena de prisão correccional relativa a alguns crimes de diffamação, de injuria e de aggressão injuriosa, não só para harmonisar a legislação relativa a esses crimes com a que diz respeito a delictos da mesma natureza e de não menor gravidade, mas tambem porque se augmenta a penalidade com applicação de multas e em alguns casos mais graves com outras providencias, que o governo reputa indispensaveis para que o estado de legalidade tenha sancção sufficiente.

Entre as providencias necessarias para dar sancção bastante ao estado de legalidade avultam as que se referem á punição da accumulacção e da reincidencia em alguns delictos de imprensa, que, attenta a sua maior gravidade, cumpre evitar que continuem a repetir-se diariamente, como são as injurias ao systema monarchico-representativo, as offensas ao rei e á familia real, e o incitamento ou provocação á rebellião, á sedicção, á assuada, á resistencia, á desobediencia e em geral á infracção das leis.

Segundo a legislação vigente a penalidade correccional maxima e minima ao arbitrio do julgador é a mesma, quer se trate de punir um, quer dois ou mais crimes da mesma natureza, e este facto produz uma influencia deleteria no meio social, convertendo-se em muitos casos e sob a instigação do interesse partidario ou da paixão politica em incentivo á repetição diaria ou pelo menos frequente dos mesmos delictos, ou seja porque, depois de perpetrado um, se conte com a applicação do maximo da pena, que não póde ser aggravado pelo facto da accumulacção, ou seja porque se alimente a esperanza de que o julgador use benevolamente, em qualquer caso, do prudente arbitrio que a lei lhe confere. Sem excluir completamente esse arbitrio, que muito convem manter para harmonisar a gravidade da pena fixada na sentença com a natureza das circumstancias que acompanharam ou precederam o crime, é urgente limitalo para as circumstancias graves de accumulacção e reincidencia, fixando um minimo de penalidade, abaixo do qual não possa descer a pena da sentença condemnatoria, e estabelecendo outras comminações obrigatorias n'aquelles casos especiaes, como é a suppressão do periodico em virtude de sentença, as quaes muito devem concorrer para que cessem as injurias ao rei e ao systema representativo.

Não menos urgente é estabelecer disposições tendentes a obrigar os delegados do procurador regio a promover a punição dos delictos de imprensa mais graves, como são os acima indicados, sem lhes deixar a tal respeito o arbitrio, de que poderiam porventura fazer timido uso dominados pelo receio da diffamação e da injuria, nem a possibilidade de se determinarem por ordens superiores, secretas ou reservadas. Em condições normaes não póde convir a impunidade e por isso não são de admittir nem de acatar aquellas ordens; se circumstancias anormaes ou extraordinarias excepcionalmente impedirem que se corra um véu sobre alguns delictos de imprensa de natureza politica, assumo o ministro innegavelmente a respectiva responsabilidade, publicando no jornal official as suas ordens ou instrucções n'esse sentido.

Nada mais inconveniente aos interesses da justiça e da ordem do que ficar dependente da vontade ou das indicações particulares dos ministros a punição dos crimes ou delictos, qualquer que seja a sua natureza.

Egualmente nada mais deprimente e irrisorio tanto para a auctoridade da lei, como para a d'aquelles a quem incumbe a sua execução, do que a indifferença dos agentes do ministerio publico perante as disposições leaes e as instrucções dos seus superiores, que não acatam nem executam sem que sejam advertidos ou castigados pela sua negligencia.

A brandura dos costumes, quando não seja o temor da diffamação e da injuria, conserva inertes os delegados do procurador regio perante aquellas leis e aquellas instrucções, e tem o condão de manter impassiveis os superiores hyerarchicos d'elles perante o desprezo e o ludibrio das suas ordens officiaes. Abundam os exemplos d'esta asserção, mas a todos sobreleva o que tem occorrido depois de 19 de junho de 1886.

N'esta data o ministro da justiça dirigiu ao conselheiro procurador geral da corôa e publicou alem d'isso no *Diario do governo* um bem elaborado officio, em que se explanaram os motivos da concessão de amnistia pelos delictos por abuso de liberdade de imprensa anteriormente praticados, e os da perseguição cuidadosa dos que de futuro fossem commettidos. Diz-se n'aquelle officio:

«Taes foram, sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda, os fundamentos que determinaram o governo a propor a amnistia, a commutação e o perdão de penas, como foram concedidas, e, taes são as instrucções que, com respeito aos assumptos referidos, entende dever serem dadas aos agentes do ministerio publico, para, de futuro, promoverem como lhes incumbe, e procederem, dentro dos termos legaes, nos actos que houverem de praticar. O governo cumpriu um dever de tolerancia solicitando a clemencia regia; resta-lhe hoje cumprir um outro;—procurar pôr cobro a todos os abusos. Manifestando, mais uma vez, e, por esta fórma, o seu proposito, recommenda muito particularmente a todos os representantes do ministerio publico que, sem hesitações nem demoras, mas com a prudencia devida, promovam, dentro dos termos legaes, para que a repressão siga immediatamente o crime. E, para assim procederem, quando lhes não baste a consciencia dos seus deveres, será sufficiente a presente, generica, communicação dos intuitos do governo, sem esperarem ou solicitarem instrucções especiaes com respeito a determinados processos. Esta pratica, alem de contraria á liberdade de acção de que deve gosar o agente do ministerio publico, da confiança do governo, pôde concorrer para desvirtuar, pela intervenção directa e especial do ministro, processos a que, apesar de serem apenas o emprego de formulas legaes, se queira dar o caracter de actos politicos.»

Depois d'este officio, como antes d'elle, tem continuado sem alteração a impunidade das offensas ao rei e das aggressões injurias ao systema monarchico representativo, sem que seja possivel suspeitar nem um só momento de que fossem dadas instrucções particulares em opposição ás publicas, como incompativel este facto com o elevado caracter do ministro e com a alta dignidade do seu cargo. Cumpre, pois, estabelecer, no intuito de assegurar a punição dos crimes acima mencionados, um castigo obrigatorio para os funcionarios negligentes, e regular a sua applicação por fórma que elle possa verificar-se quando tenham variado as circumstancias de occasião, se sob o imperio d'estas houver por parte dos superiores hyerarchicos esquecimento dos deveres de fiscalisação e de superintendencia. Por esta fórma é de esperar que a expectativa d'aquelle esquecimento em um dado periodo não seja considerada como penhor sufficiente da impunidade da negligencia.

No que respeita aos abusos de liberdade de imprensa, de menor gravidade, e aos commettidos contra particulares, é tambem aperfeiçoada a legislação actual, principalmente pelo novo regulamento da responsabilidade criminal, pelo estabelecimento de multas e por algumas disposições relativas á indemnisação por perdas e damnos.

Pensa o governo que pelo conjuncto d'estas providencias e de outras que aqui não se mencionam, mas que estão consignadas no projecto de decreto n.º 1, será melhorada a punição dos crimes por abuso da liberdade de imprensa, especialmente d'aquelles que affectam as instituições e a ordem e tranquillidade publica, sem se attentar contra a liberdade de discussão e de critica, nem por fórma alguma se coarctar o exercicio d'essa faculdade legitima, por meio da qual a imprensa periodica se desempenha da sua importante e gloriosa missão nas sociedades modernas.

No projecto de decreto n.º 2 consignam-se disposições tendentes a organizar o processo correccional, que é modelado por uma proposta de lei apresentada ás côrtes na sessão de 10 de março de 1884.

No relatorio que precedeu a referida proposta e bem assim no que acompanhou a proposta de lei de 13 de maio de 1870, relativa ao mesmo assumpto e fonte d'aquella e do actual projecto de decreto, foram largamente explanados os motivos da criação do processo correccional, como intermedio entre o processo ordinario e o de policia correccional, e são elles tão conhecidos que seria ocioso reproduzil-os aqui. Mui raros serão os crimes de diffamação e de injuria, em cuja fórma de processo influam as disposições do

mencionado projecto, porque a grande maioria dos delictos mais frequentes d'esta especie são punidos com pena de prisão correccional não superior a seis mezes, á qual é correlativa pela legislação vigente a forma do processo em policia correccional. Estabelece-se, porém, a faculdade de decretar o processo que deve ser observado nos casos especiaes em que o réu de diffamação, usando da faculdade que a lei lhe confere, se offerrecer a provar a verdade dos factos imputados.

A legislação vigente carece a este respeito de reforma profunda e radical, em que se attenda á necessidade de evitar não só que, sem prejuizo do esclarecimento da verdade, se prothria indefinidamente o termo do processo, sob pretexto de se solicitar o depoimento de testemunhas suppostas ou evidentemente extranhas a tudo quanto se relaciona com o pleito, e residentes no estrangeiro ou nas mais longinquas provincias do paiz, mas tambem que fique impune o delinquente, quando pelo tribunal seja constatada a verdade de um facto criminoso. As interminaveis delongas, a que dá logar o processo actual são causa de que possa ficar em suspenso, a aprazimento do diffamador, o juizo sobre a verdade dos factos imputados, com grave damno para a honra e consideração do diffamado e para o esclarecimento da verdade.

Se a final se effectua o julgamento, póde acontecer que sejam declarados verdadeiros factos criminosos, sem que d'ahi resulte de uma maneira necessaria a punição do delinquente.

Cumpre extirpar pela raiz estes vicios da legislação vigente; mas em assumpto tão melindroso e difficil, entende o governo que é mister ouvir previamente o parecer dos mais competentes. Por isso se consigna no projecto de decreto n.º 2, que seja nomeada uma commissão composta de magistrados do supremo tribunal de justiça e da relação de Lisboa, para fazer a este respeito uma proposta ao governo.

Estabelece a lei que o diffamador seja absolvido do crime de diffamação, sempre que prove a verdade dos factos imputados, quando essa prova é admissivel. Este preceito é salutar e convem mantel-o e salvaguardal-o, porque, embora aproveite tambem ao diffamador, tem unicamente por fim o interesse publico resultante da denuncia e da prova da existencia de faltas, que devam ser emendadas, e de crimes que devam ser castigados; mas é indispensavel harmonisal-o com o direito que tem qualquer cidadão de não ser vexado e injuriado a proposito ou não a proposito de factos suppostos ou verdadeiros, que lhe sejam imputados.

A exposição dos factos póde convir aos interesses publicos, a sua prova póde ainda ser, em muitos casos, da maxima utilidade social, mas a injuria e o insulto a proposito d'essa exposição é um abuso tanto mais frequente e posto em relevo, que na maioria das vezes parece que a imputação não é senão um pretexto e um salvo-conducto para elle.

Em virtude d'estas considerações consigna o governo no projecto de decreto uma disposição tendente a cohibir as injurias, que em nada interessam á causa publica e só podem servir para satisfacção das paixões do injuriante, sem cercear nem levemente restringir as disposições vigentes relativas ao crime de diffamação, estabelecidas pela lei, não como uma garantia para o diffamador, mas sim em nome dos interesses geraes da sociedade politica.

O § 2.º do artigo 1.º d'este projecto de decreto, estabelecendo o julgamento em processo summario, em alguns casos de prisão em flagrante delicto, acode a necessidades impreteriveis da prompta e rapida administração de justiça contra os vadios e os reincidentes, mas não dispensa que opportunamente os poderes publicos se occupem d'este assumpto importantissimo, formulando uma lei que regule o processo e julgamento dos crimes a que não corresponda pena de prisão superior a seis mezes, nos casos de prisão em flagrante delicto e em relação a factos, que contendam com o socego publico ou com os regulamentos de policia.

No projecto de decreto n.º 3 é auctorisado o governo a proceder á reforma dos serviços relativos á administração da justiça, fixando-se desde já um grande numero de preceitos tendentes a assegurar as vantagens e regalias, que a lei fundamental consigna para o poder judicial, e a melhorar em alguns pontos a actual organização d'este poder.

A necessidade da reorganisação judicial não é, nem póde ser posta em duvida. Affirmada em um documento official de 29 de julho de 1886 e bem assim no relatorio que precede a proposta de lei de 9 de julho de 1887, foi reconhecida pela commissão de legislação civil da camara dos senhores deputados no seu parecer datado de 10 de março de 1888, e não é hoje contestada. A escassa e desigualissima retribuição dos juizes, a

deficiencia de comarcas em muitos pontos do paiz e a irregular classificação de grande numero das actualmente existentes, a indispensabilidade de assegurar e melhorar a independencia do poder judicial fazendo ao mesmo tempo effectiva a sua responsabilidade, a impossibilidade em que estão os juizes do crime em Lisboa e Porto de preparar e julgar todos os processos por crimes e contravenções commettidos nas suas circumscripções, a parca retribuição dos delegados do procurador regio, a inconveniencia resultante de perceberem emolumentos os juizes em processos criminaes, e muitos outros vicios ou defeitos da actual organização judiciaria, são outros tantos assumptos a respeito dos quaes a opinião publica já formou o seu juizo.

As incongruencias da classificação comarcã, ha muito tempo existentes, aggravaram-se ainda com a criação dos julgados municipaes, a qual egualmente diminuiu quantitativos consideraveis na retribuição já insufficiente de muitos juizes de direito, sendo por isso de indiscutivel urgencia acudir ao actual estado de cousas com providencias promptas e efficazes.

Para o uso da auctorisação concedida ao governo por este projecto de decreto ha valioso subsidio na proposta de 9 de julho de 1887, acima citada, e no projecto de lei sobre ella organizado pela mencionada commissão de legislação civil, trabalhos de merito, methodicos, bem deduzidos e com muitas doutrinas sãs e de bom quilate. Do mesmo modo se tirará proveitoso ensinamento do estudo a fazer pelas diversas commissões, como é preceituado no referido projecto de decreto, o que é penhor seguro de que em materia de tammanha gravidade e importancia se procederá com a circumspecção precisa, sem excluir a presteza com que se deve prover ao actual modo de ser dos serviços judiciaes.

Dizia um ministro italiano, Zenedeli, que a experiencia tanto do parlamento italiano, como dos parlamentos estrangeiros, o tinha convencido de que em materia de organização judiciaria não era possivel obter das côrtes a approvação de reformas geraes e complexas, porque ou não eram discutidas ou saiam da discussão dilaceradas sem chegarem a bom porto. Comquanto os factos ultimamente occorridos entre nós pareçam de certo modo confirmar este modo de ver pessimista, é certo que não faltam exemplos da asserção opposta assim na historia patria como na de outras nações cultas, e o desejo do governo era que a reforma fosse consagrada no sanctuario das leis antes de entrar em vigor, se d'ahi não resultassem delongas que contrariam as necessidades do serviço publico, que superiormente se impõem na conjunctura presente. O inconveniente da falta de discussão parlamentar, sempre grande, é até certo ponto attenuado n'este caso, não só pelos factos acima expostos, mas tambem por que tudo quanto respeita á reforma judiciaria tem sido largamente discutido e apreciado nos ultimos annos na imprensa politica, na juridica e em livros e pamphletos.

Na proposta de lei de 9 de julho de 1887 e no respectivo parecer da commissão de legislação civil estabelecia-se que a promoção da 1.^a para a 2.^a instancia se effectuasse alternadamente por antiguidade e por distincção. Este preceito, aliás conforme theoreticamente com os bons principios, pôde ter graves inconvenientes na execução pelo muito que ha de arbitrario na apreciação do merito relativo, attenta a impossibilidade de submettel-a a regras determinadas e prefixas. Pareceu por isso mais avisado não fazer, n'este assumpto, alteração na legislação vigente.

A independencia dos membros do poder judicial tem de ser considerada, não só de uma maneira quanto possivel radical em relação aos outros poderes do Estado, mas tambem, em relação aos superiores hyerarchicos, em tudo o que não se opponha ás condições impreteriveis do organismo da importantissima instituição de que se trata.

Sobre os preceitos que devam reger a distribuição dos juizes pelas relações convem ouvir o douto parecer da commissão, que ha de ser nomeada em obediencia ao disposto no artigo 5.^o do projecto de decreto, que o governo tem a honra de submeter á approvação de Vossa Magestade.

A legislação vigente, dando aos magistrados que se recusem a tomar posse dos seus logares na relação dos Açores a faculdade de serem collocados nas relações do continente de preferencia a todos os que, tendo sido posteriormente promovidos á 2.^a instancia e collocados n'esta relação, vão ali desempenhar funcções, e concedendo-lhes alem d'isso vencimento emquanto esperam no quadro aquella collocação, logo que por qualquer meio facil justifiquem a sua recusa, não é justa nem equitativa. Sob este ponto de vista é preferivel a legislação anterior ao decreto de 29 de julho de 1886, que dava ao governo pleno arbitrio na escolha das relações em que hão de ser collocados os juizes promovidos á 2.^a instancia, visto que das disposições d'aquelle decreto resulta, de uma

maneira necessaria, injustiça relativa, emquanto que d'este arbitrio póde resultar, ou não, segundo o uso que se faça d'elle.

Quem em nome do governo escreve este relatorio foi inflexivel, sob a vigencia das leis anteriores áquelle decreto, em collocar nas relações dos Açores os juizes promovidos á 2.^a instancia, e não passou ao quadro com vencimento qualquer juiz que porventura se recusasse a tomar posse do seu cargo; no mesmo proposito se manterá até que o assumpto seja definitivamente regulado.

Dadas estas circumstancias, é mister liquidar a situação creada pelo decreto citado, revogar sem demora, n'esta parte, o mesmo decreto, que demais a mais é origem de encargos para o thesouro publico, e restabelecer provisoriamente a legislação anterior, até que, depois de ouvida a commissão de magistrados judiciaes, se formulem regras que não tenham os inconvenientes inherentes a esta e áquelle.

A substituição dos juizes de direito das comarcas das capitães districtaes pelos juizes administrativos e os de todas as outras pelos conservadores, prejudica seriamente o serviço publico, accumulando em um só funcionario multiplices attribuições, e dá ao logar de substituto o character de uma permanencia maior do que a que convem aos interesses da administração da justiça; por isso se altera no projecto de decreto as disposições actualmente em vigor.

Não é opportuno discutir n'este momento as vantagens e os inconvenientes da criação dos julgados municipaes, e a seu tempo serão expostos os fundamentos de quaesquer alterações a introduzir na sua organização; mas não ha motivo para que subsista por mais tempo a auctorisação ao poder executivo para crear novos julgados, visto que já foram satisfeitas as reclamações mais instantes dos povos e que o arrependimento incipiente de algumas camaras municipaes está demonstrando a conveniencia de interpor entre os seus pedidos e o deferimento as delongas e as difficuldades inherentes á votação e promulgação das leis. A suppressão de todos os julgados municipaes e a substituição da grande maioria d'elles por comarcas, distribuindo-se por estas os officiaes de justiça a mais dos necessarios para o serviço das comarcas antigas, seria uma medida radical, de grande commodidade para os povos e de inquestionavel conveniencia para a administração da justiça, que muito lucrava em estar a cargo dos juizes de direito e em ser promovida pelos delegados nos assumptos em que lhes cumpre intervir; mas as circumstancias do thesouro publico não permitem a execução de tal plano, principalmente quando superiores conveniencias publicas forçam a aggravar-o com a melhor retribuição dos funcionarios judiciaes e dos do ministerio publico. Por este motivo serão creadas comarcas apenas em alguns concelhos, sédes de julgados municipaes, em favor dos quaes prevaleçam circumstancias especiaes e ponderosas, visto que é muito avultado o numero dos julgados municipaes existentes.

N'estes restrictos casos as comarcas só podem ser creadas presentemente com o onus para as camaras municipaes de entregarem nos cofres do Estado somma igual á que dependem com os julgados municipaes. Este facto constitue, por certo, uma desigualdade relativa, mas é ella imposta pela necessidade de não aggravar consideravelmente o thesouro e não resulta da criação das novas comarcas, porque foi estabelecido como condição para os julgados municioaes. Se não era justo onerar os julgados com os encargos relativos á administração da justiça, administração muito inferior e limitada em confronto com a das comarcas, desde que esta estava a cargo do Estado, muito menos justo seria nas presentes circumstancias desonerar-os de todos os encargos existentes, quando se lhes der uma administração de justiça mais ampla e melhor ordenada. De resto, seria justo, visto que o regular funcionamento do poder judicial interessa ao Estado em geral e aos municipios, que as despesas correlativas fossem, como muitas outras, distribuidas em todas as comarcas por este e por aquelles.

Esta divisão de encargos só por lei póde ser feita, e devel-o-ha ser quando o estado das finanças municipaes seja mais prospero do que na actualidade.

A commodidade dos povos reclama igualmente que em cada comarca haja um tribunal commercial, pois que a profissão commercial vae augmentando com rapidez em extensão e em intensidade, e a este respeito conforma-se o governo com os principios fundamentaes da proposta de lei de 9 de julho de 1887.

Consignava-se n'esta proposta a criação de juizes instructores nos districtos criminaes de Lisboa e Porto, mas ao governo parece que aos interesses publicos convem de preferencia que o juiz, que tem de julgar, prepare o respectivo processo em seguida ao corpo de delicto.

Ouvindo as testemunhas, acompanhando os variados incidentes do processo, pon-do-se em contacto frequente com os que n'elle têm de intervir ou seja como partes, ou de outra qualquer fórma, pôde esclarecer o seu juizo e fortificar a sua consciencia, habilitando-se com elementos preciosos para intervir com acerto e com segurança no momento, conjunctamente solemne e grave, em que o seu criterio ou decide da reputação e da liberdade dos réus, ou n'ellas influe poderosamente. É aos olhos do governo de tal importancia esta consideração, que não ousa pronunciar-se a favor da instituição dos juizes instructores.

É, todavia, inquestionavel que o actual estado de cousas não pôde continuar nos districtos criminaes, porque a paralisação dos processos e a consequente impunidade são consequencias necessarias da enorme multiplicidade de delictos e de contravenções, que não podem ser todos processados e julgados em cada circumscripção por um só juiz.

Determinando-se pelo que fica ponderado, propõe o governo que nos districtos criminaes sejam creados logares de juizes criminaes auxiliares, distribuindo-se por estes e pelos juizes de districto o encargo de preparar e julgar os processos por crimes, contravenções e trasgressões de posturas.

Se uma reforma relativa a este assumpto era inadiavel sem grande detrimento da causa publica, não é menos urgente melhorar os vencimentos dos magistrados judiciais e os do ministerio publico. Seria ociosa a demonstração d'esta affirmativa, porque ella está no conceito geral.

A tendencia geral é para a suppressão completa dos emolumentos cobrados pelos juizes por actos privativos seus, mas a prudencia aconselha que não se passe rapidamente de um regimen a outro inteiramente diverso.

Gradual e successiva deve ser a transição, se nas consequencias resultantes dos primeiros passos se encontrar incentivo para proseguir. Por isso é attribuida, em um dos projectos de decretos, aos juizes de direito metade dos emolumentos que actualmente percebem, exceptuados os provenientes dos processos crimes, que revertem por inteiro para o Estado em nome dos mais inquestionaveis principios de ordem e de moral publica.

Aggrava-se, é certo, a despesa publica com o augmento dos ordenados dos magistrados judiciais e dos magistrados do ministerio publico, pois que isso é indispensavel á independencia e bom funcionamento dos tribunaes, mas tambem se melhoram as receitas do Estado com os emolumentos dos processos crimes, com metade dos emolumentos dos processos civis em 1.^a instancia, com os do supremo tribunal de justiça e das relações, com metade dos emolumentos dos delegados do procurador regio, com a receita provavel, a mais, dos julgamentos das contravenções, e com o imposto de rendimento sobre o augmento dos ordenados. Este augmento de receita não compensa por completo aquelle augmento de despesa, mas attenua de tal arte o excesso real da totalidade das despesas sobre o das receitas, que não é porventura ousadia affirmar que este não excede e talvez não atinja a importancia de 30:000\$000 réis.

Melhorar de modo notavel a retribuição dos magistrados em todo o continente e ilhas, firmando uma das mais essenciaes condições e garantias do poder judicial, sem augmentar os encargos orçamentaes em mais de 30:000\$0000 réis, não pôde, em boa razão, ser considerado como um desperdicio, ou como uma ruina para o thesouro publico.

Taes são os motivos principaes do projecto de decreto n.º 3 e dos projectos de decretos n.ºs 4, 5 e 6, que exprimem o uso de auctorisações comprehendidas n'aquelle.

Se elles merecerem a regia approvação, outros serão successivamente apresentados a Vossa Magestade para se levar ao fim, o mais depressa possivel, a completa reorganisação judiciaria.

Com a promulgação dos decretos, cujos fundamentos, objectos e fins foram succintamente explanados no presente relatorio, pensa o governo que serão emendados muitos defeitos da legislação actual, remediadas necessidades e deficiencias, e melhorada consideravelmente a administração da justiça; mas Vossa Magestade resolverá o que for mais conveniente.

Paço, em 29 de março de 1890.—*Antonio de Serpa Pimentel*—*Lopo Vaz de Sampaio e Mello*—*João Ferreira Franco Pinto Castello Branco*—*João Marcellino Arroyo*—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*—*Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

Attendendo ao que me representaram os ministros e secretarios d'estado de todas as repartições: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É assegurada a liberdade de imprensa e permittida a publicação de qualquer periodico nos termos da legislação em vigor.

Art. 2.º A séde da administração do periodico determina para todos os effeitos a competencia da circumscripção administrativa e judicial, em que tem de fazer-se a habilitação a que se refere o artigo 2.º da lei de 17 de maio de 1866.

Art. 3.º A responsabilidade criminal e bem assim a civil, que anda connexa com ella nos termos do direito commum por abuso de liberdade de imprensa periodica, pertence ao editor do periodico e ao auctor da materia cuja publicação é incriminada, como incursos na disposição do artigo 20.º n.º 1.º do codigo penal. Observar-se-ha em todos os casos o disposto na segunda parte do artigo 24.º do codigo penal.

§ 1.º Na falta de editor susceptivel de imputação, ou quando não for encontrado, a responsabilidade de que trata este artigo pertence ao dono ou aos administradores da officina ou officinas, quer seja imprensa, typographia, lithographia ou estabelecimento anologo em que se tiver feito a impressão ou a estampagem, ou exclusivamente se não for conhecido o auctor, ou cumulativamente com este se for conhecido.

§ 2.º A responsabilidade do dono ou do administrador da officina de impressão ou estampagem é declinada para o editor susceptivel de imputação, havendo-o, quando este comparecer em juizo, e restabelece-se sempre que de novo desapareça, observando-se em todos os casos o disposto na ultima parte do artigo 8.º da lei de 17 de maio de 1866.

§ 3.º Não podendo ser conhecido o estabelecimento em que se fez a impressão ou estampagem, a responsabilidade pertence áquelles que expozem á venda o numero do periodico incriminado, ou que de qualquer outro modo concorram scientemente e voluntariamente para a sua divulgação. Esta responsabilidade cessa quando as pessoas que ella abrange ou outras fizerem conhecer o dono ou o administrador da officina, se este for encontrado e reconhecido como tal pelo julgador, observando-se em relação á declinação e restabelecimento da responsabilidade doutrina analoga á estabelecida no paragrapho precedente.

Art. 4.º Os periodicos são obrigados a inserir em todos os numeros no alto da sua primeira pagina, ou no fim da ultima, o nome do seu editor, a indicação da séde da sua administração e a do estabelecimento ou estabelecimentos onde se faz a sua composição e a sua impressão ou estampagem.

§ unico. Ao editor susceptivel de imputação, e, ou aos donos ou aos administradores das officinas, incumbe a responsabilidade pela execução do disposto n'este artigo, e a infracção será punida com as penas declaradas no artigo 4.º da lei de 17 de maio de 1866.

Art. 5.º Será considerada desobediencia punivel a recusa do editor de fazer conhecer o auctor da publicação incriminada; na falta de editor, capaz de imputação, será igualmente considerada a recusa do dono ou do administrador do estabelecimento, em que se tiver effectnado a impressão ou a estampagem, de fazer conhecer o auctor. Do mesmo modo será considerada a recusa maliciosa dos individuos, designados no § 3.º do artigo 3.º, de fazer conhecer o dono ou o administrador d'aquelle estabelecimento, quando elles sejam os responsaveis, nos termos do mesmo paragrapho.

§ 1.º A indicação do nome do auctor, feita por este, pelo editor, ou pelo dono ou administrador do estabelecimento em que se fez a impressão ou estampagem, em divergencia com a assignatura da publicação incriminada, se esta tiver sido feita com assignatura por extenso ou com letras iniciaes, será considerada como falsa declaração. O mesmo succederá, se se averiguar não ser verdadeira a indicação do individuo declarado como auctor da materia cuja publicação é incriminada.

§ 2.º A publicação com a assignatura de um individuo que não seja o auctor da materia publicada, ou que seja feita sem seu expresso consentimento, com animo de o prejudicar, quando seja o seu auctor e não se trate de documentos cuja publicidade é permittida independentemente do consentimento do auctor d'elles, é considerada como falsificação de escriptos, nos termos dos artigos 218.º e 219.º do codigo penal, conforme couber, alem da indemnisação de perdas e damnos que for devida ao queixoso. O consentimento não se presume, e é necessario proval-o, mas a prova do consentimento só é

admissivel quando o autographo estiver assignado pela pessoa a quem é attribuido, salvo o caso de esta expressamente declarar que deu o alludido consentimento.

§ 3.º Applicar-se-ha o disposto nos §§ 1.º e 2.º d'este artigo quando a publicação tenha sido feita sem assignatura, mas no periodico se designe pessoa determinada como auctor da materia d'essa publicação.

§ 4.º Qualquer pessoa que se julgue comprehendida n'uma designação obscura ou ambigua, ou na indicação de iniciaes que importem as responsabilidades fixadas n'este artigo e no artigo 3.º, poderá exigir que se declare expressamente se essa designação ou indicação se refere ao reclamante pela fórma e com a comminação estabelecidas no artigo 13.º e seu § 1.º da lei de 17 de maio de 1866.

§ 5.º Nos casos de offensa, diffamação, injuria, ou aggressão injuriosa, dirigida por meio de pseudonymo, ou por phrases allusivas ou equivocacões, ou recorrendo a allegorias de pessoas ou paizes suppostos, ou a recordações historicas, ou a quaesquer ficções ou artificios tendentes a encobrir ou a evitar a responsabilidade juridica, procede a accusação, quando a allusão for manifesta, ou quando por parte da accusação se prove que essas offensas, diffamações, injurias ou aggressões injuriosas se referem ao offendido.

Fica assim substituido o disposto no § 3.º do artigo 13.º da lei de 17 de maio de 1866.

Art. 6.º Aos crimes por abuso de liberdade de imprensa continuarão a ser applicaveis as penas estabelecidas na legislação actualmente em vigor, salvas as modificações estabelecidas no presente decreto.

Art. 7.º O maximo da pena de prisão correccional estabelecido no § 1.º do artigo 5.º da lei de 17 de maio de 1866 é reduzido de um anno a seis mezes.

§ 1.º A mesma pena de prisão por tres a seis mezes será applicada ao crime de calunnia previsto no artigo 409.º do codigo penal, mas n'este caso a multa nunca será inferior a 100\$000 réis e poderá elevar-se a 500\$000 réis.

§ 2.º A offensa, quer seja feita por meio de publicação, quer por outro qualquer meio, a algum dos poderes politicos legitimamente constituídos, ou a qualquer auctoridade ou empregado publico, ou a qualquer membro do exercito ou da armada, ou a qualquer corporação ou corpo colectivo que exerça auctoridade publica ou funções publicas, ou faça parte da força publica, ou a qualquer membro das camaras legislativas, relativa ao exercicio das suas funções ou a proposito d'esse exercicio, será punida com prisão correccional até seis mezes, salvo se pena mais leve estiver estabelecida na legislação em vigor á data d'este decreto.

§ 3.º Ao incitamento a qualquer membro do exercito e da armada, auctoridade ou empregado publico, ou a qualquer corporação ou corpo colectivo que exerça auctoridade publica ou funções publicas, ou que faça parte da força publica, ou a quaesquer cidadãos designadamente ou indeterminadamente, para que infrinjam as leis e os regulamentos, é applicavel a pena de prisão correccional até seis mezes se o facto não estiver previsto e punido com pena mais grave pela legislação em vigor á data d'este decreto. As phrases subversivas da segurança do Estado ou da ordem publica, publicadas em qualquer periodico, posto que não constituam incitamento ou provocação ao crime, serão punidas com prisão correccional por um até tres mezes.

§ 4.º A reproducção de offensas, diffamações, injurias, aggressões injuriosas ou de quaesquer artigos que por outro motivo recáiam sob a esphera da lei penal, é para todos os efeitos considerada como offensa, diffamação, injuria, aggressão injuriosa ou artigo punivel, salva a responsabilidade do originario auctor, e dos responsaveis pelo periodico que fez a anterior publicação, quando não tenham auctorizado essa reproducção.

§ 5.º É prohibida, sob pena de desobediencia, a abertura de subscrições publicas para occorrer ás despesas relativas a processos e fianças criminaes.

Art. 8.º Nos crimes por abuso de liberdade de imprensa a condemnação a prisão será sempre acompanhada da condemnação em multa, a qual é fixada de 30\$000 réis a 500\$000 réis, conforme as circumstancias.

§ 1.º Nos crimes por abuso de liberdade de imprensa, comprehendidos nos artigos 169.º, 170.º, 171.º e 483.º do codigo penal e seus paragraphos, no artigo 7.º do presente decreto e seu § 3.º, a pena de multa nunca será inferior a 100\$000 réis; e nos casos de reincidencia ou de accumulacão de dois ou mais dos referidos crimes será sempre applicado o maximo da pena de prisão, e a pena de multa não será inferior a 250\$000 réis. Todos os crimes especificados n'este paragrapho são considerados da mesma natureza para o effeito da punição da reincidencia.

§ 2.º Na condemnação por qualquer dos crimes de que trata o § 1.º d'este artigo será ordenada a suspensão da venda publica do periodico respectivo nas ruas ou logares publicos por um periodo de tres a trinta dias, conforme as circumstancias, sendo considerados como desobedientes os que fizerem a venda prohibida. Se o periodico não for habitualmente vendido nas ruas, a suspensão temporaria será substituida na sentença pelo aggravamento da multa.

§ 3.º Nos crimes de que trata o § 1.º d'este artigo, quando houver accumulção de tres ou mais dos ditos crimes, ou quando em periodo não superior a dezoito mezes se tiverem já effectuado duas condemnações, a suspensão temporaria da venda publica ou o aggravamento da multa prevista no § 2.º do mesmo artigo, será substituida na sentença condemnatoria pela suppressão definitiva do periodico.

§ 4.º O disposto nos paragraphos precedentes é applicavel não só ao caso em que a accumulção dos crimes, a reincidencia, e a condemnação digam respeito ao mesmo periodico, tenham ou não sido diversos os seus editores, mas tambem ao caso em que digam respeito ao mesmo editor, tenham ou não sido diversos os periodicos.

§ 5.º A suspensão e a suppressão de que tratam os §§ 2.º e 3.º d'este artigo não influem na forma de processo, nem na competencia do julgador, que nos crimes por abuso de liberdade de imprensa serão sempre determinadas segundo o direito commum mas em attenção sómente ao maximo applicavel de prisão correccional.

§ 6.º Nos crimes de que trata o § 1.º d'este artigo o procedimento judicial será sempre promovido pelo ministerio publico, independentemente de qualquer queixa, ou de ordens ou instrucções superiores. Estas ordens ou instrucções, quando tenham por objecto prohibir, sustar ou demorar a promoção ou o seguimento dos processos, só dirimem a responsabilidade do ministerio publico, se tiverem sido publicadas no *Diario do governo* antes de serem cumpridas. Quando haja negligencia, em relação aos crimes de que trata este parographo, por parte dos agentes do ministerio publico subordinados aos procuradores regios, estes imporão aos agentes negligentes a suspensão do exercicio e vencimentos por um até tres mezes, e participarão o facto para a secretaria dos negocios de justiça. A falta de autos levantados pela auctoridade administrativa não absolve da negligencia aquelles agentes.

§ 7.º A punição administrativa pela negligencia de que trata o parographo precedente, quando não tenha logar logo que se dê a mesma negligencia, pôde verificar-se mais tarde, contanto que a demora não exceda o periodo de três annos. Se a esse tempo o agente do ministerio publico tiver passado á magistratura judicial, a suspensão será substituida pelo desconto de tres mezes na antiguidade do mesmo magistrado para os effectos da promoção e da concessão do terço e da aposentação.

§ 8.º Em Lisboa e Porto serão abonadas pelo ministerio da justiça aos delegados do procurador regio junto dos tribunaes criminaes as despesas que fizerem com a compra ou assignatura dos jornaes publicados nas suas respectivas circumscripções, ou com a compra dos jornaes irregularmente publicados que sejam vendidos ou distribuidos n'essas circumscripções.

Art. 9.º O queixoso offendido por crime de abuso de liberdade de imprensa poderá reclamar indemnisação de perdas e damnos pelos prejuizos soffridos no seu interesse ou consideração. Esta indemnisação será decretada na sentença do julgamento do crime, quando para ella haja motivo e não exceda a 100\$000 réis. Excedendo esta quantia o pedido será feito em acção civil ordinaria, depois de passar em julgado a sentença de condemnação criminal.

Art. 10.º O titulo e propriedade do periodico, e o material typographico, ou lithographico da officina, ou officinas em que tiver sido feita a respectiva composiçção e a impressão ou estampagem, respondem pelo pagamento das multas, e pelo da indemnisação de perdas e damnos em que tenham sido condemnados os responsaveis d'esse periodico, quando por outra forma não tenham sido satisfeitas, sem que a isso possam ser oppostos embargos fundados em qualquer especie de privilegio, e ficando sempre reservados os outros meios legaes de fazer effectivos aquelles pagamentos.

§ unico. Se nem o dono nem o administrador da officina tiverem sido condemnados como responsaveis, fica-lhes salvo o direito e acção contra os responsaveis para reembolso do que hajam despendido em virtude do disposto n'este artigo e para indemnisação de perdas e damnos.

Art. 11.º Serão punidos como ultrage publico á moral, com a pena de prisão correccional do artigo 390.º do codigo penal e cumulativamente com a pena de multa de-

clarada no artigo 8.º d'este decreto, as publicações de qualquer natureza que contenham palavras, photographias, phototypias, lithographias ou gravuras obscenas, ou que se possam considerar offensivas dos bons costumes ou como incitamento a actos deshonestos.

Art. 12.º O crime por abuso de liberdade de imprensa periodica será punido, nos termos de direito commum e do presente decreto, pelo tribunal da circumscripção em que está a séde da administração do periodico.

Art. 13.º Se o periodico estiver irregularmente constituido, ou por não ter editor, ou por não designar a séde da sua administração, será competente o tribunal da circumscripção onde primeiro se fizer a apprehensão de dois ou mais numeros, salvo quando se trate de crimes em que não póde haver procedimento sem queixa do offendido, porque, n'este caso, será competente o tribunal da circumscripção em que o queixoso tiver o seu domicilio ou residencia, se este não renunciar ao seu fóro.

Art. 14.º O presente decreto começará a vigorar em Lisboa e seu termo no dia immediato ao da sua publicação no *Diario do governo*, e, tres dias depois do da sua publicação, no resto do continente do reino.

§ unico. Nas ilhas adjacentes e na Madeira vigorará tres dias depois do da chegada da primeira embarcação que conduzir a publicação official d'este decreto.

Art. 15.º Fica revogada a legislação em contrario.

Art. 16.º O governo dará conta ás côrtes das disposições d'este decreto.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino e interino dos da guerra, e os ministros e secretarios d'estado das differentes repartições, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 29 de março de 1890. = REI. = *Antonio de Serpa Pimentel* = *Lopo Vaz de Sampaio e Mello* = *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* = *João Marcellino Arroyo* = *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* = *Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

N.º 2

Attendendo ao que me representaram os ministros e secretarios d'estado de todas as repartições: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Serão julgados em processo de policia correccional, nos termos da lei geral do processo, salvo se para certos crimes houver processo especial, os crimes e as contravenções, a que corresponderem, separada ou cumulativamente, algumas das seguintes penas:

- 1.ª Prisão correccional até seis mezes;
- 2.ª Desterro até seis mezes;
- 3.ª Multa até seis mezes, ou até 500\$000 réis, quando a lei fixar a quantia;
- 4.ª Suspensão do emprego até dois annos;
- 5.ª Suspensão dos direitos politicos até dois annos;
- 6.ª Repreensão;
- 7.ª Censura.

§ 1.º No acto do julgamento e cabendo recurso de appellação da sentença, o juiz depois de lido o corpo de delicto perguntará ás partes se renunciam ao recurso; e renunciando ellas ou não cabendo recurso de appellação, não serão escriptos os depoimentos, nem poderá ser interposto recurso algum da sentença.

§ 2.º Nos casos de prisão em flagrante delicto por offensas aos artigos 177.º, 180.º, 185.º, 188.º, 256.º, 484.º e seguintes do codigo penal, os presos serão julgados summariamente no acto da sua apresentação ao juiz respectivo, servindo como processo o respectivo auto policial, se forem vadios ou reincidentes. Para esse fim a auctoridade administrativa terá feito intimar a comparecer em juizo as testemunhas do auto e bem assim as que os presos quizerem dar para sua defesa. Se os presos em flagrante delicto não forem vadios ou reincidentes, o julgamento será adiado e observar-se-hão em relação ao processo as disposições do direito commum, se elles não quizerem indicar as testemunhas perante a auctoridade administrativa e alem d'isso as quizerem dar depois em juizo e d'ellas não prescindirem.

Art. 2.º Fica revogado o artigo 8.º da lei de 15 de abril de 1886.

Art. 3.º Os crimes a que corresponderem, separada ou cumulativamente, alguma das seguintes penas:

- 1.^a Prisão correccional por mais de seis mezes;
- 2.^a Desterro por mais de seis mezes;
- 3.^a Multa por mais de seis mezes, ou até 1:000\$000 réis, quando a lei fixar a quantia;
- 4.^a Suspensão do emprego por mais de dois annos ou sem limitação de prazo;
- 5.^a Suspensão dos direitos politicos por mais de dois annos;

Serão julgados sem intervenção de jurados em processo correccional, observando-se as disposições estabelecidas para o processo de policia correccional, com as modificações designadas nos paragraphos subsequentes, salvo se para certos crimes houver processo especial.

§ 1.^o Constituido o corpo de delicto, nos termos dos artigos 898.^o e seguintes da novissima reforma judiciaria, os autos serão continuados com vista ao ministerio publico, para no prazo de quarenta e oito horas deduzir a sua queixa. Havendo parte accusadora, será intimada para em igual prazo, contado da intimação, juntar ao processo a petição em que deduza a sua queixa. Em todos os casos a queixa fica considerada como uma só.

§ 2.^o Na queixa relatar-se-ha com todas as circumstancias que o revestirem e classificar-se-ha o crime, indicando os artigos respectivos da lei penal e as testemunhas a produzir, que não poderão exceder a cinco, se o ministerio publico accusar sómente; mas havendo tambem parte accusadora poderão ser produzidas seis testemunhas, tres por parte d'esta e tres por parte do ministerio publico. Juntar-se-hão tambem á queixa todos os documentos comprovativos.

§ 3.^o Dada a queixa serão os autos immediatamente conclusos ao juiz para lançar dentro de vinte e quatro horas o seu despacho de pronuncia e ordenar a prisão dos criminosos, quando esta deva ter logar. Do despacho de pronuncia compete agravo de petição nos termos da lei geral.

§ 4.^o Nas primeiras vinte e quatro horas depois da prisão ou fiança do réu será este interrogado, reduzindo-se a escripto as suas respostas

§ 5.^o Logo que passe em julgado o despacho de pronuncia, mandará o juiz juntar certificado do registo criminal e dar ao réu copia da queixa com rol das testemunhas da accusação e com indicação dos documentos produzidos.

§ 6.^o Quando o réu for implicado em outros crimes, os processos se appensarão ao feito pela ordem da sua gravidade, se esta for diversa, e pela da antiguidade dos crimes se o não for, podendo ser requeridos por deprecada se estiverem em outros juizos.

§ 7.^o Se o réu estiver implicado em crimes a que correspondam processos de diversa natureza, será julgado pela fôrma de processo que for competente para o crime a que corresponder pena mais grave.

§ 8.^o Nos cinco dias immediatos á entrega da copia da queixa, o réu apresentará no cartorio do escrivão do processo a sua contestação com o rol de testemunhas de defesa, que não excederão a cinco, excepto se allegar mais de dois factos, pois que em tal caso poderá produzir duas testemunhas para cada facto; e juntará tambem os documentos que tiver. Se o réu preferir contestar verbalmente na audiencia, deverá sempre offerecer no referido prazo o rol de testemunhas. De tudo dará o escrivão copia ao ministerio publico e parte accusadora.

§ 9.^o Os representantes da accusação e defesa podem usar da palavra duas vezes.

§ 10.^o N'este processo não se póde renunciar ao recurso, e serão escriptos com a maior concisão possivel os depoimentos das testemunhas.

§ 11.^o O recurso de revista terá logar conforme a lei geral do processo.

§ 12.^o São applicaveis no processo correccional as disposições geraes da novissima reforma judiciaria em tudo o que não for contrario ao disposto nos antecedentes paragraphos d'este artigo.

§ 13.^o Nas comarcas em que houver algum juiz municipal, os julgamentos em processo correccional competem exclusivamente ao juiz de direito, para o que será remetido por aquelle a este juiz o respectivo corpo de delicto, se por aquelle juiz for feito.

Art. 4.^o Na audiencia do julgamento crime, qualquer que seja a fôrma do processo, a parte accusadora não é obrigada a comparecer pessoalmente, podendo ser representada por advogado.

Art. 5.^o Das sentenças proferidas pelos juizes de direito não cabe appellação, quando as penas applicadas aos crimes, ás contravenções ou ás transgressões forem separada ou cumulativamente algumas das seguintes:

- 1.^a Prisão até um mez;
- 2.^a Desterro até um mez;
- 3.^a Multa até um mez, ou até 60\$000 réis, quando a lei fixar a quantia;
- 4.^a Reprehensão;
- 5.^a Censura.

§ unico. Das decisões dos juizes municipaes cabe sempre recurso para a relação do districto, qualquer que seja a pena applicavel ao crime, á contravenção ou á transgressão da postura ou regulamento municipal.

Art. 6.^o Nos casos previstos nos n.^{os} 1.^o e 2.^o do artigo 408.^o do codigo penal é permitido ao réu da diffamação provar a verdade dos factos imputados.

§ 1.^o Um decreto especial regulará a competencia do julgador e a fórma do processo nos casos especiaes em que o réu da diffamação for admittido a provar a verdade dos factos imputados, observando-se a este respeito o disposto na legislação vigente até que esse decreto esteja em vigor.

§ 2.^o Quando um artigo publicado ou outra qualquer publicação contenha injuria, procede a accusação por este crime, ainda que em outra parte da mesma publicação ou artigo haja imputação de um facto offensivo da honra ou consideração do offendido; mas, promovido o processo por crime de injuria pelo offendido ou pelo ministerio publico, não poderão promover o processo pelo crime de diffamação, ainda que o réu da injuria seja absolvido.

Art. 7.^o O governo nomeará uma commissão composta de juizes do supremo tribunal de justiça, da relação e de 1.^a instancia, incumbida de formular o projecto de decreto a que se refere o § 1.^o do artigo precedente.

Art. 8.^o Os processos crimes, pendentes ao tempo da publicação d'este decreto, em que já estiver fixada a fórma da accusação posteriormente ao corpo de delicto, continuarão a ser processados na fórma da legislação ou da praxe estabelecida anteriormente ao mesmo decreto.

Art. 9.^o Fica revogada a legislação em contrario.

Art. 10.^o O governo dará conta ás côrtes das disposições d'este decreto.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino e interino dos da guerra, e os ministros e secretarios d'estado das differentes repartições, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 29 de março de 1890.—REI.—*Antonio de Serpa Pimentel*—*Lopo Vaz de Sampaio e Mello*—*João Ferreira Franco Pinto Castello Branco*—*João Marcellino Arroyo*—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*—*Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

N.^o 3

Attendendo ao que me representaram os ministros e secretarios d'estado de todas as repartições: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.^o É o governo auctorisado a reorganisar os serviços relativos á administração da justiça sem contravir ás disposições do presente decreto.

Art. 2.^o É mantida e garantida a independencia do poder judicial estabelecida na constituição politica da monarchia.

Art. 3.^o Prover-se-ha immediatamente á justa remuneração dos serviços dos magistrados judiciaes e dos delegados do procurador regio, e será melhorada a situação dos officiaes de justiça.

Art. 4.^o Será estabelecida e regulada a assistencia judiciaria.

Art. 5.^o Será ouvida uma commissão, composta de membros do supremo tribunal de justiça e da relação de Lisboa, sobre o que convenha estabelecer-se em relação aos direitos e deveres dos membros da magistratura judicial no exercicio das suas funções e ás garantias da sua independencia e da sua responsabilidade, no que não esteja preceituado n'este decreto e em outros da mesma data e sobre tudo o mais em que o governo julgue conveniente consultal-a relativamente á reorganisação judiciaria.

Art. 6.^o Será igualmente nomeada uma commissão de magistrados do ministerio publico incumbida de propor o que tiver por conveniente sobre a reorganisação dos serviços do mesmo ministerio. Quando essa reorganisação for decretada serão fixados os

novos vencimentos dos magistrados do ministerio publico, não comprehendidos no artigo 3.º do presente decreto, em attenção ás suas respectivas categorias.

Art. 7.º Será nomeada uma comissão de officiaes de justiça da comarca de Lisboa, incumbida de propor ao governo o que tiver por conveniente para a reorganisação dos serviços e melhoria da situação dos officiaes de justiça.

Art. 8.º Não podem ser creados novos julgados municipaes, e só por lei poderão ser creadas novas comarcas nos concelhos que não forem sédes de julgados municipaes.

§ unico. Se em alguns dos concelhos, sédes dos julgados municipaes, forem creadas comarcas, a area da comarca será a do concelho, e a respectiva camara municipal concorrerá para os cofres do Estado com somma igual áquella que actualmente despende com o julgado municipal, emquanto por outra fórma não for regulado por lei.

Art. 9.º Sendo alterada a classificação de qualquer comarca, o juiz que a esse tempo n'ella se achar, não será deslocado emquanto não for promovido, collocado no quadro ou transferido nos termos da lei.

Art. 10.º São candidatos á magistratura judicial os que estiverem comprehendidos em alguma das seguintes categorias:

1.ª Magistrados do ministerio publico com tres annos de effectivo serviço e approvados em concurso para delegados do procurador regio;

2.ª Conservadores privativos do registo predial e juizes municipaes com oito annos de effectivo serviço e approvação em concurso para delegados do procurador regio, ou com doze annos de serviço effectivo nos seus respectivos cargos, não tendo aquella approvação.

§ unico. Os funcionarios da segunda categoria só poderão ser nomeados juizes de direito das comarcas de 3.ª classe, quando os não haja idoneos da primeira categoria com o mesmo ou mais tempo de effectivo serviço.

Art. 11.º Os juizes de direito serão transferidos dentro da mesma classe de seis em seis annos, contados da posse do ultimo lugar que exercerem na classe; dentro d'esse sexennio só poderão ser transferidos a requerimento seu, ou por conveniencia do serviço publico, mas n'este caso só com consentimento seu ou sobre consulta affirmativa do supremo tribunal de justiça, que ouvirá previamente o competente presidente da relação, o qual ouvirá tambem o respectivo juiz de direito.

Art. 12.º Serão fixadas as regras para a contagem da antiguidade dos magistrados judiciaes, tanto para os effeitos da promoção, que só por antiguidade poderá effectuar-se, como para os da concessão do terço e da aposentação, depois de ouvida a comissão de que trata o artigo 5.º

§ 1.º Na antiguidade para os effeitos da promoção será em todo o caso tomado em conta o tempo de serviço effectivo de juiz e aquelle em que o magistrado judicial exercer as funcções de magistrado superior do ministerio publico, de juiz syndicante, de par do reino, de deputado e de governador civil.

§ 2.º Para o effeito da concessão do terço e da aposentação, será em todo o caso levado em conta aos magistrados judiciaes, alem do tempo de serviço effectivo nos cargos e funcções a que se refere o paragrapho precedente, o de magistrados do ministerio publico exercido antes de pertencerem á magistratura judicial, o de juizes do ultramar ou de juizes municipaes, e tambem o tempo de serviço effectivo no exercicio de funcções administrativas.

§ 3.º Ficam revogados os artigos 32.º e 33.º do decreto de 29 de julho de 1886, e em vigor a legislação anterior ao mesmo decreto, até que seja definitivamente regulada a promoção aos logares de juizes da relação de Ponta Delgada depois de ouvida a comissão a que se refere o artigo 5.º, salvos os direitos, fixados no mencionado decreto, dos juizes que actualmente servem n'aquella relação. Os juizes, que estão actualmente collocados no quadro da magistratura sem exercicio por não terem tomado posse dentro do prazo legal dos logares de juizes da relação de Ponta Delgada, serão aggregados ás relações do continente do reino nos mesmos termos em que o são os juizes que serviram nas relações do ultramar, mas sem prejuizo do que fica preceituado a respeito dos juizes que actualmente servem n'aquella relação.

Art. 13.º A aposentação dos magistrados judiciaes não poderá effectuar-se sem consulta affirmativa do supremo tribunal de justiça, salvo nos dois seguintes casos:

1.º Se a lei fixar limite de idade, quando o juiz attingir esse limite, e isso se provar com certidão de idade, que não seja arguida de falsa pelo interessado;

2.º Quando o supremo tribunal de justiça constatar que o juiz não exerce funcções

ha tres annos consecutivos por motivo de molestia, e alem d'isso a inspecção medica affirme que essa molestia é incuravel e produz impossibilidade permanente para o exercicio do cargo.

Art. 14.º Os juizes não serão collocados no quadro da magistratura judicial, sem previa consulta affirmativa do supremo tribunal de justiça, ouvido previamente o presidente da relação, ou sem consulta affirmativa do conselho d'Estado, no caso de se tratar de conselheiro do supremo tribunal de justiça. Em qualquer caso será ouvido o juiz respectivo.

§ 1.º Não são porém necessarias as consultas de que se falla n'este artigo, quando os juizes requererem a sua collocação no quadro, e quando não tomarem posse dos logares para que forem nomeados, dentro do prazo legal, se nos quinze dias immediatos não justificarem a sua falta. O prazo legal é o fixado na lei, ou tambem o da prorrogação legalmente concedida.

§ 2.º Os juizes dos tribunaes administrativos podem ser transferidos ou collocados no quadro, por conveniencia do serviço, depois de ouvidos e sobre consulta affirmativa do supremo tribunal administrativo, constituido para este fim como tribunal de contencioso.

Art. 15.º O exercicio das funcções de juiz municipal, de juiz de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe, qualquer que seja a natureza do tribunal onde se exercem essas funcções, de juiz de 2.ª instancia e do supremo tribunal de justiça é incompativel com o exercicio da advocacia, com a profissão de commerciante, e com todo o cargo publico electivo, á excepção do de par do reino, ou deputado da nação.

§ unico. Quando algum dos juizes, a que se refere este artigo, infringir os preceitos consignados no mesmo artigo, observar-se-ha o seguinte: será collocado no quadro da magistratura judicial sem exercicio nem vencimentos, se for juiz de direito, juiz de 2.ª instancia ou do supremo tribunal de justiça, sobre consulta affirmativa d'este supremo tribunal, para o primeiro ou para o segundo dos mencionados juizes, e sobre consulta affirmativa do conselho d'Estado para o terceiro; se for juiz dos tribunaes administrativos, será collocado no quadro da magistratura judicial, sem exercicio nem vencimentos, sobre consulta affirmativa do supremo tribunal administrativo, constituido para este fim como tribunal de contencioso; se for juiz municipal, será suspenso ou demittido, segundo as circumstancias, sendo previamente constatada a infracção pelo presidente da relação, e se a infracção consistir em ter exercido a profissão de commerciante, será alem d'isso riscado do quadro dos candidatos legaes á magistratura judicial, ou não poderá ser incluído n'elle. Em todos os casos previstos n'este paragrapho será ouvido o juiz arguido.

Art. 16.º Serão creados juizes criminaes auxiliares dos juizes dos districtos criminaes em Lisboa e Porto.

Art. 17.º Na falta ou impedimento dos juizes de direito serão estes substituidos nos termos seguintes:

1.º O juiz de cada districto criminal de Lisboa e Porto, e o respectivo juiz criminal auxiliar, substituir-se-hão reciprocamente, e na falta ou impedimento de ambos será cada um d'elles substituido por um dos quatro substitutos com residencia na comarca, que o governo nomeará annualmente sobre proposta dos presidentes das relações, devendo a nomeação recair de preferencia em bachareis formados em direito;

2.º Os juizes de direito da 1.ª e 2.ª varas, da 3.ª e 4.ª, da 5.ª e 6.ª de Lisboa substituir-se-hão reciprocamente, e, na falta ou impedimento de ambos os respectivos juizes, será cada um d'estes substituido por um dos quatro substitutos nomeados annualmente nos termos do n.º 1.º d'este artigo;

3.º Na comarca do Porto o juiz da 1.ª vara substituirá o da 2.ª, este o da 3.ª e este o da 1.ª, e, na falta ou impedimento dos dois respectivos juizes, será cada um d'elles substituido por um dos quatro substitutos nomeados annualmente nos termos do n.º 1.º d'este artigo;

4.º Os mais juizes de direito serão substituidos por um dos quatro substitutos que o governo nomeará annualmente, segundo o preceituado em o n.º 1.º d'este artigo, para cada um d'elles;

5.º Na falta ou impedimento simultaneo dos juizes effectivos e dos substitutos nomeados, a substituição recairá nos substitutos nomeados nos annos immediatamente anteriores.

§ 1.º Os substitutos nomeados durante o anno de 1890 servirão egualmente no anno civil de 1891.

§ 2.º Emquanto não forem nomeados os substitutos em harmonia com as disposições

d'este decreto, continuar-se-ha a fazer a substituição pela fôrma estabelecida anteriormente ao mesmo decreto.

Art. 18.º Os conselhos de tutela serão formados pelo juiz de direito da comarca e por dois substitutos seus, pela ordem da nomeação, e, na falta ou impedimento do juiz de direito, pelo substituto que estiver exercendo as suas funcções, e pelos dois immediatos.

§ unico. O conselho de tutela constituído n'este artigo servirá em todos os inventarios em que haja de intervir, ainda nos que forem processados perante os juizes municipaes da comarca, devendo para esse fim ser remettidos os processos ao juiz de direito.

Art. 19.º Os juizes de paz são de nomeação do governo sobre proposta do presidente da relação.

§ unico. Os actuaes juizes de paz continuarão a exercer as suas funcções até que se apresentem a tomar posse os que forem nomeados em conformidade com as disposições d'este decreto.

Art. 20.º O governo mandará syndicar do modo como tem sido administrada a justiça nos julgados municipaes, cujos juizes não estejam habilitados com approvação em concurso para delegados do procurador regio, e deverá determinar, se os resultados da syndicancia o indicarem como necessario: 1.º, que seja condição indispensavel para novas nomeações de juizes municipaes a approvação no mencionado concurso; 2.º, que os já nomeados venham habilitar-se em concurso, que para esse fim se abrirá extraordinariamente, se preciso for, com aquella approvação, sem o que não poderão continuar no desempenho dos seus cargos.

Art. 21.º O governo poderá codificar em um só os diversos diplomas em que decretar a reorganisação judiciaria.

Art. 22.º Será tambem reorganizado o serviço do tabellionato, ouvindo-se para esse fim uma commissão composta de tabelliães de Lisboa.

§ 1.º O numero actual dos tabelliães privativos na comarca de Lisboa não póde ser augmentado.

§ 2.º No provimento dos logares de tabelliães privativos nas cidades de Lisboa e Porto proceder-se-ha por fôrma que por tres vagas seja preenchida uma, pelo menos, em individuo habilitado com frequencia de um anno e exame da aula de diplomatica.

Art. 23.º Fica revogada a legislação em contrario.

Art. 24.º O governo dará conta ás côrtes das disposições d'este decreto e do uso que fizer das auctorisações n'elle contidas.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado nos negocios do reino e interino dos da guerra, e os ministros e secretarios d'estado das differentes repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 29 de março de 1890. — REL. — *Antonio de Serpa Pimentel* — *Lopo Vaz de Sampoio e Mello* — *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* — *João Marcellino Arroyo* — *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* — *Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

N.º 4

Usando da auctorisação concedida pelo artigo 3.º do decreto n.º 3, d'esta data: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os ordenados e vencimentos dos juizes são fixados da fôrma seguinte:

Conselheiro presidente do supremo tribunal de justiça, ordenado 2:000\$000 réis, gratificação 400\$000 réis;

Conselheiro do supremo tribunal de justiça, ordenado 2:000\$000 réis;

Presidentes das relações do Porto e Lisboa, ordenado 1:600\$000 réis, gratificação 200\$000 réis;

Presidente da relação de Ponta Delgada, ordenado 1:600\$000 réis, gratificação 100\$000;

Juiz da relação, ordenado 1:600\$000 réis;

Juiz de direito civil em Lisboa e Porto, ordenado 1:000\$000 réis, gratificação 200\$000;

Juiz de direito do districto criminal em Lisboa e Porto, ordenado 1:000\$000 réis, gratificação 500\$000 réis;

Juiz de direito de 1.ª classe, ordenado 1:000\$000 réis;

Juiz de direito de 2.^a classe, ordenado 900\$000 réis ;

Juiz de direito de 3.^a classe, ordenado 800\$000 réis ;

Juiz criminal auxiliar, ordenado (o que lhe pertencer segundo a sua classe) e gratificação 200\$000 réis ;

Os juizes dos tribunaes do commercio em Lisboa e Porto continuam percebendo os vencimentos fixados anteriormente a este decreto, salvo no que respeita aos seus emolumentos, que soffrerão a deducção estabelecida no § 5.^o d'este artigo. Esta deducção não terá logar enquanto estiverem servindo os actuaes.

§ 1.^o Para os effeitos do disposto n'este artigo, o conselheiro juiz relator do tribunal superior de guerra e marinha é equiparado a conselheiro do supremo tribunal de lustiça, e o seu adjuncto a juiz da relação.

§ 2.^o Todos os magistrados judiciaes terão direito a mais o terço do seu ordenado, passados vinte annos de effectivo serviço.

§ 3.^o Os juizes do supremo tribunal de justiça, das relações, dos districtos criminaes e dos juzos criminaes auxiliares, não perceberão emolumentos alguns, e estes ficarão fazendo parte da receita publica.

§ 4.^o Os juizes criminaes auxiliares receberão, desde que seja fixada em decreto especial, alem do ordenado e gratificação, uma percentagem sobre as multas que forem cobradas em julgamento por contravenções e por transgressões de posturas e regulamentos municipaes nas suas respectivas circumscripções.

§ 5.^o Os juizes de direito vencerão desde o dia 1.^o do mez de maio proximo futuro em diante, alem dos seus ordenados e gratificações fixados n'este decreto, metade dos emolumentos designados na lei por actos seus, excepto nos processos crimes de que não perceberão emolumentos alguns, passando estes, assim como metade dos respeitantes aos mais processos, a constituir receita do Estado ; mas, se tiverem de fazer alguma diligencia em processo, que não seja criminal, fóra da séde do tribunal, receberão por inteiro o emolumento respeitante a caminho.

§ 6.^o Os magistrados judiciaes terão direito ao subsidio de 100\$000 réis para despesas de viagem entre o continente e ilhas adjacentes ou entre a Madeira e o archipelago açoriano, excepto no caso de transferencia a pedido seu.

§ 7.^o Os ordenados e gratificações dos juizes não serão sujeitos a impostos parochiaes, municipaes ou districtaes, nem a contribuição industrial.

§ 8.^o Os juizes do supremo tribunal de justiça, das relações e dos districtos criminaes começarão a vencer os ordenados e gratificações fixados n'este artigo desde o dia 1 de maio proximo futuro.

§ 9.^o Os actuaes juizes de direito continuarão a perceber os vencimentos que actualmente lhes competem, excepto os emolumentos de processos criminaes que passarão a fazer parte da receita publica, enquanto se conservarem nas comarcas em que se acharem á data da publicação d'este decreto, se não declararem no prazo de trinta dias optar pelos vencimentos que lhes são fixados no mesmo decreto.

§ 10.^o Feita esta declaração, observar-se-ha em relação aos juizes de direito, e na parte applicavel, o disposto no § 8.^o

§ 11.^o Os emolumentos que, nos termos dos paragraphos antecedentes pertencem ao Estado, serão arrecadados pelos escrivães dos processos sob a fiscalisação immediata do ministerio publico, enquanto por outra fórmula não for regulado em decreto especial.

Art. 2.^o Os delegados do procurador regio perceberão os seguintes vencimentos, desde o dia 1.^o de maio proximo futuro em diante :

Em Lisboa e Porto, 700\$000 réis ;

Fóra de Lisboa e Porto, 500\$000 réis.

§ 1.^o Os delegados do procurador regio vencerão tambem as quotas que por lei lhes pertencem nas contribuições arrecadadas por meio de processos em que intervêm.

§ 2.^o Os delegados do procurador regio, que servirem perante os juizes criminaes auxiliares, receberão, alem do seu ordenado, a percentagem que for fixada em decreto especial sobre as multas cobradas em virtude do julgamento por contravenções nas suas respectivas circumscripções, a contar da data em que esse decreto entrar em vigor.

§ 3.^o É applicavel aos delegados do procurador regio o disposto no § 5.^o do artigo 1.^o, sendo feita nos termos consignados no § 11.^o do mesmo artigo a arrecadação dos emolumentos que pertencerem ao Estado.

Art. 3.^o No decreto que reorganisar os serviços do ministerio publico serão fixados os novos vencimentos dos demais magistrados do mesmo ministerio.

§ unico. A todos os magistrados do ministerio publico são applicaveis as disposições dos §§ 2.º, 6.º e 7.º do artigo 1.º

Art. 4.º A cada um dos actuaes juizes dos districtos criminaes de Lisboa e Porto, enquanto servir no mesmo districto em que serve á data do presente decreto, será abonada em prestações mensaes, pela secretaria d'estado dos negocios da justica, uma indemnisação, que não poderá exceder a importancia dos emolumentos arrecadados pelo Estado no mesmo districto e respectivo juizo auxiliar, depois de deduzida d'esta importancia o equivalente á differença entre os vencimentos abonados pelo Estado ao dito juiz anteriormente a este decreto, e os n'elle estabelecidos; a indemnisação será fixada depois de ouvido o interessado e o presidente da relação.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino e interino dos da guerra, e os ministros e secretarios d'estado das differentes repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 29 de março de 1890.—REI.—*Antonio de Serpa Pimentel*—*Lopo Vaz de Sampaio e Mello*—*João Ferreira Franco Pinto Castello Branco*—*João Marcellino Arroyo*—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*—*Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

N.º 5

Usando da auctorisação concedida pelo artigo 1.º do decreto n.º 3 d'esta data: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É creado nas comarcas de Lisboa e Porto, em cada um dos districtos criminaes, um juiz criminal auxiliar.

§ 1.º Poderão ser nomeados juizes criminaes auxiliares os juizes de direito de qualquer classe, continuando para todos os effeitos legais a ser considerados jnizes de direito e a fazer parte da classe a que pertencerem.

§ 2.º O governo proverá sobre o local para a installação definitiva d'estes tribunaes; enquanto o não fizer, funcçãoarão nos commissaariados de policia, que forem opportunamente designados.

Art. 2.º São creados tambem tres logares de delegados do procurador regio na comarca de Lisboa, e dois na do Porto, para exercerem as funcções do ministerio publico perante os juizes criminaes auxiliares.

Art. 3.º Compete aos juizes dos districtos criminaes:

1.º Preparar depois do corpo de delicto e julgar, nos termos das leis em vigor, todos os processos por crimes, que, occorridos dentro da area dos seus respectivos districtos, não sejam da competencia dos juizes criminaes auxiliares;

2.º Abrir regularmente correição nos mezes de julho e agosto, novembro e dezembro de cada anno, sobre todos os officiaes de qualquer denominação ou condição, comprehendidos na area do districto respectivo, e pela fórmula que for indicada em regulamento especial.

Art. 4.º Compete aos juizes criminaes auxiliares, em relação aos factos puniveis, occorridos dentro da area dos respectivos districtos:

1.º A formação dos corpos de delicto, que competiam, e nos termos em que competiam, aos juizes do districto, aos quaes os enviarão, se forem os competentes para conhecer do crime;

2.º Preparar e julgar os processos pelos crimes previstos nos artigos 186.º e § unico, 187.º e 483.º do código penal;

3.º Preparar e julgar os processos pelos crimes de que trata o artigo 1.º do decreto n.º 2 d'esta data.

4.º Preparar e julgar as causas de contravenção, coimas e transgressões de posturas e regulamentos municipaes.

Art. 5.º Os actuaes escrivães e officiaes de diligencias dos districtos criminaes servirão tambem alternadamente, em quatro mezes do anno, cada um, perante os respectivos juizes criminaes auxiliares.

§ 1.º A divisão dos mezes entre os escrivães, para os effeitos d'este artigo, será feita de modo que a um escrivão caibam os mezes de janeiro, abril, junho e outubro;

a outro os mezes de fevereiro, maio, agosto e novembro; e ao terceiro os mezes de março, junho, setembro e dezembro.

§ 2.º A divisão, entre os escrivães de cada districto, dos quadrimestros indicados no paragrapho anterior será para o anno de 1891 feita á sorte perante o respectivo juiz auxiliar. No anno seguinte o escrivão a quem tiver competido o primeiro quadrimestre ficará com o segundo; o escrivão a quem tiver competido o segundo ficará com o terceiro; o escrivão a quem tiver competido o terceiro ficará com o primeiro; e assim successivamente nos annos seguintes.

§ 3.º Para o anno corrente o governo formulará uma tabella especial de serviço, dividindo com a possível egualdade o tempo que tiver de decorrer entre a instauração dos tribunaes dos juizes auxiliares e o fim do anno civil.

Art. 6.º Cada um dos escrivães dos districtos criminaes de Lisboa e Porto é obrigado a ter um ajudante.

§ 1.º O ajudante é empregado de confiança e da escolha do escrivão do districto, entre individuos habilitados com concurso para escrivães de primeira instancia, devendo a escolha ser confirmada pelo governo, ouvido o presidente da relação.

§ 2.º Os ajudantes vencerão, alem dos salarios que lhe forem arbitrados pelo escrivão respectivo, a gratificação mensal de 25\$000 réis, paga pelo ministerio dos negocios ecclesiasticos e de justiça.

§ 3.º Os escrivães ajudantes, depois de cinco annos de bom e effectivo serviço, terão preferencia no provimento das vagas de escrivães dos districtos criminaes.

§ 4.º Os actuaes ajudantes dos escrivães dos districtos criminaes poderão ser escolhidos para escrivães ajudantes, embora não estejam habilitados com concurso; mas não gosarão das vantagens consignadas nos §§ 2.º e 3.º, sem que provem que obtiveram essa habilitação.

Art. 7.º Os escrivães ajudantes poderão fazer as vezes dos escrivães proprietários em tudo quanto respeitar aos processos perante os juizes criminaes auxiliares.

Art. 8.º Os actuaes juizes dos districtos criminaes de Lisboa e Porto continuarão a conhecer dos processos que anteriormente a este decreto eram da sua competencia, emquanto os respectivos juizes criminaes auxiliares não tomarem posse dos logares para que forem nomeados; logo que estes magistrados tomem posse, ser-lhes-hão remettidos os processos pendentes n'esta data, que forem da sua competencia.

§ unico. Os processos pendentes á data da publicação d'este decreto continuam a ser para todos os effectos da competencia dos juizes dos districtos criminaes.

Ar. 9.º Fica revogada a legislação em contrario.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino e interino dos da guerra, e os ministros e secretarios d'estado das differentes repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 29 de março de 1890. — REI. — *Antonio de Serpa Pimentel* — *Lopo Vaz de Sampaio e Mello* — *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* — *João Marcellino Arroyo* — *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* — *Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

N.º 6

Usando da auctorisação concedida pelo artigo 1.º do decreto n.º 3 d'esta data: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É creado em cada comarca um tribunal commercial ao qual competirá:

1.º Conhecer das causas commerciaes;

2.º Conhecer das causas sobre presas ou provenientes de presas feitas por navios de guerra ou armadores portuguezes;

3.º Exercer as mais attribuições que lhe forem commettidas pelo codigo commercial e mais legislação especial.

Art. 2.º Os juizes de direito das comarcas fóra de Lisboa e Porto terão competencia em todas as questões commerciaes, quer julguem só, quer com intervenção de jurados.

§ unico. Nas comarcas de Lisboa e Porto subsistirá a organização especial dos tribunaes de commercio.

Art. 3.º Nas comarcas fóra de Lisboa e Porto serão secretarios dos tribunaes de commercio os respectivos delegados do procurador regio.

Art. 4.º O jury commercial pôde deixar de funcionar em todos os processos em que as partes por accordo o dispensarem, excepto nos da fallencia.

Art. 5.º Nos casos em que funcionarem os jurados commerciaes presidirá o juiz de direito ao tribunal e resolverá todas as questões juridicas, competindo exclusivamente aquelles o julgamento das questões de facto.

§ unico. Quando não houver intervenção do jury, o juiz de direito exercerá, em materia commercial e nos termos da legislação respectiva, as mesmas attribuições que lhe cabem em materia civil.

Art. 6.º O recenseamento do jury commercial será organizado pelo secretario do respectivo tribunal com recurso para este.

§ 1.º Só poderão ser recenseados para o jury commercial os negociantes matriculados e os não matriculados da comarca; e, não os havendo em numero sufficiente, os cidadãos que tenham as habilitações litterarias que dispensam a prova do censo, preferindo os bachareis formados em direito, e os quarenta maiores contribuintes.

§ 2.º Feito o recenseamento, o jury commercial será eleito pelos commerciantes matriculados, e, onde os não houver em numero de dez, proceder-se-ha a sorteio, como para o jury criminal.

Art. 7.º Fica revogada a legislação em contrario.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino e interino dos da guerra, e os ministros e secretarios d'estado das differentes repartições, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 29 de março de 1890. = REI. = *Antonio de Serpa Pimentel* = *Lopo Vaz de Sampaio, e Mello* = *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* = *João Marcellino Arroyo* = *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* = *Frederico de Gusmão Correia Arouca*.

Senhor.—O decreto n.º 5, de 10 de fevereiro do corrente anno, auctorisando o governo a reorganisar os serviços dependentes dos differentes corpos de officiaes da armada, determina implicitamente a reorganisação dos respectivos quadros consoante o serviço que lhes for estabelecido.

Em cumprimento do preceituado nos n.ºs 1.º, 2.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º do referido decreto, e bem assim do disposto no artigo 41.º da carta de lei de 18 de julho de 1889, que auctorisa o governo a codificar n'um só diploma todas as disposições da lei que respeitarem á corporação da armada, formulei o projecto de decreto, que tenho a honra de snbmetter á elevada apreciação de Vossa Magestade.

O capitulo I contém os quadros dos diversos corpos de officiaes da armada. Na classe de officiaes de marinha militar, propriamente dita, mantem-se o quadro superior e o de generalato estabelecido pela carta de lei de 18 de julho de 1889, por se entender que é sufficiente para satisfazer aos serviços, que n'uma situação de armamento completo não podem dispensar a direcção de officiees de marinha de superior graduacção.

No quadro de officiaes subalternos eleva-se de 100 a 110 o numero de segundos tenentes, representando assim um total de 190 officiaes subalternos, numero que o governo julga sufficiente, logo que se organise a reserva naval em conformidade com o n.º 13.º do decreto n.º 5 de 10 de fevereiro ultimo.

Não se conserva o parallelismo nas classes dos primeiros e segundos tenentes, usado no seculo passado na nossa marinha e ainda hoje n'algumas marinhas estrangeiras, porque, sendo elle apenas justificado pelas condições de melhoria na promoção torna-se desnecessario no presente, e ainda durante bastantes annos, pois que o augmento dos quadros e a escassez de pessoal assegurarão por muito tempo rapido accesso aos officiaes que de novo entrarem para o quadro.

Não se julgou necessario augmentar o numero de capellães navaes. Em nenhuma das marinhas estrangeiras, com excepção da hespanhola, está o numero de capellães na proporção do numero de navios; e comparando os quadros d'esta classe nas diversas marinhas se vê que em Portugal o seu numero é relativamente maior.

N'esta classe modifica-se, porém, a graduacção militar honorifica que até hoje tinham os capellães, harmonisando-a com a adoptada no exercito, não só com o fim de acabar com uma differença de hierarchia que não se justificava, mas tambem para uniformisar, sem onus para o Estado, os vencimentos d'esta classe com os das outras classes da armada.

